

2
DM
DIAS/A1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOPATOLOGIA


TESE DE MESTRADO

**O ABANDONO DE CRIANÇAS NA RODA DOS EXPOSTOS DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA NO SÉCULO XVIII E XIX**

Ana Rita Botelho Moniz Dias

2007



 Instituto Superior de Psicologia Aplicada
C1
Bibliotecário
Número 17805
Data 31/10/2008
Tel.: 21 001 17 50 • ispa@ispa.pt

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação da Professora Doutora Isabel Leal, e apresentado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a obtenção do grau de Mestre, na especialidade de Psicologia Clínica e Psicopatologia para dar satisfação ao ponto nº2 do Artigo 5 do Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro.

À Professora Doutora Isabel Leal pela prontidão com que acolheu as nossas propostas, numa atitude de verdadeira generosidade pessoal e científica, estimulando a nossa vontade, formatando progressivamente as nossas propostas que transformou em trabalho científico.

Ao António pelo apoio total e incondicional que sempre me deu para a realização deste trabalho.

À Rita, Inês, Joana e Maria por todo o envolvimento e apoio emocional.

COR SEM COR

Vestiram-me um bibe
um bibe sem cor
deram-me um número
para me distinguir dos outros bibes
sem cor da mesma cor.

Naquele casarão enorme
deram-me um uniforme
uma cor sem cor
um número sem nome
um nome sem amor.

Sílvia Soares (*Palavras de toda a gente*, Lisboa, 1964)

RESUMO

O presente trabalho consiste num estudo exploratório do abandono infantil no século XVIII e XIX, através da análise de um conjunto de documentos da época escritos pelos familiares das crianças abandonadas na “Roda dos Expostos” da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Estes documentos, a par com outros objectos, na sua maioria objectos de valor simbólico, constituíam “sinais” guardados pela instituição e eram a identidade daquelas crianças. A escolha da amostra obedece a um critério de conveniência pela acessibilidade dos documentos referidos, situação excepcional em relação à maior parte das fontes históricas existentes.

Este estudo pretende avaliar os sentimentos e emoções contidos nos referidos documentos a partir de uma grelha de análise por nós elaborada, onde constituem principais categorias os conceitos psicológicos de “Afecto”, “Angústia” e “Defesas”, determinantes para a temática do abandono.

Pela análise dos documentos encontra-se o perfil da criança exposta: ela é recém-nascida, tem um nome escolhido pelos pais, pertence ao sexo masculino, não apresenta deficiências físicas, doenças ou outros sinais particulares. Esta criança teve uma existência física e psicológica na vida dos seus familiares, que com muito sofrimento a entregaram numa instituição credível e respeitada, na esperança de poderem voltar para a vir buscar e retomá-la nas suas vidas.

Pela análise da grelha psicológica sobressaem afectos, angústias e defesas das famílias que tinham um valor determinante na exposição da criança fazendo apelo ao místico e ao divino, como uma forma de aceitar a dor que a separação lhes provocava.

Palavras-chave: abandono, exposição.

ABSTRACT

The present work consist in an exploitation study of the childhood abandon on XVIII and XIX century, through the analyse of a assemblage of documents of that age written by the family of the abandoned children in the “Roda dos Expostos” of the Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. This documents, join with other objects mostly with symbolic value, where the “sign” guarded by the institution, and where the identity of those children.

The choose of this sample obey to a criterion of convenience by the accessibility of those documents, exception made of most of the historic documents existents.

This study pretend to evaluate the feelings and emotions enclose inside those documents by an instrument created by us for that purpose, where the main categories are the psychological concepts of “Affection”, “Distress”, and “Defences”, very important concepts for the understanding of the thematic of the abandon.

By the analyse of the documents is possible to identify the profile of the exhibited child: she is an infant, have a name choose by her family, belong to the masculine gender, doesn't have physical handicap or other diseases, nor even personal characteristics. This child had an existence, physical and psychological in the life of their family which trust the child to a credible and respectable institution, with very suffering, keeping the hope of became to take her.

Through the analyse of the material stand out many affects, distresses and defences by the part of the families around the exhibition of the child, appealing to the mystic and the divine as a way to accept the pain caused by the separation.

Key-words: abandon, exhibition.

INDICE

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	12
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO ABANDONO DE CRIANÇAS.....	13
2. O ABANDONO EM PORTUGAL.....	28
3. PERSPECTIVAS PSICANALITICAS DO AMOR MATERNO.....	36
4. OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE A MATERNIDADE.....	39
5. MECANISMOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO.....	44
AMOSTRA E MATERIAL.....	54
TRATAMENTO DOS DADOS.....	58
PROCEDIMENTO.....	61
RESULTADOS	66
DISCUSSÃO	83
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS:	
ANEXO A: Cópia dos Textos Transcritos.....	91
ANEXO B: Grelhas de Análise.....	98
Nº 1 - identificação dos elementos descritivos	99
Nº 2 - análise interpretativa dos aspectos psicológico	101
ANEXO C: Descrição Dos Símbolos.....	103
ANEXO D : Glossário dos Símbolos.....	106
ANEXO E : Entrevista “R”.....	109
ANEXO F : Imagens de Documentos de Expostos.....	112

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Gráfico dos elementos de identificação da criança.....	67
FIGURA 2: Gráfico da idade das crianças no momento da exposição.....	68
FIGURA 3: Gráfico dos elementos referentes à exposição.....	69
FIGURA 4: Gráfico da descrição da poupa.....	71
FIGURA 5: Gráfico da descrição do sinal.....	72
FIGURA 6: Gráfico da referência ao Baptismo.....	73
FIGURA 7: Gráfico do pedido expresso.....	74
FIGURA 8: Gráfico da intenção futura.....	75
FIGURA 9: Gráfico do tipo de afecto dominante.....	77
FIGURA 10: Gráfico da natureza da angústia.....	79
FIGURA 11: Gráfico dos mecanismos de defesa.....	81

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretendemos aceder ao tipo de sentimentos e emoções que apresentavam as mães/substitutos, quando abandonavam os seus filhos na “roda dos expostos” da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, durante os séculos XVIII e XIX.

Iremos efectuar um estudo exploratório dos sentimentos e emoções contidos nos documentos escritos que acompanhavam as crianças quando davam entrada na “Casa da Roda”, documentos que eram elaborados pelos familiares das crianças “expostas” (entregues na roda dos expostos), e que regra geral eram acompanhados por outro tipo de objectos, tais como roupa e objectos de valor simbólico, designados por “sinais”. Estes sinais eram a identidade daquelas crianças e constituíam a única esperança dos pais os recuperarem.

Que tipo de vivências acompanhavam estas mães dos séculos XVIII e XIX no momento em que se separavam dos seus filhos nestas condições? Testemunhavam estes sinais angústia e sofrimento provocado pela separação ou constituíam uma mera formalidade, concretizando o abandono duma criança que não teve qualquer investimento afectivo? Que defesas utilizavam e como expressavam os seus sentimentos e intenções aos que dela se iriam ocupar? Quem eram as crianças enjeitadas? Qual o valor do “sinal” que acompanhava a criança?

Tentar responder a estas questões através de uma pesquisa efectuada nesta pequena amostra constitui o principal objectivo do presente trabalho.

O nosso corpo teórico incide sobre a temática do abandono infantil, em duas vertentes principais, a histórica e a dos mecanismos psicológicos que lhe estão subjacentes. Para uma melhor compreensão do fenómeno pareceu-nos importante efectuar uma análise histórica das relações familiares desde a sua génese e do lugar que a criança ocupava na sociedade ao longo dos tempos. A análise histórica tem como principal fonte de informação a história da família desde a sociedade medieval até aos nossos tempos, passando pela história de Portugal nos séculos XVIII e XIX, particularmente a história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com a importância que sempre teve na assistência às crianças e aos doentes desde a sua fundação, em 15 de Agosto de 1498 até aos nossos dias, e cujo espólio riquíssimo traduz essa realidade.

Como referências teóricas para a análise dos mecanismos psicológicos do abandono recorreremos fundamentalmente à teoria Psicanalítica nos seus autores de referência, e em conceitos fundamentais: os sentimentos, emoções, angústias e

defesas. Constitui nosso propósito analisar o sofrimento psíquico na sua gênese, desenvolvimento e principais formas de expressão. Procuramos também caracterizar a gravidez, maternidade e o tipo de vivências que lhes estão associadas, assim como o desenvolvimento da relação mãe-criança,

Construímos duas grelhas de análise de conteúdo dos textos: uma primeira que corresponde a uma análise dos elementos principais que compõe os textos, e uma segunda para uma avaliação psicológica dos conteúdos presentes. A primeira grelha define os seguintes elementos: identidade das crianças, elementos referenciados acerca da exposição, identificação dos vários tipos de sinais e o seu significado, intenção dos autores do texto em relação ao futuro da criança. A segunda grelha corresponde à categorização dos conteúdos de carácter psicológico, numa análise interpretativa dos mesmos.

A necessidade e pertinência deste estudo prende-se com o facto de que outras disciplinas que estudam e investigam este tipo de documentos se revelarem incapazes de aceder à dimensão afectiva e relacional dos mesmos, fundamental para a compreensão integral de qualquer fenómeno sócio-cultural. Historiadores, Filósofos, Sociólogos, Iconografistas, entre outros, assumem a sua incapacidade em aceder à dimensão psicológica do “material”, cabendo esta à ciência Psicológica, a única que possui instrumentos científicos capazes de aceder à análise e compreensão dos fenómenos psíquicos, complementando os outros saberes e olhares. Se a abordagem interdisciplinar que inclui técnicos de saúde mental já é uma realidade indiscutível na maior parte das ciências humanas em Portugal, o mesmo não acontece nas ciências histórico-filosóficas, onde o apoio de técnicos desta especialidade será ainda uma situação rara e pontual.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 – ASPECTOS HISTÓRICOS DO ABANDONO DE CRIANÇAS

Abordar a temática do abandono infantil obriga-nos a efectuar uma longa história, a da humanidade, numa tentativa de compreender este fenómeno com todas as suas implicações.

Desde o início da sua existência que o homem, ser gregário por definição, se organiza em grupos, maiores ou mais restritos, como forma de proteger a sua vida e garantir a continuidade da sua espécie. Foi no continente Africano que surgiram os primeiros antepassados directos do homem, e até ao aparecimento do homo sapiens (o homem actual), a espécie humana evoluiu ao longo de milhões de anos. É graças à arqueologia que temos dados sobre a vida pré-histórica, o período de tempo que precede o aparecimento da escrita. Inicialmente o homem vivia da caça, e nesta actividade perigosa, dependia da organização e coesão do grupo, organizando-se numa criteriosa divisão de tarefas. As mulheres dedicavam-se à recolha de vegetais frutos e mel, e os homens com a defesa do território e da caça. Durante o paleolítico os povos viviam da terra, e tal como a terra dava o alimento, a mulher dava a vida. Ambas simbolizavam provavelmente a vida e a fertilidade como ilustra a famosa escultura da Deusa-mãe (6000 a. C., escultura encontrada num depósito de cereais). Pensa-se que neste período o homem acreditava que a vida continuava para além da morte, dando grande importância à morada dos mortos, e por isso sepultava os corpos em “antas” colocados em posição fetal (corpo dobrado sobre si próprio em posição fetal).

Deste período da história e mesmo depois da invenção da escrita, todos os temas da história da família e da mulher que envolvem a ilegitimidade e as questões dela decorrentes (o abandono, infanticídio, etc.), seja em atitudes ou sentimentos, e estão carregados de um secretismo em que os registos são parcelares ou mesmo inexistentes, limitando-se muitas vezes na sua época ao secretismo de uma amizade ou do confessorário (Vilas-Boas e Alvim, 2006). Nas mulheres e nas famílias da antiguidade o aborto e o infanticídio eram os métodos utilizados para controlar a natalidade. Com a Doutrina Cristã a condenar moralmente qualquer prática contraceptiva desde muito cedo, a vida da mulher, as suas relações sociais e a sua sexualidade estão plenas de obstáculos e interditos (Marques, 2006).

No século V a.C., as mulheres atenienses estavam impedidas de participar na administração da cidade e proibidas de participar nos convívios, a não ser que fossem músicas ou dançarinas. Estas permaneciam em aposentos próprios que eram comuns

às crianças – geniceu – e as raparigas aí permaneciam até casar, aprendendo com a mãe a governar a casa, a tecer a bordar, a ser boa esposa e mãe. Os rapazes aos sete anos iam para a escola aprender a ler, escrever e tocar instrumentos, e aos doze anos passava a praticar exercícios físicos para desenvolver um corpo são e robusto. Paralelamente aprendiam a oratória (arte de bem falar em público), leis, matemática e gramática.

A designação de Família, surge sob este termo nos textos hagiográficos francos (“família” em latim original) e designa o conjunto do pessoal servil ligado a um senhor e a uma casa, com um significado exclusivamente doméstico e sem qualquer referência ao parentesco apesar de encontramos nalguns textos dessa época o seu actual significado. É apenas nos documentos Italianos do final do século VIII que a palavra aparece como que especializada na designação da família restrita, pai-mãe-filhos.

No fim do Império e no início da Idade Média, o sistema social organiza-se com a família conjugal. A partir de meados do século XII o casamento foi considerado um sacramento e o consentimento matrimonial ligava os esposos de modo definitivo. A promoção da conjugalidade é então o elemento fundamental da organização familiar.

Esta concepção nova de relação conjugal, o casamento, produziu inúmeras desordens sociais: raptos de jovens que eram desposadas secretamente, crimes de bigamia, entre outros, até o concílio de Trento no ano de 1545 pôr termo a estas situações e impor novas regras ao casamento (Badinter, 1981).

É a partir desta altura que a criança assume uma importância crescente, saindo aos poucos do lugar irrelevante que ocupava até então, como podemos verificar pela iconografia, que a representava até aqui com o semblante de um adulto em ponto pequeno, sem qualquer especificidade ou originalidade.

Entre o século XIII e o século XIV a criança surge representada no modelo inspirado no menino Jesus, antepassado das crianças pequenas na história da arte. Com a maternidade da virgem, a tenra infância entra no mundo das representações e permanece com esta conotação até ao século XIV (Ariés, 1973).

Nos séculos XV e XVI a criança não tem ainda um lugar individual na vida da sociedade, não aparece ainda sozinha, mas já é representada em cenas familiares, ao colo da mãe, a brincar ou a urinar. A família não tinha uma função afectiva mas de conservação de bens. As trocas afectivas e intercâmbios sociais efectuavam-se num meio extremamente denso e caloroso fora da família, composto por vizinhos, amigos, amos e servidores, crianças, velhos, mulheres e homens. Os historiadores Franceses dão hoje o nome de “sociabilidade” a esta propensão das comunidades tradicionais para os encontros, convivência e festas.

Durante o século XVII a filosofia e a teologia elaboram uma imagem dramática da infância, Santo Agostinho qualifica a criança como um ser acabrunhado pelo peso do pecado original, símbolo da força do mal, justificando este todas as ameaças, vergastadas e palmatórias. Mimos e ternuras são significado de moleza e pecado.

A filosofia cartesiana, tão inovadora em todos os domínios, retoma noutra registo a crítica da infância, dizendo que é o lugar do erro, e fraqueza de espírito.

Foi no fim do século XVII que se deu a demarcação da família relativamente à rua, à praça pública, à vida colectiva, verificando-se o seu recolhimento no interior de uma casa mais bem delimitada e mais preparada para a intimidade. De acordo com as reflexões de P. Ariés, este sentimento de família está relacionado com o sentimento da infância que se altera, surgindo um interesse manifesto pela criança (Ariés, 1973). Surge um vestuário próprio para a criança, até aí inexistente, uma preocupação pelas suas leituras.

Até ao final do século XVII persistiu o infanticídio tolerado, pois apesar de oficialmente não ser uma prática “aceite”, era praticado em segredo com bastante frequência, camuflado sobre a aparência de acidente. As crianças morriam naturalmente asfixiadas na cama dos pais e nada se fazia para as salvar. Havia crianças a mais e a sua sobrevivência era muito problemática sendo comum o sentimento de que se faziam muitos filhos para se conservar apenas alguns.

Por esta altura a iconografia conhece uma transformação muito significativa: torna-se familiar e passa a representar as idades da vida. Os santos padroeiros surgem na gravura e na pintura na qualidade de protectores da família. É o início da existência de um culto privado de carácter familiar, e personalizado à criança como o do “Anjo da Guarda”.

Durante os séculos XVII e XVIII verificaram-se alterações profundas a este cenário: a mulher tentou definir-se como mulher, com grandes transformações na vida social e familiar (Saraceno e Naldini, 1992). Em França, o país Europeu por excelência da liberdade feminina, as mulheres Aristocratas foram as primeiras a experimentar a arte de viver sem filhos, e algumas dedicaram-se à política.

Assistimos no final do século XVIII à prática da contracepção por parte dos casais (coito interrompido), e a um recuo na amamentação das mães às crianças, contrariamente ao que as mães tinham praticado no século XVI em que amamentavam os seus próprios filhos. Verifica-se um recurso em grande número a amas, nas classes mais altas no século XVII, que se torna prática generalizada a todas as classes sociais no século XVIII. A argumentação das mulheres passava por razões de ordem física, para protecção da sua saúde evocando a sensibilidade nervosa excessiva que provocavam os choros da criança. Médicos e moralistas

estavam de acordo em relação à proibição das relações sexuais durante a gravidez e período de amamentação, pois consideravam que o esperma talhava o leite e punha em perigo a vida da criança. A criança tornava-se assim um estorvo para os pais. Se no século XVIII se verificou um ligeiro recuo na mortalidade dos adultos, graças ao desaparecimento dos grandes flagelos da guerra, peste, e depois de 1750 das grandes fomes, a mortalidade infantil mantinha-se no entanto elevadíssima (História da Vida Privada, 1991).

Apesar de alguns historiadores interpretarem a frieza materna e paterna deste período como uma defesa contra o risco tão elevado de perder os seus filhos, outros invertem a situação considerando que o facto das mães desinvestirem os filhos logo à nascença, entregando-os a amas, os fragilizava, diminuindo muitíssimo as suas possibilidades de sobrevivência. Elizabeth Badinter mantém a convicção de que em todos os tempos houve mães devotadas, dando o exemplo das mães camponesas de Montailhou, que no século XIV embalam acarinham e choram os seus filhos mortos, e que o amor maternal não é uma invenção do final do século XVIII ou XIX (Badinter, 1981). Os cronistas da época não se interessaram por estas mães devotadas porque o amor de mãe não tinha nesse tempo valor social e moral de maior.

Temos hoje a convicção profunda de que a morte de um filho deixa uma marca indelével nas memórias da mãe, mesmo a mulher que perdeu um feto pouco viável conserva a recordação dessa morte com sofrimento, se tiver desejado a criança. Sem cair nas manifestações patológicas do luto, qualquer mulher se lembra desse dia como a data de uma perda insubstituível.

A insensibilidade aparece-nos muito cruamente nos anais domésticos do século XVIII. Nalgumas paróquias em França nem o pai nem a mãe se deslocavam para assistir à inumação de um filho com menos de cinco anos. A aflição é excepcionalmente permitida e não depende senão da qualidade particular da criança morta.

Apesar da mensagem de amor e do discurso de Cristo e da teologia cristã, os textos religiosos evocavam insistentemente a má condição das mulheres (o génesis e o texto de S. Paulo “a epístola aos Efésos”), reforçando a autoridade paterna e marital.

O aumento considerável das responsabilidades maternas, a partir do fim do século XVIII obscureceu progressivamente a imagem do pai, a sua autoridade e importância tão grandes que tinha até ao século XVII, podendo inclusivamente decidir sobre a sua vida. O primeiro direito paterno suprimido foi o direito de morte, porque o pai não pode destruir o que foi criado por Deus.

A imagem do pai muda radicalmente e o discurso absolutista em que se baseava o direito e a monarquia inverteu-se, assumindo o estado progressivamente este papel.

A educação e a preservação da privacidade pela vida sexual dos adultos só começavam praticamente a partir dos sete anos. O modo familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte dos costumes e não chocava a opinião pública; isto por duas razões principais, primeiro porque se considerava a criança impúbere como estranha e indiferente à sexualidade, e segundo porque não existia ainda o sentimento de que a referência a assuntos sexuais poderia manchar a inocência infantil.

Uma outra atitude, comum nesta época, própria do pai e da mãe igualmente é a incrível desigualdade de tratamento de que os filhos eram objecto segundo o sexo e o lugar que ocupavam na família. A mãe tem uma relação privilegiada com o filho varão primogénito, herdeiro exclusivo do património e do título no caso dos pais serem nobres. No campo, nos lares mais modestos, é para o filho mais velho o melhor bocado de carne quando a há, os rapazes mais novos raramente a provam e as raparigas nunca. A mãe conservava junto de si o filho mais velho rapaz durante a primeira infância, alimentando-o e ocupando-se directamente dele. A ternura maternal assentava num sentido da previsão, pois em caso de morte do pai antes da mãe a sua sobrevivência, velhice e a sua felicidade dependia do filho varão que era o herdeiro. Compreendem-se assim os ódios fraternais. Estas mães que faziam opção por outros interesses sem ser a vida dos filhos fazem parte da história da maternidade e revelam uma imagem cruel dessa mesma maternidade.

Na Idade Média não existiam festas religiosas da infância. A partir do século XV a representação de crianças, sobretudo no momento da circuncisão, começaram a ser tratadas pelos artistas, coisa que não era habitual na Idade Média ou Renascimento. A primeira comunhão vai a pouco e pouco transformar-se na grande festa religiosa da infância, tendo-se transformado na cerimónia característica na actualidade a partir de meados do século XVIII, tendo-se adquirido o hábito de perpetuar a sua memória através de uma menção numa imagem piedosa. Faltava acentuar a solenidade através do uso de um traje especial, o que se verificará no século XIX. A cerimónia da primeira comunhão converteu-se na manifestação mais visível do sentimento da infância entre o século XVII e o final do século XIX, celebrando assim a sua inocência e participação racional dos mistérios sagrados.

Uma nova ideologia surgiu com a filosofia das luzes propagando duas ideias complementares que favoreceram o desenvolvimento do amor e a sua expressão: as ideias de igualdade e felicidade individual. Assistimos no século XVIII à emergência da opinião pública, altura em que aparecem os primeiros jornais ligados aos círculos restritos dos salões literários. Modifica-se o estatuto do pai e da mãe e mesmo o da criança no sentido de uma maior homogeneidade. Estes primeiros golpes na

autoridade paterna beneficiavam não só a criança como a mãe, a qual podia assumir maior valor e conquistar uma certa autonomia. Dois textos dão-nos a medida desta transformação nas mentalidades: o artigo da “*enciclopédia*” consagrada ao poder paternal (os direitos dos pais são limitados pelas necessidades próprias da criança – poder mais parental que estritamente paternal) e uma passagem do “contrato social” de Rousseau (expõe uma teoria nova da família – afirma que a família é a única sociedade natural, rejeitando toda a autoridade política do rei sobre os seus súbditos concebida a partir do modelo da autoridade do pai sobre os seus filhos). Rousseau vai para além do pensamento da “*enciclopédia*” ao defender a ruptura do laço existente entre pais e filhos quando a criança se torna capaz de tomar conta de si própria. Já não serão agora laços naturais, mas os laços voluntários, livres e conscientemente escolhidos. Num dos seus discursos Rousseau conclui: “cada família torna-se mais unida quanto mais a afeição recíproca e a liberdade forem os únicos laços a uni-la”. A criança “é uma criatura livre em potência”, mas a mulher continua a ser um indivíduo relativo, definido pela sua relação com o homem, fechada nos seus papéis de esposa e de mãe (Ariés, 1973).

Apesar desta visão da mulher permanecer durante um longo período da história, outras vozes se ergueram: Montesquieu por diversas vezes se empenhou em denunciar a desigualdade existente entre o homem e a mulher. Em “o sistema social”, Holbach, mais próximo de Montesquieu que de Rousseau, denuncia a mulher-brinquedo que os homens fabricaram para seus próprios prazer e poder.

Voltaire desenvolve um tema intermediário que concilia ao mesmo tempo a ideologia de Rousseau e a de Montesquieu e a de Holbach. Pensa que uma educação sólida dada às mulheres as determinaria ainda mais a serem boas mães e boas esposas.

Condorcet foi o único filósofo mais feminista do seu século que se empenhou deveras na demonstração da igualdade natural e política do homem e da mulher. Para ele o génio feminino não se limita à maternidade.

Se o estatuto da mulher não se modificou notavelmente ao longo do século XVIII, nem mesmo durante a revolução francesa, o da esposa-mãe evoluiu bastante. Por num lado a moda do casamento por amor transforma a esposa em companheira e por outro os homens responsáveis querem que as mulheres tenham um papel mais importante na família e nomeadamente junto dos filhos.

O século XVIII aproximou consideravelmente a esposa do marido, o que se deve não apenas à importância crescente que a criança toma na sociedade, mas em grande parte também a uma verdadeira obsessão da filosofia das luzes: a busca da felicidade em breve seguida por uma nova valorização do amor. Filosofar já não é aprender a

morrer, mas a viver aqui e agora. Os pensadores das luzes descobriam quais as condições da felicidade, não como uma questão individual mas vivida a dois e em termos colectivos.

O século XVIII lançou a ideia da responsabilidade parental, o século XIX reforçou-a, acentuando a da mãe, e o século XX transformou o conceito de responsabilidade maternal no de culpabilidade maternal.

Shorter referencia a nova família (Shorter, 1977) como de uma “unidade sentimental” ou de um “ninho afectivo” que engloba marido, esposa e filhos. É o nascimento da moderna família nuclear na origem da qual está o amor. A hora é de intimidade, das pequenas residências particulares confortáveis, com salas independentes e com entradas particulares para cada família. É esta imagem da família que nos dá a literatura e a pintura do fim do século.

No século XIX assistimos a uma nova alteração dos valores e hábitos, passando a família a organizar-se em volta da criança numa filosofia totalmente nova: o respeito e o amor pelos filhos, desaparecendo as antigas formas de sociabilidade. Os médicos tomam consciência da especificidade da criança, e contrariamente à sua praticamente recusa em observar as crianças que adoeciam, estando estes cuidados à responsabilidade das mulheres, em 1872 surge o termo “pediatria” e a especialidade no fim do século.

No século XIX o Estado interessa-se cada vez mais pela criança vítima, pobre ou delinquente. Perante a carência paterna determinada e comprovada o pai propõe-se substituir o pai criando novas instituições: o mestre-escola, o juiz de menores, a assistente social, o educador e mais tarde o psiquiatra, detentores cada um deles de uma parcela dos antigos atributos paternais.

A atitude em relação à escola também muda: na Idade Média, os renascentistas confundiram a educação e a cultura, alargaram a educação a todo o tempo que durava a vida humana, sem atribuírem valor privilegiado à infância e à juventude, sem delimitarem a frequência da escola de acordo com os critérios etários. Criadores de colégios e pedagogias, é com os Jesuítas, os oratorianos, os jansenistas, que surge o sentido da especificidade infantil, o conhecimento da psicologia infantil, a preocupação com um método que se adaptasse a esta psicologia.

Para as mulheres os hábitos de precocidade e de infância breve permanecem inalterados da idade média ao século XVII. Elas estavam excluídas da instrução. Para além da aprendizagem doméstica as raparigas não recebiam qualquer instrução.

A instituição ideal do século XIX será um internato. A escolaridade será uma escolaridade de crianças e jovens, ao contrário do que acontece na Idade Média e renascimento, que deixará de abranger a idade adulta embora se trate de uma

escolaridade relativamente longa. O ciclo de estudos no fim do século XVIII era bastante semelhante ao do século XIX, quatro a cinco anos pelo menos. Assim a infância prolongou-se aproximadamente a toda a duração da estada na escola.

A partir do século XVIII a escola única foi substituída por um duplo sistema de ensino, no qual cada sector corresponde não a uma idade mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário).

É agora a criança, através da escola, que veicula os valores do mundo exterior e os transmite aos seus pais. Este processo não se verifica para as classes abastadas que continuam a transmitir os seus próprios valores e a mandar os filhos para cursos particulares.

Conforme era rica, remediada ou pobre, a mulher dos finais do século XVIII, e sobretudo a do século XIX aceitou mais ou menos depressa o papel de boa mãe, começando a desenhar-se uma nova imagem da mãe cujos traços se irão acentuar nos dois séculos seguintes. O bebé e a criança tornam-se objectos privilegiados da atenção maternal.

É unânime a opinião dos vários autores em considerarem como primeiro sinal desta mudança a nova atitude da mãe em ser ela a cuidar do seu bebé, amamentando-o e sacrificando o seu conforto a favor da vida e bem-estar da criança. É por esta altura que as mães abandonam a moda tradicional de enfaixar o bebé, iniciando-se esta atitude nas classes superiores. As classes desfavorecidas e camponesas conservam até mais tarde o antigo uso e apenas tomam conhecimento dos novos hábitos libertadores das cidades em meados do século XIX.

Uma vez retirada a armadura das faixas, a ternura e as relações carnis são finalmente possíveis entre mãe e filho. As carícias maternais, a liberdade do corpo e as fraldas bem lavadas são testemunhos do novo amor pelo bebé.

Nos finais do século XVIII são em primeiro lugar a higiene e a saúde da criança pequena que prendem a atenção da mãe. Quando engravida, a nova mãe preocupa-se em seguir um bom regime alimentar numa dieta à base de legumes, de frutos e lacticínios, como aconselhava Rousseau. Depois do parto continua este regime para manter a qualidade do leite, e portanto, a saúde do bebé. Rousseau é o primeiro grande promotor do banho diário para a criança pequena.

A presença do médico junto da família faz-se sentir cada vez mais no século XIX, estabelecendo este uma aliança privilegiada com a mãe. Graças a esta nova atitude, a criança já não é posta à distância ou mandada para outro andar da casa familiar, mas brinca nas saias da mãe, toma as refeições ao lado dela e tem o seu lugar no salão dos pais como testemunham numerosas gravuras. Preocupada com o futuro dos seus

filhos, limitará voluntariamente a sua fecundidade, e o seu amor deixará de ser selectivo passando a pertencer a todos os filhos igualmente. A nova maneira de viver “interior” mantém bem quentes os laços de afecto familiares que se reorienta à volta da mãe, passando esta a ter uma importância que nunca antes tivera.

Esta nova atitude não era ainda extensiva a toda a população mas restrito, exclusivo à burguesia abastada, e será necessário muito tempo antes de a moda se tornar comportamento “natural”, descendo “à rua” e subindo às esferas superiores.

As mulheres da média burguesia, as últimas a abandonar os filhos, são também as primeiras a retomá-los nos braços. As mulheres das classes dominantes, foram as primeiras a separar-se dos filhos e as últimas a mudar de atitude. São numerosas as crianças mais ligadas à ama do que à mãe. Um número significativo de mulheres do campo, vivendo na pobreza e na miséria, deixava a sua família e o seu bebé assim que davam à luz, e iam para a cidade servir de amas para casa de famílias abastadas, acabando por se afeiçoar a estas crianças e praticamente adoptá-las.

As burguesas, pertencentes à classe média, nem pobres nem particularmente ricas ou brilhantes, viram nesta nova função da maternidade a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocracia não precisava de buscar. Responsável pela casa, pelos seus bens e almas, a mãe é sagrada doravante “soberana doméstica”. A padroeira natural desta nova mãe é a virgem Maria, cuja vida inteira é um exemplo de total dedicação ao filho.

Nos finais do século XVIII a camponesa porá o seu filho nas mãos de uma ama para melhor ajudar o marido nos campos ou para se tornar ama de crianças das cidades. A situação da mulher desfavorecida é agravada ainda por uma fecundidade excessivamente generosa.

Os conselhos de Rousseau nunca serão seguidos plenamente e o sistema das amas continuará a prosperar até ao fim do século XIX, altura em que são criadas nas grandes cidades sociedades de protecção à infância.

Esta prática continuará até ao início do século XX altura em que a esterilização tornará o uso do biberão destituído de perigo. Daqui para a frente a amamentação artificial, sob a forma de biberão de leite de vaca tornado possível pelos progressos da esterilização, tomará o lugar do aleitamento mercenário.

Auxiliar do médico no século XVIII, colaboradora do padre e do professor no século XIX, a mãe do século XX terá uma última responsabilidade: o inconsciente e os desejos do seu filho. Graças à psicanálise, a mãe será promovida “a grande responsável” pela felicidade do seu filho. Da responsabilidade passava-se à culpabilidade à mínima dificuldade infantil. Rousseau e Freud com cento e cinquenta anos de diferença, sublinham o sentido da dedicação e de sacrifício que na sua

opinião caracterizam a mulher “normal”. O modelo de Freud e de Rousseau afundou-se sob o golpe das feministas. Certos sinais parecem anunciar que uma nova revolução familiar começou: o projecto desloca-se de novo na direcção do pai, não para voltar a relegar a mãe para as sombras, mas para pela primeira vez iluminar a mãe e o pai ao mesmo tempo.

A partir dos séculos XII e XIII a Igreja condena vigorosamente a exposição de crianças, o aborto e o infanticídio, e paralelamente assiste-se à adopção de medidas de coerção para estes crimes. Surgem as primeiras casas de acolhimento para crianças abandonadas. Mas apesar disto, até ao final do século XVII persistiu o crime do infanticídio tolerado: não sendo uma prática aceite, o infanticídio era considerado um crime severamente punido, mas praticado em segredo com bastante frequência, camuflado sob a aparência de acidente: as crianças morriam naturalmente asfixiadas na cama dos pais.

Nos lares mais pobres da época a existência de uma criança é uma ameaça para a existência dos próprios pais, recorrendo estes ao seu abandono, em hospitais ou em amas sem condições, ou conduzem a criança à morte por “aspersão ou abafamento”. Apesar deste fenómeno ser característico dos lares mais pobres, ele também ocorria noutros estratos sociais pela análise dos documentos que acompanhavam as crianças.

Nesta época o abandono das crianças assumia diversas formas. Prática comum em todos os estratos sociais era a entrega da criança a uma ama poucas horas a seguir ao nascimento. Nas classes mais diferenciadas os pais escolhiam uma ama com o auxílio de um médico, seleccionando a que lhes parecia “mais sã e de bom temperamento. Escolhe-se as amas com um encarregado, junto dos vizinhos, percorrendo os mercados e as ruas à procura de uma camponesa ou recorrendo a mensageiras chamadas “recomendadoras” que são intermediárias com assento nos mercados ou nas praças principais. Encontram-se à frente de uma espécie de agências de colocação que só passam a ser regulamentadas em 1715.

Médicos e moralistas do século XVIII vão acusar as amas de todos os pecados: puro interesse económico, preguiça, ignorância, preconceitos, vícios e doenças. Mas reconhecer-se-á em 1770 que a razão de tantos erros muitas vezes mortais, é a pobreza destas amas. As suas doenças alteravam o leite contaminando o bebé. A esta má alimentação é preciso somar as práticas muitas vezes assassinas, como a utilização de narcóticos administrados à criança para adormecer, xarope de diacódio, laúdano, aguardente, que eram de uso corrente nas províncias meridionais. Os farmacêuticos vendiam estes produtos tão facilmente que não era raro que as crianças morressem de uma dose excessivamente forte. Outra característica comum era a

sujidade e a falta de um mínimo de higiene. Havia o hábito generalizado de “enfaixar” os bebés (enfaixamento: vestiam ao bebé uma camisinha de pano grosseiro, depois uma fralda, a seguir colocavam-se-lhe os braços contra o peito e passava-se uma faixa larga por baixo das axilas, bloqueando-lhe os braços e as pernas; punham-se fraldas e faixas de pano entre as coxas da criança e enfaixava-se tudo por meio de uma ligadura circular, apertada estreitamente dos pés à altura do pescoço). Enfaixada, a criança de colo corria grande risco de mal-estar e de doença. Durante séculos, e até ao século XIX, os bebés eram enfaixados porque se receava que a moleza do seu corpo desse lugar a algum acidente e para os fazer crescer direitos e bem formados.

Condenado e punido o infanticídio, começa aqui a história de um verdadeiro abandono maternal, mesmo por parte das mães que não o efectivavam como tal. Uma vez confiado à ama, os pais desinteressam-se da sorte do seu filho. Quatro anos são a duração média da estadia da criança em casa da ama.

Desmamadas aos quinze, dezoito ou vinte meses, as crianças permanecem em casa da ama e durante todo este período os pais parecem pouco preocupados com o que se passa com o filho, raramente o vão visitar ou escrevem. Se pobres, receiam que a ama lhes peça dinheiro. Esta situação é comum em todas as classes sociais. A criança regressa muitas vezes ao lar paterno mal-formada, raquítica, enfezada ou está gravemente doente, facto de que os pais se queixam mais do que se a criança tivesse morrido. A criança das classes mais abastadas quando regressa a casa da família é imediatamente colocada nas mãos de uma governanta até à idade dos sete anos. Depois disso, se for um rapaz, é entregue a um preceptor, se for rapariga é alojada com a governanta que tenta transformá-la num adulto em ponto pequeno. A mãe com a filha mantém relações raras e distantes. A dureza dos pais era um facto corrente. O preceptor era um pouco como a governanta, fazia parte dos criados mas tinha como dever ensinar a ler e a escrever, latim, geografia, história. Alguns eram competentes, como Rousseau (preceptor do jovem Mably), mas outros eram ignorantes e brutais. Os pais pareciam muitas vezes dar mais importância ao criado de quarto do que ao preceptor, sendo poucos os preceptores que recebiam recompensa pelos serviços prestados, ao contrário dos criados.

Entre os oito e os dez anos a criança era novamente afastada de casa para completar a sua educação em casa dos vizinhos. As famílias trocavam entre si os respectivos descendentes que iam servir como criados ou aprendizes. Com as escolas e sobretudo, no fim do século XVII a criação dos internatos, que separam radicalmente os adultos das crianças, começa um longo processo de internamento que se prolonga até aos nossos dias.

A primeira fase contempla um período que se estende desde a antiguidade até meados do século XVII, em que o abandono existia, era legal, mas não era um fenómeno de massas. A segunda fase – período iluminista – que representa uma explosão do fenómeno por toda a Europa, onde adquire proporções gigantescas que se prolongam por uma boa parte do século XIX.

Durante à antiguidade quem queria abandonar uma criança depositava-a num local onde tivesse a certeza de que esta era prontamente recolhida. O abandono era legal desde que não colocasse a vida da criança em perigo. O infanticídio era severamente punido porque era considerado crime de homicídio. Abandonada a criança, esta era recolhida por um estranho, que se prontificava a criá-la ou a dá-la a quem a criasse, passando esta na prática e juridicamente (a lei tinha uma grande versatilidade neste sentido) a fazer parte desta família.

Na alta Idade Média, o abandono de crianças continuou a verificar-se nestes parâmetros, o que indica que não era ainda um fenómeno de massas sem mediação institucional. Pôs-se em marcha outro sistema: o da “*oblatio*”: consistia em oferecer os filhos a um mosteiro para serem criados por monges sem qualquer controle parental posterior à oferta. Esta dádiva assumia o carácter de acto religioso ou oferta sacrificial: ofereciam-se filhos para servir a Deus. Este sistema constituía no entanto um dispositivo eventual para as famílias se descartarem das crianças excedentárias. A figura do hospital dos expostos apareceu na baixa Idade Média, e encontrava-se integrada nas estruturas hospitalares mais abrangentes: os expostos entravam no meio de doentes, velhos e pobres. O fenómeno aumentou mas conservava ainda uma fraca amplitude.

Os mais antigos hospitais que acolheram expostos são o do *Santo Spirito di Saxia* em Roma que fazia parte do hospital geral com o mesmo nome, a que se seguiram outros hospitais em Itália e no resto da Europa Ocidental.

O abandono das crianças que aumentou muito na segunda metade do século XVIII, continuou com maior vigor ainda na primeira metade do século XIX. Alguns historiadores sugerem que a generalização, em 1811 do sistema da “roda” nos hospícios (permitindo à mãe colocar a criança ao cuidado da assistência sem ter que revelar a sua identidade), juntamente com os efeitos da industrialização e o crescimento urbano, contribuiu para provocar este grande aumento.

O “*Ospedale degli Innocenti*” de Florença é considerado como o primeiro hospital de expostos moderno: tinha um edifício próprio, monumental, cujo projecto foi confiado ao mais importante arquitecto da cidade Filippo Brunelleschi. Difere dos outros hospitais porque se constituiu exclusivamente como uma instituição dedicada a crianças abandonadas com instalações próprias. Este hospital possui desde o início

uma identidade formulada nos termos estritos do abandono e criação de expostos, fundado por iniciativa da corporação da seda e do governo comunal. Foi objecto de um verdadeiro culto cívico porque representava o empenho do governo republicano na criação dos futuros cidadãos. Fundado em 1410, abriu em 1445 e admitia uma média de 130 crianças por ano já nos meados do século XV. Nesta época o abandono tinha como produto a construção do estado moderno. Estas crianças representavam um potencial demográfico que no caso de Florença, cidade do fabrico da lã e da seda, produzia futuros artesãos, que integrariam mais tarde a mão-de-obra da cidade, e por outro lado demonstravam a benevolência paternal do governo da república. Foi esta intenção política que permitiu que o abandono se tornasse um fenómeno de massas.

Existia paralelamente uma razão religiosa: acreditava-se que as crianças mortas sem baptismo, risco que as crianças abandonadas corriam, iam para o limbo. De certa forma aceitava-se que as crianças morressem (o que acontecia em número surpreendentemente elevado), mas não que lhes fosse negada a graça do baptismo. À luz da ideologia da Igreja cristã, através do Sacramento do Baptismo a criança ficava “lavada” do pecado original, passando a pertencer solenemente a esta religião.

A partir de finais do século XV, surge esta figura do hospital de meninos expostos que se estende a toda a Europa. A reforma e contra-reforma a complicarem o mapa religioso da Europa ocidental, diversificaram também o fenómeno do abandono. O grande hospital dos expostos situado numa cidade e absorvendo as crianças abandonadas das zonas rurais vizinhas é um fenómeno mais católico do que protestante. Para os protestantes não era fundamental baptizar as crianças em risco de vida. Tudo isto decorria das transformações que a reforma provocou nas atitudes perante o baptismo: a ênfase protestante era colocada na purificação da alma da criança e não na aquisição do direito à vida eterna. Para os protestantes o limbo das crianças tinha deixado de existir. Há outra razão que explica a ausência de um abandono massificado nos países protestantes: a maior parte deles possuía um financiamento directo da caridade, ao contrário dos países católicos em que a caridade obtinha os seus fundos sobretudo graças a doações testamentárias que eram multiplicadas através de sistemas de crédito postos a funcionar pelas confrarias e outras instituições. Nos países protestantes as pessoas davam esmolas que eram reunidas em arcas comuns, e nalgumas unidades políticas protestantes existia mesmo um pagamento organizado de impostos que revertia a favor dos pobres locais, como por exemplo nas “*poor laws*” em Inglaterra e nos os reinos escandinavos. Cada localidade era responsável pelos seus pobres e cada vez que uma criança era abandonada procurava-se a mãe respectiva que era obrigada a ficar com ela para

evitar sobrecarregar a localidade com o custo do seu sustento. Por outras palavras o tipo de caridade dos países protestantes dificultava o abandono anónimo de crianças.

Na Europa católica, em contrapartida, vigora a obsessão do baptismo dos recém-nascidos e a adopção de um dispositivo já existente em conventos de clausura para servir para depositar anonimamente as crianças abandonadas: a roda dos expostos. Consistia numa caixa giratória, cilíndrica, com uma única abertura, onde a criança era colocada, sem que a pessoa que o fazia tivesse que se identificar.

Para além de proporcionar um abandono estritamente anónimo, dava azo ao transporte de crianças das zonas rurais para as grandes cidades onde eram anonimamente abandonadas. Os contemporâneos justificavam a existência da roda com o horror ao infanticídio que proliferava quando ela não existia. Por outro lado aplicava-se a lógica da segunda oportunidade à mulher solteira ameaçada por uma gravidez, dando-lhe hipóteses de ter acesso ao mercado matrimonial.

Kertzer relacionou directamente o concílio de Trento com o abandono de crianças ao defender que a Igreja privou os filhos de identidade social obrigando as mães a abandoná-los e desobrigando os pais dessas crianças de responsabilidades paternais.

Nalgumas cidades (Milão) verificou-se uma série de abusos do sistema utilizando outras finalidades diferentes daquelas para as quais o sistema foi criado (o encobrimento da bastardia), ao fazer do anonimato a sua característica central.

Motivações religiosas, políticas e provavelmente alterações profundas no sistema demográfico europeu, ocasionaram no século XVIII um crescendo do fenómeno para proporções gigantescas que se prolonga por grande parte do século XIX (Milão, Veneza, Florença, Sevilha, Paris).

A explosão demográfica poderá explicar que alguns países protestantes tenham acedido a fundar hospitais de expostos no século XVIII. Além de tardios, os hospitais de expostos do mundo protestante tiveram duração efémera. Por outro lado raramente acederam a acolher anónima e indiscriminadamente as crianças, pondo a funcionar dispositivos de triagem e identificação da procedência das crianças.

Os hospitais de expostos eram muitas vezes edifícios monumentais que testemunhavam o poder político das autoridades locais e por vezes do poder central. Curiosos são os projectos que acompanharam a criação de muitos desses hospitais: a França sonhou colonizar a Louisiana com as crianças expostas, o Grão ducado da Toscana pretendeu usá-las para secar os pântanos da Maremma, Napoleão pretendeu criar uma Elite de soldados que formariam a sua própria guarda imperial, a Rússia sonhou criar um terceiro estado que lhe faltava, chegando o Hospício de Moscovo inicialmente a gratificar com um pequeno montante em dinheiro as mães que quisessem participar neste projecto megalómano abandonando os seus filhos.

Todos estes projectos, verdadeiras utopias iluministas, esbarravam com um facto incontornável: em nenhum destes hospitais a taxa de sobrevivência foi superior a 300 por mil. Na maior parte dos casos 70% das crianças abandonadas morreram antes da adolescência. Visto deste prisma podemos perguntarmo-nos hoje em dia se tratava de um objectivo sério, ou apenas uma estratégia para consolidar e legitimar a ideia do estado iluminista: as crianças ditas de ninguém eram cuidadas pelo estado na pessoa do Rei, o que reforçava a benevolência do soberano.

Por detrás desta massificação do abandono estavam fenómenos demográficos mais difíceis de explicar tais como o aumento da fecundidade, o aumento da ilegitimidade ou a diminuição da mortalidade, que permitiram o aumento demográfico contínuo que então se verificou em toda a Europa e cuja progressão declinou apenas no século XX. Independentemente deste facto importa reter que os estados europeus iluministas tudo fizeram para promover a massificação do abandono institucionalizado. Este continuou com as monarquias constitucionais, que herdaram grande parte das ideias iluministas.

2 – O ABANDONO EM PORTUGAL

Apesar destes esforços a realidade da vida das crianças na casa da roda ou nas amas era dramática: em França das 25 000 crianças entregues a amas, morrem 20 000, e em Lisboa, no ano de 1851, o Dr. Tomás de Carvalho, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não hesita em declarar que “a casa dos expostos de Lisboa era um verdadeiro açougue de crianças” (Victor Ribeiro, “História da Beneficência Pública em Portugal, pp. 105).

Realidade idêntica caracterizava a casa da roda do Porto.

Foi no reinado de D. João II (2ª Dinastia 1481 – 1495), o príncipe perfeito, que nasceram as misericórdias em Portugal. Este casou com D. Leonor de Bragança, rainha muito virtuosa e caridosa, que iniciou todo um movimento de tarefas assistenciais, numa época de grande pobreza e marginalidade que caracterizava a sociedade renascentista Portuguesa. D. Leonor nasceu em Beja a dois de Maio de 1458, fruto do casamento dos infantes D. Fernando (filho do Rei D. Duarte e D. Beatriz), e da Infanta D. Isabel (filha do primeiro Duque de Bragança). Casou com D. João em 16 de Setembro de 1475. Por morte de D. João II, e por ter morrido o seu único filho o príncipe D. Afonso, sucedeu-lhe o seu primo e cunhado D. Manuel I. Em 14 de Março de 1499, em despacho régio, D. Manuel I exprimia o desejo de que em todas as cidades, vilas e lugares do reino, existissem confrarias, numa obra que não se estendesse apenas à capital mas a todas as povoações do reino. Assim nascem Misericórdias em dezenas de localidades Portuguesas durante o primeiro quartel de quinhentos.

Apesar das inúmeras obras de caridade que já existiam em Portugal praticadas pelas confrarias medievais (ordem dos Franciscanos e Dominicanos, Ordem da Santíssima Trindade), D. Leonor introduziu um espírito novo na fundação de uma irmandade por meio de um compromisso em que se escreviam todas as regras do seu funcionamento, numa nova política de assistência para tornar os serviços mais adequados e adaptados à sua finalidade. Assim, além dos serviços hospitalares prestados aos doentes, prestava também assistência aos enfermos e mendigos, aos órfãos e idosos, aos cativos e leprosos, sem esquecer a ajuda espiritual aos mortos e aos desavindos da sorte.

Não se pensa que a irmandade visse o seu compromisso redigido antes do ano de 1500. Os mais antigos documentos que se conhecem datam de 13 de Setembro de 1498, uma carta régia que apenas refere “os mordomos da confraria da Misericórdia”, sem qualquer outra alusão.

O diploma Manuelino de 2 de Novembro de 1498 regista os “mordomos e *officiaes*” como incumbidos de zelar pelo funcionamento da confraria, não mencionando ainda o provedor nem a existência da mesa. Em 1500 surge o compromisso elaborado por Duarte Borges aprovado em 25 de Setembro do mesmo ano. Perdeu-se o original do compromisso de 1500 no terramoto de 1755 que destruiu a quase totalidade do arquivo da Misericórdia de Lisboa. Subsiste o novo compromisso de 1502, feito em pergaminho por Gomes Peixoto. O novo compromisso foi aprovado em 1516 e escrito por André Pires.

Instalada desde a fundação na Sé de Lisboa, a Misericórdia não possuía uma sede própria, sendo este espaço exíguo para a concretização das suas obras. Este facto levou D. Manuel I a mandar construir um magnífico edifício para a instalação da Misericórdia de Lisboa junto à Ribeira no Terreiro do Paço. Efectuou então a sua solene transladação em 25 de Março de 1534.

Em 1543 a Misericórdia de Lisboa passa a assumir as responsabilidades sobre os “enjeitados” e em 1564 foi-lhe entregue o Hospital de Todos os Santos, onde estavam incorporados todos os hospitais da cidade.

Em Portugal antes do aparecimento dos hospitais de expostos no século XVI e XVII (exceptuando algumas raras fundações medievais) os expostos eram confiados por lei às câmaras municipais, que tinham obrigação de os recolher e fazer criar por amas com fundos concelhios. Com o advento dos hospitais de expostos as câmaras continuaram a ocupar-se das crianças abandonadas, mas nos grandes centros urbanos Portugueses efectuaram-se contratos com as misericórdias, através dos quais estas asseguravam os aspectos logísticos da criação de expostos, mediante financiamento da câmara.

O abandono de uma criança na roda envolvia uma teia de cumplicidades intra e extra-familiares, para além de toda a máquina administrativa necessária para fazer funcionar o sistema. Quase todos lidavam de perto com este fenómeno, que deixava pouca gente incólume (pais ou parentes próximo da criança abandonada, famílias que criavam os expostos, médicos, parteira, a pessoa que escreve o bilhete da criança, a pessoa que a transporta para a roda, as amas que a recebem, os funcionários que abrem o processo administrativo da criança, as amas que a levam para suas casas retirando-as do hospital...). O número de expostos por ama de leite podia oscilar entre apenas um a seis ou sete, nos casos extremos, sendo a média de três a quatro. Essas amas tinham geralmente um marido interessado no salário delas e tinham outros filhos. Era o pároco da localidade que atestava a sua capacidade moral para criar o exposto. As pessoas interessadas em ficar com o exposto, terminada a criação eram

muitas: donos de fábricas, lavradores sem filhos, famílias em busca de servidores domésticos ou a própria ama da criança.

A roda era a forma mais comum de abandono utilizado em Portugal e a sua abolição a partir da década de sessenta do século XIX marca a transformação do sistema de abandono para um sistema de lactações subsidiadas, em que a mãe recorre a um aleitamento subsidiado da criança. Nalguns casos pode ser ela a amamentá-lo mediante pagamento desde que comprove a sua pobreza. Este sistema acaba com o anonimato uma vez que pais e crianças tinham que se identificar. No entanto curiosamente há expostos, no verdadeiro sentido do termo, até ao final dos anos trinta do século XX, abandonados novamente em locais públicos.

Alguns dos expostos da roda poderiam ter origem nobre, mas esta situação seria uma excepção. Para além de alguns casos raros em que suspeitamos de que eram filhos de nobres, as fontes históricas demonstram que os hospitais de expostos eram para gente pobre abandonar os seus filhos, ilegítimos ou não; eram também pobres as amas que se ofereciam para os criar mediante um salário e eram também pobres as pessoas que ficavam com eles depois de terminada a criação aos sete anos, com excepção de alguns burgueses ricos que os levavam para casa com a intenção de os incorporarem na criadagem.

No Museu de S. Roque, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, constam séries documentais sobre a entrega de expostos para ofícios (Livro do Inventário da Criação dos expostos: “Entrega para Ofício: Expostos dados a ofício, Termos de criados, Expostas maiores dadas a servir”).

Existem dezenas de mitos baseados no desconhecimento da identidade. Muitos heróis e figuras míticas da antiguidade foram crianças abandonadas. Édipo que casa com a mãe sem o saber, Moisés lançado nas águas do Nilo, Rómulo e Remo criados por uma loba e depois fundando Roma, são os exemplos mais conhecidos. Em todas estas histórias as personagens constroem a sua identidade a partir de uma paternidade que desconhecem durante toda a vida ou que virão a conhecer em circunstâncias trágicas, como foi o caso de Édipo.

Outro problema acabaria por assombrar a imaginação literária oitocentista: o incesto. A inserção dos expostos no mercado matrimonial seria restringida pelo facto de neles se hipotizar um irmão ou primo abandonado na roda.

O abandono de crianças apesar de ser anónimo, não implicava que se perdesse por completo a informação sobre a identidade dos pais das crianças. Os “abandonadores” tinham um trabalho exaustivo para tornar as crianças que abandonavam passíveis de serem encontradas através de sinais de reconhecimento que as instituições se encarregavam de registar. O “*Sinal de exposto*” consistia assim

num Conjunto de informações, documentos ou objectos (roupas, textos manuscritos, fitas e outros), que acompanhavam a criança exposta, quando dava entrada na casa da Roda, e tinha uma dupla função, por um lado serviam para identificar a criança, por outro para a protegerem numa crença sobrenatural do domínio do mágico e do sagrado.

Uma burocracia complexa e labiríntica conservava estes sinais e registava minuciosamente dados pessoais, circunstância do abandono, entrega a amas de leite e de seco, entregas a pais, amas a patrões ou pais mais ou menos adoptivos depois de finda a criação. Os livros de registos traduziam a circulação das crianças por diversas famílias, seguindo dessa forma o seu destino em vários livros de tipos diferentes: registos de abandonos, matrículas, entregas a amas, entregas a pais, etc. Centenas de crianças entravam por mês nos grandes hospitais de Lisboa e Porto, e destas apenas uma pequeníssima parte residia no hospital e geralmente a título provisório: a regra era serem entregues a amas. O recrutamento de amas de Lisboa atravessava cinco comarcas diferentes: Alenquer, Ourém, Leiria, Lisboa, Santarém e Torres Vedras. Para encontrar a criança no labirinto de registos, bastava uma chave sob a forma de uma cópia do bilhete ou a metade de um sinal ou simplesmente reproduzindo informação coincidente com o registo de entrada. A identificação da criança levantava muitos problemas às instituições que as acolhiam pela ignorância de algumas amas que não sabiam ler nem escrever, e pela incompetência de outras sem qualquer zelo em relação aos escritos, que por vezes eram trocados ou perdidos.

Para além da identificabilidade virtual dos expostos, havia muito tráfico de informações sobre a identidade e paradeiro de muitas dessas crianças. Muitos pais seguiam de facto a criação destas crianças e a sua origem familiar era conhecida de algumas pessoas relacionadas com a criança abandonada. Evidentemente que a paternidade desconhecida dos expostos abria o apetite à imaginação de escritores e literatos, mas sempre numa lógica de redenção (ex.: filhos de amores proibidos de gente rica).

Isabel dos Guimarães Sá constata que a exclusão das crianças do mundo do trabalho, a vivência da sua morte como uma perda irreparável, o aparecimento de sepulturas individuais para crianças nos cemitérios, a noção de que as crianças têm o direito de ser felizes e receber educação, são atitudes e comportamentos que se desenvolvem a partir de meados do século XIX. As novas ideologias sobre a família deitaram por terra este sistema de abandono, ao enfatizarem o lado emocional e sentimental da unidade familiar e sobretudo ao sacralizarem a maternidade. Foi precisamente neste momento que o mundo ocidental põe termo à prática do abandono anónimo de crianças.

O Porto foi a primeira cidade em Portugal a abolir a roda.

É aos hospitais dos expostos que devemos a invenção das modernas lotarias: a primeira lotaria foi criada oficialmente em 1783 e destinava-se a acudir as “urgentes necessidades” dos hospitais Reais de Expostos e dos Enfermos, no entanto a Gazeta de Lisboa noticiava já em 1721 a realização de uma lotaria cujas receitas reverteriam a favor de expostos. Era normal na Misericórdia de Lisboa utilizar também as crianças expostas na própria extracção da lotaria, por serem criaturas inocentes personificavam o acaso e a ausência de intenção de favorecimento na remoção dos bilhetes premiados. Mais tarde os fins das lotarias diversificam-se e elas passam a reverter para um sem número de instituições e causas sociais.

Havia ainda outra razão que fazia associar expostos e lotarias: a ideia de que a sobrevivência das crianças abandonadas se devia a um acaso feliz, ao desfecho de um jogo de roleta. Vida ou morte, pobreza ou riqueza, eis a lotaria implícita no decurso da vida dos expostos e transposta para a vida de todos. Assim se explica a presença de tantos objectos relacionados com o jogo entre os sinais de expostos: metade de bilhetes de lotaria, dados e cartas de jogar. Não podemos esquecer a elevada taxa de mortalidade infantil e juvenil e de que o aleitamento artificial só se torna viável por alturas da primeira guerra mundial, com a difusão do biberão e da informação sobre a importância da esterilização.

A vida de um exposto corria mais riscos que a das outras crianças: feto que podia ser maltratado durante a gravidez, recém-nascido dependente do leite de uma sucessão de mulheres diferentes, nem sempre de boa qualidade, além das longas viagens que muitos faziam para chegar ao local onde se encontrava a roda em que eram expostos, e depois de permanecerem vários dias e até semanas voltavam outra vez a viajar, desta vez para as zonas rurais onde as amas viviam. Os riscos que corriam eram variados, desde alimentação deficiente, aos riscos de contágio de doenças pelo contacto ou com amas ou com crianças infectadas, às viagens realizadas em condições precárias, até à negligência e maus tratos por parte das pessoas que os tinham a cargo. Havia um número enorme de crianças para a falta crónica de amas, mas as crianças em contrapartida eram facilmente substituíveis. Todos estes riscos que a condição de exposto implicava criavam uma necessidade acrescida de protecção sobrenatural. O sentimento de que as crianças ficavam entregues aos desígnios de deus e da sorte é por demais evidente nos objectos que acompanhavam as crianças expostas, razão pela qual a maior parte dos sinais que as acompanhavam fossem constituído por talismãs, quer católicos (bentinhos, verónicas, rosários, breves, santinhos, cruces, etc.), judaicos (estrelas de seis pontas) ou profanos (figas e outros amuletos, moedas signos-salomão, etc.).

A expressão simbólica traduz o esforço do homem para decifrar e dominar um destino que lhe escapa, traduzindo o desejo, o medo, a ambição, que dão a cada vida o seu sentido secreto. Cada símbolo encerra em si um sentido e um valor difícil de explicar por palavras, como afirma Georges Gurvitch “os símbolos revelam velando e encobrem revelando” (Dicionário dos símbolos, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, 1982).

Pela sua própria natureza, o símbolo é um objecto dividido em dois, em que cada pessoa fica com uma parte: o hospedeiro e o hóspede, o credor e o devedor, dois seres que se vão separar durante muito tempo, e ao juntarem as duas partes, reconhecerão mais tarde os seus laços. Para os Gregos da antiguidade os símbolos constituíam sinais de reconhecimento formado pelas duas metades de um objecto, significando ao mesmo tempo ruptura e ligação das partes separadas (Dicionário dos símbolos, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, 1982), e na sua origem é a ligação que faz o sentido.

Apesar do anonimato que o sistema da roda permitia, e que poderia ser uma forma de proteger a mãe que abandonava o filho, preservando a sua identidade, a verdade é que a exigências que as instituições depositavam na selecção das amas provocava um novo abandono desta em relação aos seus próprios filhos, numa sequência de concepção de cuidados maternos de difícil compreensão.

Longe de ser consensual, a maternidade tem sido motivo de inúmeras discussões, em que alguns defendem que é impossível abordar o tema sem ter em conta duas hormonas associadas à função maternal: a prolactina e a oxitocina, outros defendem o recurso à história para explicar o fenómeno baseada em factos.

Amplamente contestada é a tese do instinto materno. Elizabeth Badinter é das primeiras defensoras de que uma mulher pode ser “normal” embora não seja mãe, e que nem todas as mães sentem uma pulsão irresistível no sentido de se ocuparem da criança que deram à luz (Badinter, 1981). Alguns filósofos criticaram-na de anacronismo, isto é de, julgar a realidade passada com os olhos de hoje, em nome de valores então inexistentes. Um bom exemplo é o aleitamento das amas no século XVIII. As mães citadinas enviavam os bebés para o campo sacrificando os prazeres da função materna à saúde da criança, não sendo assim um sinal de desinteresse pela criança mas pelo contrário a expressão do mais elevado altruísmo. Esta autora contesta também esta tese, defendendo que esse altruísmo não era verdadeiro para todas as situações, pois nenhuma espécie de altruísmo presidia à atitude de uma mãe que perdia dois e três filhos numa ama e voltava a entregar-lhe outros.

Os que se recusam a avaliar um sentimento em função dos comportamentos são partidários de uma filosofia dualista. São os que distinguem radicalmente essência e

existência, realidade e aparência, fundo e forma. Para eles as formas podem mudar, mas não arrastam consigo as alterações de “fundo” ou de “essência”.

Esta discussão prende-se com a natureza do amor materno. Este não é inato e instintivo como defendiam até então mas adquire-se através da relação e da relação íntima com a criança e através dos cuidados que para com ela se tem. É possível que a ausência do ser amado estimule os nossos sentimentos mas para isso é necessário que eles tenham existido antes e que a separação não se prolongue demasiado. Esta teoria nova para a época defendida por vários autores, comunga com os psicanalistas a ideia de que não pode existir amor sem um certo desejo e que a impossibilidade de tocar, de acariciar ou de abraçar dificulta o desenvolvimento desse sentimento. Ao contrário do que se passa no reino animal o ser humano, neste caso a mulher, é um ser histórico, a única criatura viva dotada de uma faculdade de simbolizar que o situa fora do universo propriamente animal. Elizabeth Badinter (Badinter, 1981) dá mais importância ao inconsciente da mulher do que aos processos hormonais. Sabemos que a amamentação e o choro do recém-nascido não suscitam as mesmas atitudes em todas as mães. Convicta da ideia de que o amor maternal existe desde tempos imemoriais, não partilha a opinião de que exista necessariamente em todas as mulheres, nem a de que a espécie sobreviva apenas devido a esse amor. Qualquer pessoa que não a mãe pode criar um bebé. Além disso outros factores além do amor podem levar uma mulher a cumprir os seus “deveres maternais”: a moral e os valores sociais ou religiosos podem ser incentivos tão importantes como o desejo da mãe. É indiscutível que uma criança não pode sobreviver e desenvolver-se sem atenção nem cuidados maternais, mas não é certo que todas as mães humanas estejam predeterminadas a dar-lhes o amor de que têm necessidade. Não parece existir qualquer harmonia preestabelecida nem uma interacção necessária entre as solicitações da criança e as respostas da mãe. Cada mulher é um caso particular.

Elizabeth Badinter cita Roger Vailland :“Não há amor, mas apenas provas de amor” (Badinter,1981), defendendo que o amor maternal é um sentimento humano e como todos os sentimentos é incerto, frágil e imperfeito e talvez não se encontre inscrito em profundidade na natureza feminina.

Se o estatuto da mulher não se modificou notavelmente ao longo do século XVIII, nem mesmo durante a revolução francesa, o da esposa-mãe evoluiu bastante. Por um lado a moda do casamento por amor transforma a esposa em companheira e por outro os homens responsáveis querem que as mulheres tenham um papel mais importante na família e nomeadamente junto dos filhos.

O século XVIII aproximou consideravelmente a esposa do marido, o que se deve não apenas à importância crescente que a criança toma na sociedade, mas em grande

parte também a uma verdadeira obsessão da filosofia das luzes: a busca da felicidade em breve seguida por uma nova valorização do amor.

3 – PERSPECTIVAS PSICANALITICAS DO AMOR MATERNO

Decisivamente marcante e importante na história da humanidade e das mentalidades surge Sigmund Freud, que em 1896 funda uma nova e revolucionária teoria conceptual, a Psicanálise, que vem revolucionar todo o pensamento da época. Esta teoria inovadora introduz um novo sistema de pensamento, reformulando a concepção das relações humanas propondo uma nova teoria da sexualidade: Defende a existência no ser humano de uma bissexualidade física e psíquica no início da sua existência. Aos olhos de Freud e de numerosos psicanalistas seus seguidores, esta bissexualidade originária introduz uma dificuldade suplementar em relação ao desenvolvimento da mulher e tem que ser ultrapassada e superada.

O rapaz experimenta um grande amor pela mãe, e esta continuará a ser o seu objecto de amor até o filho a substituir por outro que se lhe assemelhará: outra mulher. Este amor passional pela mãe vai acompanhar-se de um sentimento de ciúme pelo pai, é a relação triangular, fonte do complexo de Édipo. A descoberta do órgão feminino faz com que o rapaz experimente o medo da castração. A angústia de castração faz com que desapareça o complexo de Édipo e leva à criação do Supereu. Não podendo eliminar o pai para casar com a mãe, este identifica-se com ele que representa a lei e o mundo exterior. É esta interiorização da instância paternal que constitui o Supereu e termina uma das fases essenciais do adulto do sexo masculino.

A rapariga experimenta sentimentos mais ambivalentes: ao mesmo tempo ternos para a mãe, que satisfaz as suas necessidades, e agressivos porque a mãe nunca dá quanto basta. Durante esta fase pré-ediapiana o pai é um rival incómodo. Na opinião dos psicanalistas este período de identificação com a mãe é a pré-história necessária para toda a mulher. Quando a rapariga descobre a “castração” ao ver os órgãos genitais do outro sexo, dá-se conta da diferença e vive-a como um sinal de inferioridade. A inveja do pénis apodera-se dela, e perante esta característica negativa desvaloriza as mulheres e a mãe. A descoberta da castração conduz a três atitudes possíveis: a inibição sexual ou a neurose, a uma insistência na masculinidade recusando-se a abandonar o prazer clitoridiano (o “complexo de virilidade” de Freud) e a terceira atitude que conduz à “feminilidade normal” que consiste em abandonar o desejo do pénis. Depois da descoberta da castração a rapariga normal conhece uma tripla transformação psicológica e sexual: hostilidade perante a mãe, abandono do clítoris como objecto de satisfação e um “surto de passividade” acompanhado por um apego maior ao pai. Este processo só se encontra verdadeiramente completo quando o desejo de pénis é substituído pelo desejo de ter um filho.

A discípula de Freud, Hélène Deutsch definiu a “mulher normal” ou “mulher feminina” essencialmente por três termos: passividade (em virtude da ausência de actividade vaginal espontânea), masoquismo (a agressividade recalcada virada para o próprio eu) e narcisismo (ligado à fase infantil da formação do eu durante a qual a libido toma o eu como objecto e a criança se ama a si própria, amor que se transforma no desejo de ser amada).

H. Deutsch definiu a boa mãe como a “mulher feminina” constituída pela interacção harmoniosa das tendências narcísicas e da aptidão masoquista para suportar o sofrimento. A aptidão da mãe para aceitar o sofrimento é contrabalançada pelas “alegrias da maternidade” que travam as suas tendências masoquistas espontâneas.

Winnicott (psicanalista-pediatra) descreve-a como a mãe “suficientemente dedicada”, descrevendo esse sentimento a “preocupação maternal primária” que tem início com o nascimento e dura algumas semanas após o parto. A mãe “normalmente dedicada” define-se assim, em primeiro lugar, pela sua capacidade de se preocupar com o filho com exclusão de qualquer outro interesse.

Hélène Deutsch e Melanie Klein relacionavam a amamentação natural e a dedicação da mãe. Assim a mãe “normalmente” dedicada é a mãe “absolutamente” dedicada, mas para que a relação entre a mãe e a criança seja verdadeiramente conseguida é ainda necessário que a primeira possa ter prazer com a criança, desejo de estar com ela.

Hélène Deutsch evoca as “aberrações” a que pode dar lugar o afrouxamento dos impulsos maternos instintivos. Quis-se ignorar que nem todas as mulheres são espontaneamente maternas, postulando que a maternidade engendra naturalmente o amor e a dedicação pela criança sendo as “aberrações” condenadas como excepções patológicas à norma.

O mal-estar de certas mulheres tornou-se mais agudo com a teoria psicanalítica acerca da necessária distinção dos papéis paternal e maternal. Aos olhos de Freud e dos seus sucessores, a mãe simboliza antes de mais o amor e a ternura, o pai a lei, desempenhando a mãe o papel essencial junto da criança ao longo dos primeiros meses ou anos da sua vida.

Winnicott dá menor importância ao pai na vida da criança: conclui que a única coisa que é possível exigir a um pai é “que esteja vivo e assim permaneça durante os primeiros anos de vida dos seus filhos”.

Mais recentemente alguns psicanalistas tentaram repensar a questão do pai. Quer Lacan, quer Françoise Dolto voltam a dar uma importância fundamental ao pai, considerando que a função simbólica do pai, suporte da lei, não era secundária mas também fundamental na evolução da criança. Se o desejo incestuoso não encontrar

uma lei que se lhe oponha, a angústia apodera-se da criança que se torna incapaz de encontrar um lugar próprio no mundo. É o pai quem deve separar a mãe e a criança e substituir a díade possibilitando a relação triangular, a única propriamente humana. É apenas quando interioriza a lei paternal que a criança pode possuir um “Eu” autónomo e experimentar-se como sujeito independente, capaz de enfrentar o mundo exterior.

Françoise Dolto fala do pai de carne e osso, enquanto que os psicanalistas acentuaram o pai simbólico, em detrimento do pai real.

Encarando o caso das mães que não gostam de se consagrar exclusivamente aos filhos esta autora dá provas de compreensão e flexibilidade sugerindo-lhes a creche e o emprego.

4 – OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE A MATERNIDADE

Nos Estados Unidos na década de cinquenta, em pleno século xx, houve uma pressão ideológica que condicionou as mulheres a serem mães dedicadas e a ficarem em casa. Em França a quase totalidade da imprensa feminina até 1978 critica as mulheres que não querem ter filhos, acusando-as de egoísmo, de falta de serenidade, de maturidade, ou atacando o seu narcisismo. A mulher é convidada, tal como no século XVIII, a tomar por modelo as fêmeas do reino animal, amamentando ao seio o filho. Esta mentalidade, mais uma vez obrigou a mulher a desempenhar um papel que ela não escolheu, e dificilmente poderia contestar, provocando um verdadeiro abandono domiciliário a que certas crianças ficaram expostas.

Nos anos sessenta do século XX, quase quinze anos depois da publicação do segundo sexo de Simone du Beauvoir, nasceu um importante movimento feminista nos U.S.A. que alastraria rapidamente pelo mundo ocidental. O objectivo prioritário foi pôr em causa os fundamentos e as implicações da concepção Freudiana da feminilidade. Destruindo em primeiro lugar o mito Freudiano da mulher normal, passiva e masoquista, tornou-se caduca a teoria da mãe naturalmente dedicada, feita para o sacrifício, e colocou incontestavelmente em dificuldades os teóricos actuais da psicanálise. Freud reproduzia o erro metodológico cometido por Rousseau no seu Emílio.

Como medir o peso das tradições e de imagens milenares no psiquismo humano?

As mulheres mostram que querem partilhar com o companheiro o amor pela criança e o correspondente sacrifício, como se estes dois atributos da maternidade não pertencessem forçosamente e apenas ao sexo feminino. Além disso as mulheres sentem mais vivamente a dualidade dos papéis maternal e feminino. É silenciado o antagonismo possível entre um papel e o outro, como se tal apenas à mulher dissesse respeito.

Pela primeira vez, em pleno século XX, há mulheres que escolhem voluntariamente sair de casa e deixar os filhos durante o dia para trabalharem fora. O trabalho representa um meio de realização e de desenvolvimento integral da personalidade. Estas mães permanecem infinitamente mais próximas e mais preocupadas com os seus filhos do que as mães de outrora. Mas uma vez mais temos a prova de que a maternidade nem sempre é a preocupação primeira e instintiva da mulher; que não é óbvio que o interesse da criança passe à frente do da mãe. Parece-nos assim que não existe um comportamento maternal suficientemente unificado para que possamos falar de instinto ou de atitude maternal “em si”.

Algumas feministas puseram em questão o conceito de instinto maternal: "o instinto maternal existirá ou não haverá apenas, pelo contrário, na relação mãe-filho os sentimentos que também encontramos noutros lugares, amor, ódio, indiferença, diferentemente doseados segundo os casos?...". Em lugar de instinto não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social no sentido de a mulher não se poder realizar senão através da maternidade?

Vários estudos demonstram que as mulheres do século XX deixam de circunscrever a feminilidade à maternidade lutando por serem realizadas independentemente do facto de ter filhos ou não. Esta ideia é absolutamente inconciliável com a imagem tradicional da mulher e mesmo com algumas premissas da psicanálise.

Poderíamos pôr a questão se contrariamente ao que diz Françoise Dolto, o amor paternal não estará em vias de aparecer na história dos sentimentos. O pai identifica-se cada vez mais com a sua mulher, com a mãe. Ao mesmo tempo que as mulheres se "virilizam" e tomam as suas distâncias em relação à maternidade, surge nos homens mais novos um desejo de maternagem, senão de maternidade. O pai jovem tem atitudes e desejos tradicionalmente qualificados como maternos. O novo pai participa da gravidez da mulher, compartilha as alegrias do nascimento e as tarefas quotidianas da maternagem, outrora reservadas à mãe.

Depois de séculos de autoridade e de ausência de pai, parece que está a aparecer uma nova concepção "o amor paternal", que se assemelha ao amor da mãe. As mulheres pressionam neste sentido os homens que as amam, forçam-nos a ser bons pais, a compartilhar equitativamente os prazeres, mas também os encargos, as angústias e os sacrifícios do papel maternal. Não é certo que todos os homens gostem de desempenhar este papel.

Quando se percorre a história das atitudes maternas nasce a convicção de que o instinto maternal é um mito. A mãe tem uma variabilidade de sentimentos segundo o seu grau de cultura, as suas ambições ou as suas frustrações. O amor maternal não passa de um sentimento sendo como tal essencialmente contingente. Pode existir, ou não existir, ser e desaparecer, ser forte ou frágil, privilegiar um dos filhos ou dar-se a todos por igual. Tudo depende da mãe, da sua história e da história.

Os processos identificatórios começam muito cedo: as identificações primárias precedem a organização do pensamento e constroem-se nas interações afectivas com os pais. A brincadeira da menina com as bonecas corresponde mais ou menos ao desejo de ser mãe. O desejo de maternidade não significa instinto maternal. O desejo de um filho pertence a um registo diferente, onde o acento é posto sobre o produto da maternidade que se chama o filho imaginário (Leal,).

As fantasias que o filho imaginário proporciona permitem falar da criança imaginária, resultado de fantasias conscientes. A criança real é diferente, vulnerável, mas as inquietações que ela provoca, o encantamento que desencadeia conduzem rapidamente à criança das fantasias. Estes três tipos de crianças, a fantasiada, a imaginária e a real vão ser integradas para poder cuidar do seu filho.

A gravidez é um processo distinto de maternidade e refere-se ao período de aproximadamente quarenta semanas que medeia entre a concepção e o parto. A mulher experimenta grandes alterações físicas e psicológicas, que vão implicar um reajustamento e adaptação a um novo papel social e aquisição de uma nova identidade. Este momento particular da vida da mulher é acompanhado de um retorno a si própria, de investimento maciço no próprio corpo e na sua imagem.

Podemos identificar três fases essenciais no período da gravidez: o primeiro trimestre, que corresponde à fase da incorporação, em que a grávida vai aceitar-se como mulher madura que vai gerar um filho, é acompanhada de sentimentos de incerteza quanto à realidade da concepção e ambivalência entre a aceitação e a rejeição da criança; o segundo trimestre, fase da diferenciação no qual a grávida vai aceitar que o bebé existe, que é parte de si, mas diferente, em que a percepção dos movimentos fetais não controlados por si possibilita a compreensão de que o bebé é alguém diferente de si, e começa uma nova modalidade de relação com o bebé, inicia a comunicação verbal entre a mãe e o bebé (fala com a barriga), e não verbal (acaricia a barriga), as outras relações passam para segundo plano e começa a pensar no bebé como uma realidade mais próxima, idealiza o sexo, nome, etc.; o terceiro trimestre é o da separação, a grávida compreende que se vai separar do bebé e aceitar o parto. A proximidade do parto vai reavivar fantasias inconscientes de perda de uma parte de si, com angústias de mutilação. Caracteriza este período uma produção de sonhos de morte e aniquilamento que são importantes na preparação inconsciente da separação.

A dor física e psicológica ajuda a mãe a viver o processo de separação, pois o trabalho de separação mental está ainda no começo. O bebé após o nascimento é ainda um prolongamento de si aos olhos da mãe, parece ser assim um “objecto subjectivo” aos olhos da mãe, mas também um objecto real, desconhecido e ainda estranho.

Os primeiros instantes pós-natais são um período sensível para a criação do elo de ligação mãe-criança. Este período sensível produz-se na confluência de uma fase particular da vida psicológica da mulher, quer dizer a gravidez e o parto.

A seguir ao parto a mãe tem um trabalho psíquico considerável a realizar pois requer ao mesmo tempo um “confronto” entre a libido narcísica e a libido objectal: por um lado a mãe está fisicamente sofrida, fatigada e aspira ao repouso. Por outro lado

ela é “chamada” a cuidar do bebé que tem fome, grita, necessita de ser limpo apelando ás suas necessidades vitais. É aqui que Winnicott descreve o ódio inicial da mãe para com a criança. É nestas condições que se desenvolvem na mãe pensamentos ansiosos em relação ao estado do recém-nascido, cuidado a que Winnicott deu o nome de preocupação maternal primária. Graças aos seus cuidados o bebé cresce e desenvolve-se numa comunicação crescente com a mãe, a preocupação desta diminui e as experiências de prazer multiplicam-se.

A interação mãe-bebé é hoje concebida como um processo ao longo do qual a mãe entra em comunicação com o bebé enviando-lhe certas “mensagens”, enquanto que o bebé, por sua vez “responde” à mãe pelos seus próprios meios. A interação mãe bebé aparece assim como o protótipo primitivo de todas as formas ulteriores de troca. Nesta “conversação” entre a mãe e o bebé, as palavras e as frases são substituídas muitas vezes, por parte da mãe, sempre por parte do bebé, por mensagens extraverbais: gestos, vocalizações, sorrisos, etc.

Esta abordagem da relação entre a mãe e o bebé remonta apenas a trinta anos no máximo, e apenas conheceu um verdadeiro desenvolvimento senão nos últimos quinze anos. As primeiras concepções da relação pais-bebé faziam do bebé um sujeito passivo sobre o qual se exerciam diversas influências parentais; nas primeiras teorias, era o bebé que o iria configurar, determinar a direcção do seu desenvolvimento e os avatares dele. De maneira metafórica esta concepção via no bebé um pedaço de argila informe que os seus pais podiam largamente modelar e no qual a sua marca se poderia facilmente imprimir. A acção de retorno do bebé sobre os seus pais não constituía um elemento maior da descrição da relação pais-bebé. A partir dos anos sessenta a situação altera-se e o bebé aparece como um parceiro activo na interacção: diversos estudos mostraram que as atitudes e os comportamentos parentais variam em função das características próprias ao bebé, tais como a sua idade, sexo, desenvolvimento psicomotor, etc. As sequencias da interação mãe-bebé foram estudadas e analisadas como séries de trocas recíprocas onde cada parceiro da interacção é levado a “responder” ao outro, numa sequência de trocas em várias modalidades relacionais. Nesta altura as preocupações das investigações deslocaram-se para a estrutura destas sequências de interacção, o seu ritmo, a sincronia interactiva dos dois parceiros ou ainda o grau de reciprocidade das trocas.

O síndrome depressivo do pós-parto está provavelmente ligado a este contexto afectivo e marca bem a especificidade psicológica deste período. Entre os factores psicológicos em causa, são muito importantes a separação do bebé e o vazio que cria. Eles reeditam as separações e as falhas vividas anteriormente pela mulher e as dificuldades de separação da sua própria mãe.

Do ponto de vista económico o trabalho mental da parturiente é comparável ao do luto: de início ela deve reelaborar o luto do seu estado de gravidez e do filho imaginário, perfeito, ideal, de acordo com o seu desejo. Em seguida ela deve fazer o trabalho inverso: “abrir caminho na sua vida mental ao recém-nascido. Quer a elaboração do luto, quer o investimento no bebé, o custo “económico”introduz uma mudança na dinâmica psicológica com a necessidade de reorganizar o mundo interno segundo novas linhas. Tudo se passa como se o estado psicológico da parturiente fosse móvel, plástico, fluido e a caminho da reorganização.

Freud comparava a estrutura do ego nesta fase de vida da mulher à de um cristal. O pós-parto é um período em que o cristal do ego está em parte desorganizado, as relações entre os seus elementos estão mais fluidas e no momento em que se reestrutura ocorre incluindo o bebé.

Como se processa esta delicada reestruturação e recuperação de um estado mais estável psicologicamente quando o bebé é afastado da mãe?

As perturbações da relação mãe-bebé podem ser observadas quando o recém-nascido e a mãe são separados por um longo tempo.

5 - MECANISMOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO

O sofrimento psíquico surge quando experimentamos sensações ou emoções penosas, tais como a perda/separação do objecto amado. É na sua obra "luto e melancolia" (Freud, 1917) que pela primeira vez Freud aborda sob o ponto de vista do luto e melancolia, reacções à perda do objecto amado: a dificuldade sentida pelo Eu em desinvestir o objecto perdido é acompanhada de dor. Também Grinberg (1946) postula que a perda do objecto provoca dor mental porque, na fantasia inconsciente, a perda significa um ataque ao Ego e particularmente ao Ego corporal; em 1978 este autor reforça a ideia de que a dor, associada à perda do objecto, é também a dor associada ao sentimento de perda de partes do próprio *self*.

Compreender o sofrimento psíquico na sua génese, desenvolvimento e formas de representação, obriga-nos a uma reflexão sobre os seus elementos constituintes, as emoções.

Na sua obra intitulada "*Delírio e Sonhos*", Freud refere: "... se há alguma coisa de valor na vida psíquica são as emoções (*Gefuhle*); as forças psíquicas só são significativas se têm a propriedade de acordar as emoções...". As emoções sentidas como perigosas pelo Eu mobilizam contra elas as suas defesas. As emoções negativas são potencialmente traumáticas, e as positivas trazem grande vantagem ao equilíbrio afectivo e cognitivo.

A propósito das emoções, Pedro Luzes (Luzes, 1997) refere que o *sistema emoções* é um eixo constituído por fenómenos complexos, que podem ser comportamentais (expressivos ou gestuais), fisiológicos (reacções neurovegetativas diversas) ou subjectivos (categorizados essencialmente pelas tonalidades agradável/desagradável). À volta deste eixo organizam-se outros sistemas psíquicos, as vinculações humanas, a comunicação, o equilíbrio intra-pessoal.

Entre as funções principais das emoções, contam-se a organização do attachment ou vinculação descrita por Bowlby e Mary Ainsworth. É necessário proporcionar à criança desde idade precoce a experiência de estados afectivos positivos ligados a vivências de amor e de ternura, de alegria, elogiá-la e confortá-la, bem como dar espaço aos seus desejos e possibilitar-lhe a expressão dos mesmos numa atitude compreensiva por parte dos adultos. A experiência afectiva implicando abandonos, castigos, frustrações, privação de prazer, um ritmo de vida irregular, com tensão e stress, provoca emoções negativas de insegurança, de angústia persecutória, de agressividade, de vergonha, sobre as quais se apoia a construção do mau objecto.

Spitz nos seus estudos sobre o primeiro ano de vida assinala três organizadores pré-programados do desenvolvimento psíquico da criança: o sorriso do 3º mês, a angústia do 8º mês ou angústia diante do “estranho”, a emergência dos sinais semânticos e gestuais do “não” e do “sim”. Estes organizadores são de natureza emocional e têm uma função comunicativa extremamente importante, estabelecendo uma linguagem antes da linguagem (Spitz, 1965).

Além das funções primárias, podem associar-se várias funções secundárias às emoções. Estas funções secundárias ligam-se a sistemas ou módulos autónomos que são pulsões, relações interpessoais, influências do meio externo, etc.

Podemos assim agrupar as emoções, em função da sua origem, natureza e forma de expressão como: *Prazer/desprazer* (são proto-emoções, faltando-lhes as componentes comportamentais fisiológicas das emoções, havendo uma tendência a procurar o agradável e evitar a dor - principio do prazer); as *emoções primárias positivas ou negativas* (características de uma espécie e transmitidas hereditariamente, pré-programadas sendo os estímulos que as desencadeiam detectados ao nível do sistema límbico do cérebro, procurando uma homeostase comportamental, podendo também ser provocadas por, afectos, memória e pensamento); as *emoções complexas* (o resultado de uma mistura/fusão de emoções primárias, ou da transformação de uma emoção de base sob influência dos mecanismos de defesa do eu).

Enquanto que as emoções primárias são em número limitado, o número de emoções complexas é praticamente ilimitado.

Os sentimentos são emoções complexas. Entre os sentimentos devemos contar a dúvida, a inquietação, o ciúme, o despeito, etc. Os sentimentos por si só ou estes em conjunto com as tendências da personalidade são inflectidos ou modificados por acção dos mecanismos de defesa.

Os cenários integram as emoções com as recordações de satisfação ou de carência, fixadas a partir de imagens vindas ou dos sistemas interoceptivos ou exteroceptivos. Podem servir as funções de criar fantasias míticas incorporando então mitos pessoais, símbolos, intelectualizações que nos podem ajudar a suportar as contrariedades do presente e a preparar o futuro com projectos de acção. Nos cenários, as emoções e as imagens enchem o vazio entre desejo e mundo exterior, evitando a repetição estereotipada dos comportamentos.

Os estados Psicossomáticos traduzem emoções que foram conservadas como memória ao nível do corpo, havendo uma dificuldade em comunicar de modo verbal ou simbólico os componentes subjectivos das emoções deixando o organismo vulnerável no caso de aumentar a tensão emocional.

Nos estudos sobre a histeria *Freud* apresenta uma teoria das emoções em que estas são a principal causa das neuroses. As emoções patogénicas são “o medo, a ansiedade, a vergonha” ou qualquer variedade de emoção desagradável que atingiu determinada intensidade e não tenha sido descarregada através de expressões emocionais adequadas. As emoções actuam neste caso como “corpos estranhos” perturbadores: a emoção não abreagida subsiste no psiquismo não em estado puro, mas como estrutura ideo-afectiva, que, contém as emoções e acontecimentos que estiveram ligadas à sua eclosão e figuram como memórias.

A melhor maneira de evitar que as emoções constituam estes núcleos de perturbação, é facilitar a comunicação das emoções com os restantes sistemas da personalidade. A emoção que se descarregou através da acção (por uma crise de lágrimas, por uma descarga de cólera) sofre uma abreacção ou catarsis. Mas outros modos existem de combater o estabelecimento das emoções, como entidades que entram em conflito com o resto da personalidade. Estes outros meios fazem a economia da abreacção emocional. Trata-se da utilização de meios cognitivos: por exemplo a correcção por comparação com outras representações, pondo de lado aspectos negativos e positivos da personalidade ou da vida; uma integração na corrente geral do pensamento (“o grande complexo das associações”) também é capaz de relativizar as emoções.

A palavra tem um lugar privilegiado, como meio de evitar a êxtase emocional. A palavra revela-se como o “equivalente da acção, equivalente graças ao qual o afecto pode ser abrangido do mesmo modo “ que pela acção.

As emoções negativas são potencialmente traumáticas, e as positivas trazem grande vantagem ao equilíbrio afectivo e cognitivo.

Duas noções fundamentais presidem à reflexão sobre a forma como o Eu maneja os seus conflitos, mecanismos de defesa e de integração: processo primário e processo secundário.

Como processo primário entende-se o modo de funcionamento das estruturas inconscientes. Este é caracterizado pela necessidade de descarregar e da satisfação imediata, pela alucinação do objecto – raiz de satisfação primitiva, pela ausência de coerência, de relações lógicas, desconhecimento das relações temporais, pelo desconhecimento do princípio da realidade.

Como processo secundário o das estruturas conscientes, que tem por fim moderar os precedentes, obedecendo este ao princípio da realidade, a lógica e a coerência.

No Sentido psicanalítico o termo projecção significa a descarga de impulsos e emoções, numa correspondência estrutural entre a personalidade e as suas produções individuais numa situação determinada.

Em 1905, nos Três Ensaios sobre a Sexualidade, Freud dá para a angústia a seguinte formulação: tanto no adulto como na criança, a libido transforma-se em angústia, a partir do momento em que a pulsão não podendo atingir uma satisfação. É em *Inibição, Sintoma e Angústia* que Freud apresentará a formulação mais elaborada para a sua teoria da angústia chamada frequentemente *segunda teoria da angústia*, em que a angústia aparece como uma verdadeira função do ego, como um sinal de desprazer que permite mobilizar todas as energias disponíveis a fim de lutar contra a moção pulsional proveniente do *Id*, Tornando o Ego como a sede da angústia, diferente da concepção anterior que propunha que a energia da moção reprimida seria automaticamente transformada em angústia. A angústia torna-se, assim, um elemento da função de defesa do Ego. É a perda do objecto, ou a ameaça da perda, que representa a condição determinante da angústia.

As emoções que são sentidas como perigosas pelo eu fazem com que este mobilize contra elas as suas defesas.

Hartman põe um acento importante sobre uma das funções do ego, sobre a faculdade deste “regredir” a seu próprio serviço.

Anna Freud mostrou que a regressão controlada pelo ego faz parte do processo evolutivo normal e de todo o funcionamento psíquico normal. De que maneira é que o Eu organiza a sua resposta numa situação conflitual? Parece que ele dispõe de uma autonomia relativa que permite a familiaridade com o fantasma, podendo “jogar” ao mesmo tempo sobre o registo consciente e o registo inconsciente, numa integração do aparelho defensivo que deixa a energia livre à disposição do Eu consciente.

O afecto é inseparável da representação. O afecto e a representação têm entre eles relações recíprocas: a representação desperta o afecto, e o afecto mobilizado procura uma representação. A *defesa* exerce-se não somente contra as representações, mas também contra o afecto que as acompanha.

S. Freud designou pelo termo de defesa o conjunto das manifestações de protecção do Eu contra as agressões interiores (de ordem pulsional) e exteriores, susceptíveis de constituir fontes de excitação constituindo assim factores de desprazer. As diversas formas de defesa encontram-se geralmente reagrupadas sob a expressão de *mecanismos de defesa*.

Em 1894, a noção de defesa aparece nos trabalhos de Freud como a base do funcionamento neurótico em relação aos processos de organização do Eu.

Com os trabalhos de Anna Freud, a noção de mecanismo de defesa volta novamente a ser central na reflexão psicanalítica, tomando mesmo um valor de conceito. Para ela, os mecanismos de defesa intervêm contra as agressões pulsionais

mas também contra todas as raízes exteriores de angústia, incluindo as mais concretas.

Para Melanie Klein o conceito de defesa e as formas que ela pode tomar estão inscritas na fase arcaica pré-edipiana, e incidem tanto sobre os elementos exteriores interiorizados, ou submissos a tentativas de controle, como sobre os elementos pulsionais. Esta autora descreve o que ela considera defesas muito primárias: Clivagem do objecto, identificação projectiva, rejeição da realidade psíquica, controle onipotente do objecto, etc.

Anna Freud mostrou que a regressão controlada pelo ego faz parte do processo evolutivo normal e de todo o funcionamento psíquico normal. De que maneira é que o Eu organiza a sua resposta numa situação conflitual? Parece que ele dispõe de uma autonomia relativa que permite a familiaridade com o fantasma, podendo “jogar” ao mesmo tempo sobre o registo consciente e o registo inconsciente, numa integração do aparelho defensivo que deixa a energia livre à disposição do Eu consciente.

Anna Freud apresenta a defesa como uma actividade do ego destinada a proteger o indivíduo contra uma exigência pulsional demasiado intensa. Esta autora descreveu uma variedade, complexidade e extensão dos mecanismos de defesa, mostrando como a defesa pode incidir, não apenas em reivindicações pulsionais, mas em tudo o que pode suscitar um desenvolvimento de angústia: emoções, situações particulares, exigências do superego, etc. Enumera os seguintes mecanismos de defesa: recalçamento, regressão, formação reactiva, isolamento, anulação retroactiva, projecção, introjecção, volta ou retorno sobre si mesmo, intersversão ou reinversão da pulsão, e sublimação. Outros processos defensivos têm sido descritos, até pela própria Anna Freud: a negação pelo fantasma, a idealização, a identificação com o agressor, etc.

E. Bibring e D. Lagache distinguem de um lado os mecanismos de defesa, automáticos, inconscientes, que se encontram na dependência dos processos primários e cujo objectivo é a redução da tensão pulsional e da angústia dela resultante, e por outro lado os mecanismos de libertação, regidos pelos processos secundários (princípio da realidade), que visam aos arranjos das condições internas do indivíduo em função de uma flexível adaptação às condições externas e que não necessitam de qualquer fuga dessa situação: por exemplo a elaboração do luto ou a familiarização com a situação ansiogénea, ou seja a sua integração e controle.

Autor de referência Jean Bergeret (Bergeret,), considera que existe uma constante articulação das numerosas defesas entre si e também uma hierarquização, em diferentes níveis, das principais defesas: a repressão constitui a defesa principal, por um lado porque é a mais elaborada genitalmente e, por outro, porque obtém, na

economia das diferentes organizações, uma posição quantitativa primordial. A repressão possui uma rede de defesas acessórias, como o isolamento, o deslocamento, a condensação e o evitamento. Um outro grupo de mecanismos de defesa corresponde a medidas mais radicais, mais arcaicas que a repressão, e que saem da esfera neurótica essencialmente genital, são principalmente o desdobramento do ego e o desdobramento dos imagos, com as suas defesas acessórias da anulação, negação, recusa, forclusão, identificação projectiva, identificação com o agressor.

A projecção e a introjecção conservam uma posição à parte devido à sua relação com a dialética identificatória do Eu e do não-Eu.

Passamos assim à análise e descrição dos principais mecanismos de defesa descritos por Bergeret,:

Contra – investimento: quando o Superego e o Ideal do Ego se opõem ao investimento pelo consciente de representações indesejáveis, existindo inicialmente uma *retirada da libido* da representação pulsional ansiogênica. A energia psíquica será reutilizada num contra-investimento pelo Ego, dirigindo-se para outras representações pulsionais. Assim as representações proibidas são eliminadas do campo consciente, a favor de outras “contra-investidas” e sem perigo.

A Formação Reactiva – É o contra investimento sobre uma atitude permitida da energia pulsional retirada das representações proibidas (por exemplo a solicitude pode ser uma formação reactiva contra representações de ódio). É um mecanismo precoce mas frágil, que se desenvolve preferencialmente no período de latência, a favor dos valores históricos, sociais e culturais, em detrimento das necessidades pulsionais agressivas ou sexuais directas que tenta controlar de forma indirecta.

A Formação substitutiva – a representação do desejo inaceitável é reprimida no inconsciente, abrindo uma falha no principio do prazer que o Ego vai tentar preencher através de uma dupla operação subtil e compensatória: por um lado fornecer uma satisfação substitutiva e, por outro, organizar-se de tal maneira que essa representação consciente substituta possa, de qualquer modo evocar o prazer proibido, sem que isso apareça claramente, graças ao jogo de associação de ideias. A formação substitutiva constitui uma das modalidades do retorno do reprimido.

Formação de Compromisso – É também uma modalidade de retorno do reprimido, aqui, de uma forma em que este não poderá ser reconhecido, pois não há uma substituição mas sim uma deformação. Este processo procura aliar, num compromisso, tanto os desejos inconscientes proibidos, como as exigências dos proibidores, como encontramos particularmente no sonho mas também em

determinados sintomas (por exemplo o objecto contrafóbico), ou em numerosas realizações artísticas.

Formação de sintomas – é mais uma modalidade de reaparecimento do reprimido, em que, seja sob a forma física, psíquica ou mista, o sintoma nunca é causado pela repressão em si, sendo o resultado do fracasso do reprimido e constitui apenas o resultado desse fracasso. O sintoma resulta ao mesmo tempo dos três mecanismos precedentes: formação substitutiva, formação reactiva e formação de compromisso, sendo um mecanismo mais complexo que qualquer um destes logo no início.

Repressão – é um processo activo destinado a conservar fora da consciência as representações inaceitáveis, distinguindo-se a três níveis nos quais actua: a repressão primária (automática e inconscientemente reprimida sem se ter tornado consciente), a repressão propriamente dita (que consiste num duplo movimento tanto de atracção por parte das fixações da regressão primária como da repulsão por parte das instâncias proibidoras, o Superego) e o retorno do reprimido (representada por uma simples “falha” do processo de repressão como os sonhos e fantasias, ou por uma forma menos anódina lapsos e actos falhados, ou por manifestações patológicas de fracasso real da repressão, os sintomas).

Identificação – não sendo um mecanismo de defesa mas uma actividade do Ego indispensável ao seu desenvolvimento, pode ser utilizada com fins defensivos, como todas as outras actividades do Ego. Existe uma identificação primária ligada à incorporação oral pré-genital que visa precisar a identidade de base do individuo, e a identificação secundária destinada a afirmar a identidade sexual do individuo.

Identificação com o agressor – ocorre a transformação naquele por quem se sentia medo anteriormente e pode ir desde uma simples inversão dos papeis ao desempenho dos dois papeis consecutivos: eis a uma verdadeira introjecção do objecto perigoso.

Identificação Projectiva – é um mecanismo descrito por Melanie Klein na fase esquizo-paranóide como uma fantasia de projecção da criança no interior do corpo materno para dominá-lo, possuí-lo e eventualmente destruí-lo através do desejo de controlar os objectos maus que por sua vez nele já se encontram projectados.

Projecção – para Freud existem neste mecanismo três tempos consecutivos, inicialmente a representação incómoda de uma pulsão interna é suprimida, depois este conteúdo é deformado e finalmente ele retorna para o consciente sobre a forma de uma representação ligada ao objecto externo.

Introjecção – é um mecanismo descrito por S. Ferenczi e que repete, com um objectivo defensivo e regressivo no adulto, o movimento encontrado no curso do desenvolvimento infantil, que consistia em fazer penetrar no aparelho psíquico uma quantidade cada vez maior do mundo externo. A introjecção seria uma defesa contra a

insatisfação causada pela ausência do objecto (Ajuriaguerra, Diatkine, Badaraco); a introjeção remediaria essa ausência através de uma presença incorporada.

Anulação – S. Freud diz-nos que é um processo activo que consiste em desfazer o que foi feito. Assim as representações incómodas evocadas nos actos, pensamentos ou comportamentos do indivíduo são considerados como se não tivessem existido. Para isso o indivíduo põe em acção outros actos, pensamentos ou comportamentos, destinados a apagar magicamente tudo o que estava ligado às representações incómodas (como por exemplo o mecanismo obsessivo).

Negação – o representante pulsional incómodo não é reprimido, aparecendo no consciente, mas o indivíduo defende-se dele recusando-se a admitir que se possa tratar de uma pulsão que o toque pessoalmente. Uma representação pode tornar-se consciente com a condição de que a sua origem seja negada. Freud considera este mecanismo como um precursor da repressão.

Recusa – trata-se de eliminar uma representação incómoda, não a apagando (como na anulação), ou recusando em reconhecê-la como dizendo respeito a nós (como na negação), mas negando aqui a realidade da percepção ligada a essa representação. Não há necessidade de repressão pois a recusa atinge a própria realidade, que nunca precisou de se tornar consciente.

Isolamento – Em 1894 S. Freud descreveu este mecanismo que consiste em separar a representação incómoda do seu afecto. O destino dessa representação pode permanecer no consciente devido ao facto de que se encontra privado de qualquer ligação associativa. O isolamento impede a relação angustiante entre o objecto e os pensamentos e faz parte do grupo de processos postos em acção quando a repressão não é suficiente.

Deslocamento – Trata-se de mais um mecanismo de defesa muito primitivo e muito simples ligado aos processos primários: a representação incómoda de uma pulsão proibida é separada do seu afecto e este é reportado para uma outra representação menos incómoda, mas ligada à primeira por um elemento associativo. O deslocamento actua nas fobias diante do fracasso da repressão.

Condensação – uma mesma representação encontra-se habilmente deslocada, de forma a substituir ao mesmo tempo várias outras representações mais incómodas. A representação condensada é o resultado automático do encontro de várias linhas de associação de ideias no curso do deslocamento. A representação única para a qual esses diversos movimentos de deslocamento confluem constitui a representação condensada.

Desdobramento do Ego – é um mecanismo de defesa (psicótico) contra a angústia de fragmentação e de morte. Uma parte do Ego vai permanecer em contacto com a

realidade não incómoda, enquanto que outra parte desse mesmo Ego vai perder todo o contacto com essa realidade quando pressentir algo de angustiante para ele, procurando negar todos os aspectos demasiado angustiantes e, quando necessário, reconstituindo como compensação uma neo-realidade (delírio) mais tranquilizadora e, ao mesmo tempo, mais desejada.

Desdobramento dos imagos – é o mecanismo típico dos estados fronteiros, arranjos intermediários entre as estruturas neuróticas (onde actua a repressão) e as estruturas psicóticas, nas quais se encontra o desdobramento do Ego, quando os outros mecanismos, inicialmente a repressão e depois todos os mecanismos mais arcaicos, menos custosos no plano regressivo, se revelam ineficazes. Sob diversas denominações: clivagem do objecto, clivagem da realidade, etc., foi posto em evidência pela escola Kleiniana. Sem precisar de operar uma recusa da realidade, o Ego vai distinguir em relação ao mesmo objecto, ora uma imago positiva e tranquilizadora, ora uma imago negativa e terrificante sem possibilidade de conciliar ao mesmo tempo as duas imagens contraditórias.

Sublimação – pode ser considerado o único mecanismo de defesa com verdadeiro êxito, pois não precisa de nenhum contra-investimento para ser mantido, razão pela qual não se pode inscrever entre os verdadeiros mecanismos de defesa. Este mecanismo não atinge somente a representação mas também o objectivo pulsional: o objectivo proibido é abandonado a favor de um novo objectivo autorizado pelo Superego. A sublimação necessita da formação do superego e portanto da primazia do genital na organização do Ego e a integração das pulsões parciais sob essa primazia.

A maior parte dos autores adoptaram o modelo psicanalítico clássico para a elaboração das provas projectivas e outros sistemas de avaliação da estrutura Psicológica individual. O desenho livre, o discurso livre, o jogo dramático, constituem técnicas expressivas, nas quais o sujeito fica inteiramente livre para se projectar, enquanto que nas técnicas projectivas o material é definido e padronizado. No teste projectivo, a partir do material que lhe é apresentado e do tipo de actividades que lhe é proposto, o indivíduo diz aquilo que espontaneamente lhe vem à consciência. O material contém uma mensagem que orienta as respostas dos testados. Temos assim os testes temáticos, cujo modelo de referência é o T.A.T., que revelam os conteúdos significativos de uma personalidade: natureza dos conflitos, desejos fundamentais, reacções ao ambiente, mecanismos de defesa, momentos-chave da história de vida. Temos também os testes estruturais, cujo protótipo é o Rorschach que alcançam um corte representativo do sistema da personalidade, do seu equilíbrio, da forma de apreender o mundo. Corresponde ao ponto de vista dinâmico em psicanálise.

A maior parte destas provas e testes psicológicos estudados, aferidos e padronizados, pressupõe a presença de um indivíduo susceptível de ser submetido a avaliação, de acordo com a especificidade e natureza de cada prova. No material que estamos a avaliar foi elaborada uma grelha possível, adaptada ao material, tendo como base para a sua elaboração os princípios fundamentais da avaliação psicológica.

AMOSTRA E MATERIAL

Para responder aos nossos objectivos desenvolvemos uma investigação de carácter etnográfico que toma como objecto o material que acompanhava as crianças expostas, especificamente os textos deixados pelos familiares no momento em que os entregavam na “casa da roda”.

A nossa amostra é composta por cinquenta e um textos retirados de um conjunto de cinquenta e sete textos que integram a série oito do *“Livro do Inventário da Criação dos Expostos”* (em Anexo A: Cópia da transcrição dos textos). Esta escolha foi feita por um critério de conveniência, uma vez que foram aqueles que estavam acessíveis, encontrando-se praticamente todos os documentos referentes aos expostos resguardados no museu de S. Roque devido à sua fragilidade.

Os cinquenta e sete textos desta amostra encontram-se organizados por ordem cronológica, entre 14 de Julho de 1790 e Outubro de 1892. Três deles foram elaborados por outras pessoas, que não familiares da criança, e outros três encontram-se codificados pelo que não são contemplados na análise de conteúdo (em anexo cópia dos textos).

Esta série oito do inventário dos expostos encontra-se no Museu de S. Roque e contém os documentos que acompanhavam as crianças quando estas davam entrada na Casa da Roda. Ela foi sempre sendo preservada e encontra-se praticamente intacta, tendo um total de aproximadamente 87.263 sinais, num universo de 137 anos que se estendem do século XVIII ao século XX.

Para além da roupa que a criança trazia e que se degradou com o uso, foram preservados os *escritos*, que são os textos manuscritos onde os progenitores, ou alguém por eles, registaram todas as informações que consideraram necessárias e úteis. Estes dados tinham muita importância porque podiam ajudar a identificar a criança no momento em que voltassem para a buscar.

Estes documentos são frágeis e raros, e em muitas instituições desapareceram devido ao descuido e desinteresse a que em certas épocas foram votados, apesar de estarem impregnados de informações preciosas e sentimentos profundos, com grande carga sócio-cultural que nos pode fornecer indicadores de vivências da época a que reportam.

O arquivo histórico da S.C.M.L., inclui exemplares dos expostos desde o século XVII aos nossos dias.

Algumas destas crianças que eram entregues na Casa da Roda eram colocadas temporariamente ao cuidado da Santa Casa da Misericórdia. Os pais deixavam sinais ou marcas identificadoras e protectoras que lhes poderiam permitir mais tarde recuperar o filho.

Existem documentos autónomos para os enjeitados “pretos e pardos”. Os filhos dos escravos ao serem entregues na “Roda dos Expostos” ficavam automaticamente livres.

O inventário que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa possui dos expostos, constitui um testemunho desse labirinto de pequenas vidas postas a circular entre várias casas e diversas pessoas, cuja investigação permite estudar.

O arquivo da Misericórdia de Lisboa possui poucos exemplares anteriores ao terramoto de 1755, altura em que as instalações da Misericórdia foram violentamente destruídas. Alguns documentos salvos não se encontravam no edifício das instalações da Santa Casa, mas no Hospital dos Expostos (as mesmas instalações do Hospital de Todos os Santos), numa ala que não foi afectada pelo sismo, tendo sido retirados antes do grande incêndio que se lhe seguiu. Por esta razão foi possível recuperar muitos documentos referentes aos expostos após o terramoto de 1755 que destruiu Lisboa.

Como testemunham os documentos, em 1870 assiste-se a uma série de mudanças no sistema de admissão das crianças na casa da roda: a roda só estaria aberta de dia e as exposições passam a ser justificadas, pondo de parte o sistema do anonimato. A admissão de crianças passou a ser realizada através do *fiscal da roda* que deveria preencher as *papeletas* com os elementos fornecidos pela *recoveira*, entregando depois aquele documento ao visitador para que ele recolhesse as informações necessárias. Era com base nas informações fornecidas pelos requerentes, e confirmadas pelo visitador, que era ou não, concedida pela mesa a admissão da criança. Para além das *papeletas de matrícula* (1870-1927), o novo regulamento deu origem a outras séries: *Documentos das exposições* – constituída pelos diversos documentos que possibilitavam a admissão, *Registos das exposições* (eram registadas pelo fiscal as entradas na casa da roda depois de admitida a criança) e *Exposições de filhos de mulheres encobertas* – onde ficavam assentes os dados referentes à mãe da criança e ao requerente, alguns dos quais não tinham sido inscritos na papeleta para maior sigilo.

O registo de entrega dos expostos a amas ou a outras pessoas para os conduzirem às amas fazem-se no livro do “conhecimento das amas” até 1755.

A informação desta série de registos é organizada da seguinte forma:

- Registo:
- Nº de ordem do registo
- Referem a data de entrada da criança (dia, mês e ano)
- Pela roda ou pela porta

- Altura do dia em que se realiza a exposição (noite, madrugada, dia, tarde, etc.)
- Sexo da criança
- Descrição de sinais físicos relevantes (cor da pele – preto, mulato; deficiências físicas – cego, entrevado, etc. e doenças várias)
- Descrição pormenorizada da roupa (tipo de vestes, qualidade dos tecidos e cores)
- Referência ao sinal que vinha com a criança
- Elementos sobre o baptismo da criança:

Nome do padre que o baptizou, nome de baptismo (que por vezes coincide com o que foi pedido ou escrito), indicando o nome e fazendo referência à certidão respectiva, nome expresso ou pedido directamente quando a criança foi entregue na roda (nome da roda).

No caso de gémeos o registo de entrada e baptismo é um único.

Nome do padrinho

- Nome da ama da Casa da Roda que a ficava a criar, e a data da decisão da mesa (dia, mês e ano)
- Assinatura do registo – os termos de entrada e baptismo não são assinados

A partir de 1834 os registos tendem a uniformizar-se, passando a constar dos registos dados de identificação dos pais, assim como o despacho da mesa a autorizar a entrada da criança.

TRATAMENTO DOS DADOS

Para a análise dos textos elaborámos duas grelhas de categorias, correspondendo a primeira ao apuramento das categorias presentes em cada texto, e a segunda a uma análise interpretativa dos aspectos psicológicos presentes. Os resultados foram trabalhados primeiro através do registo em que é assinalada a presença ou ausência de cada um dos diversos elementos numa tabela de frequências, onde são registados todos os dados e submetidos a um tratamento percentual simples.

Por fim efectuámos uma leitura e interpretação dos resultados, avaliando o comportamento das diversas categorias dentro de cada núcleo de sentido, a sua combinação, correlacionando alguns núcleos de sentido quando a correlação se nos revela útil para uma melhor compreensão dos resultados.

Depois de efectuar uma primeira leitura flutuante de todos os textos, constituímos as categorias para passar à elaboração de duas grelhas de análise dos textos (em anexo grelhas de análise com os respectivos resultados).

A primeira Grelha de análise é composta por dez categorias e corresponde à identificação dos elementos descritivos constituintes de cada texto:

- 1 – Nome
- 2 – Sexo
- 3 – Data de Nascimento
- 4 – Exposição : a) Data
b) Local
- 5 – Sinais Relevantes
- 6 – Descrição da Roupa: a) Que a criança veste no momento da exposição
b) Descrição da roupa que constitui o “enxoval”
c) Descrição do estado de conservação da roupa
- 7 – Descrição do “Sinal”: – a) Roupa
b) Objectos de valor simbólico
- 8 – Baptismo: a) sim
b) Não
c) Sem referência
- 9 – Pedido Expresso: a) Baptismo
b) Cuidados com a criança
c) Outros
- 10 – Intenção Futura: a) vir buscar a criança
b) Recompensar a instituição

A segunda grelha é composta por três categorias e corresponde a uma avaliação interpretativa dos conteúdos de natureza psicológica presentes em cada texto :

1 – Afecto Dominante: a) Tristeza

b) Ansiedade-medo

c) Cólera

d) Culpabilidade

e) Vergonha

f) Desgosto

2 – Natureza da Angústia: - a) Dor física e/ou punição

b) Falta ou perda de afecto

c) Abandono

d) vencido e sem ajuda

3 – Mecanismos de Defesa: a) Repressão

b) Formação de Compromisso

c) Formação Reactiva

d) Negação

PROCEDIMENTO

Organizámos o nosso trabalho em dois momentos principais: numa primeira fase, depois de efectuar uma primeira leitura flutuante de todos os textos, tratámos de identificar os elementos principais que compõem cada um, descrevendo o tema principal, núcleos de sentido e palavras-chave, constituindo posteriormente unidades de registo para todos os elementos presentes significativos.

O tema principal é a exposição, organizando-se os textos à volta dele. Assim constituem palavras-chave as palavras “exposto” e “exposição”:

O quadro agrupa elementos informativos referentes à exposição em quatro categorias principais, que definem quatro núcleos de sentido referentes à exposição. Elaborámos assim uma primeira grelha de análise, onde constam as categorias que passamos a apresentar.

2.1 – Como primeiro núcleo de sentido encontram-se os *Elementos identificatórios* do “objecto” exposto, a criança: nome, sexo e data de nascimento.

2.2 - Seguem-se os *detalhes da exposição*, ou seja, data e local.

2.3 - Em situações muito excepcionais são descritos *sinais relevantes* da criança, tais como algum detalhe físico relevante.

2.4 - Como núcleo igualmente importante considerámos a *descrição da roupa* que a criança levava vestida no momento da exposição e, caso o apresente, o que constitui o enxoval, o seu estado de conservação, que por vezes é feito na forma de uma descrição detalhada. Por vezes a roupa tem uma dupla função, pois além de peças de vestuário constitui também o sinal que acompanha a criança e que era guardado para poder ser posteriormente identificada pela família.

2.5 – O *Sinal* é composto por todos os objectos que acompanham a criança na entrada da “Casa da Roda”, que na maior parte dos casos são escolhidos, e referenciados no texto, pela família da criança, e que são arquivados na instituição.

Os sinais referenciados nos documentos, além dos próprios textos, são compostos por objectos (roupas, textos manuscritos, fitas e outros).

Considerámos no núcleo de sentido “sinal”, duas sub – categorias que correspondem a um levantamento das várias referências de sinal, agrupados em duas categorias: *roupa e objectos de valor simbólico*. Na categoria roupa, incluímos todas as peças de vestuário mencionadas nos textos. Na categoria objectos de valor simbólico incluímos todos os objectos mencionados nos textos que representem, de forma indirecta e figurada, uma ideia, um conflito, um desejo inconsciente, que pode assumir várias formas, animal ou vegetal.

2.7. - *O Baptismo* é considerado um núcleo de sentido, pela relevância com que surge, apesar de praticamente ser considerado um elemento de identificação tendo em conta o contexto histórico e o seu valor na época em que os textos foram redigidos. Além do seu valor enquanto sacramento, a criança adquiria existência oficial no momento do baptismo, tendo em conta que nesta época a Igreja detinha funções oficiais de registo civil, que actualmente pertencem ao estado.

2.8 – Para além da função de identificação da criança e do sinal, por vezes o texto inclui um pedido específico expresso, que nos pareceu relevante para uma análise compreensiva da situação da exposição. Assim o núcleo de sentido *intenção futura do autor/autora da exposição* tem duas categorias que correspondem a duas alternativas possíveis: ou manifestam o desejo de voltar para reaver a criança, indicando quando fazem intenções de o fazer, e/ou expressamente manifestam o desejo de recompensar a instituição pelo facto de a ter acolhido e “criado”. O facto de designarem quando vão buscar a criança e o tempo que vão demorar a reavê-la não foi constituído como categoria isolada, por nos parecer que tem pouca relevância nesta categoria. Este facto foi considerado muito relevante na categoria da angústia por constituir uma expressão directa da mesma.

Terminada a fase inicial da elaboração de uma grelha para a análise descritiva dos elementos constituintes dos textos, passámos à segunda fase, a da análise interpretativa dos conteúdos, elaborando uma segunda grelha de análise que nos permita aceder às emoções e afectos contidos nos textos.

Para a análise dos *afectos* presentes nos textos, utilizámos a categorização dos afectos maternos descritos na “entrevista R” (“em anexo: Entrevista R”), por considerarmos que serviam o nosso objectivo, o de compreender o tipo de sentimentos maternos contidos nos textos, os que estavam presentes no momento da elaboração do testemunho que acompanhava a criança no momento da exposição.

A entrevista “R” é um instrumento de avaliação das representações maternas que foi elaborado por um grupo internacional (D. N. Stern, C Robert-Tissot, G. Besson, S. Rusconi-Serpa, M. de Muralt, B. Cramer, F. Palácio), representante de diferentes aproximações práticas e referências conceptuais, que puseram em comum as várias experiências e elaboraram este instrumento para avaliar as representações maternas. Estas representações são descritas pelos referidos autores como todas as fantasias da mãe, os seus medos, desejos, distorções, percepções selectivas, atribuições, etc

O protocolo da entrevista contém dez temas gerais e vinte e oito perguntas, centrando a nossa análise no sétimo tema que se refere a uma descrição dos afectos dominantes, pretendendo efectuar uma descrição da tonalidade afectiva da representação materna da criança. Aqui tem particular relevância a tonalidade afectiva

da representação, numa polaridade positiva-negativa fornecendo uma visão de conjunto da tonalidade afectiva ligada à criança e ao papel maternal. Inclui duas perguntas, 21 e 22, em que é apresentada uma lista de dez afectos maternos e sobre uma linha de dez centímetros ela deverá localizar-se cada afecto numa gradação que vai da categoria “nunca”, colocada no extremo esquerdo da linha, a “muitas vezes”, colocado no extremo direito da linha. Os afectos identificados são: alegria, tristeza, ansiedade-medo, curiosidade, cólera, culpabilidade, orgulho, vergonha, desgosto e emoções equilibradas. Considerámos apenas seis dos dez afectos contidos na “Entrevista R” por serem os que aparecem nos textos: tristeza, ansiedade-medo, cólera, culpabilidade, vergonha, e desgosto, tendo excluído os restantes: alegria, curiosidade, orgulho e emoções equilibradas, por não aparecerem.

Constituem assim categorias deste núcleo de sentido os seguintes afectos: alegria, tristeza, ansiedade-medo, curiosidade, cólera, culpabilidade, vergonha e desgosto.

2.10 – Segue-se o núcleo de sentido, *tipo de angústia*, que se propõe a avaliar se existe angústia, e quando aparece, qual a sua natureza.

Como categorias da natureza da angústia, adoptámos os descritores contidos no teste do T.A.T. de Bellak acerca da natureza da ansiedade e que foi adoptado na grelha de avaliação desta prova projectiva, que são: dor física e/ou punição; de desaprovação; falta ou perda de afecto; de abandono; vencido e sem ajuda; de devoração; de doença ou ferida; de privação, e outros. Adoptámos como categorias os quatro dos descritores de angústia de Bellak que aparecem nos textos que estamos a analisar:

- dor física e/ou punição
- falta ou perda de afecto
- abandono
- vencido e sem ajuda

2.11 – Como último núcleo de sentido encontra-se a análise dos *procedimentos defensivos* presentes nos textos, e que presidem à sua elaboração.

O texto elaborado pela mãe/familiar da criança exposta é submetido a um mecanismo pertencente ao processo secundário, a *elaboração secundária* que se materializa num texto, resultado de um compromisso entre a representação inconsciente reactivada pela situação (separação/abandono) e os imperativos conscientes: elaborar o texto para acompanhar a entrada da criança na casa da roda. Para avaliar os procedimentos defensivos constituímos como categorias, os mecanismos de defesa que estão presentes nos textos:

- Repressão
- Formação de Compromisso

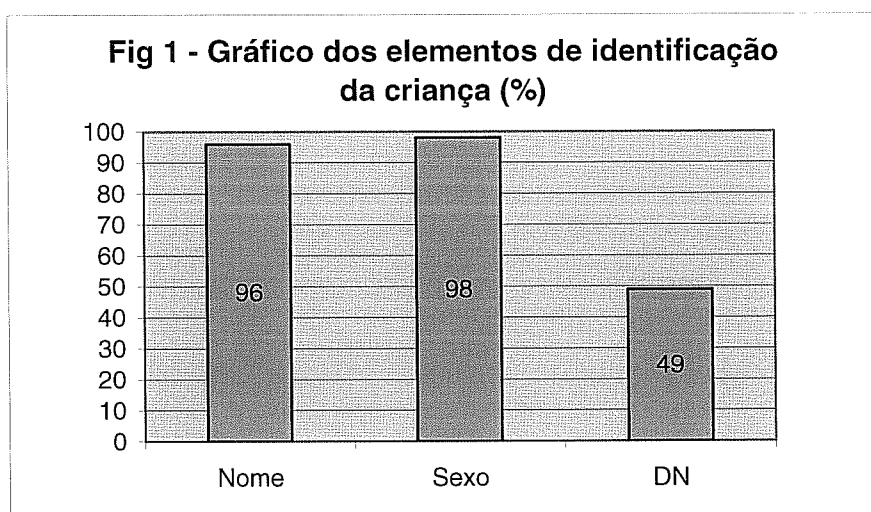
- Formação Reactiva
- Negação

RESULTADOS

Primeira Grelha de Avaliação: Análise das categorias presentes

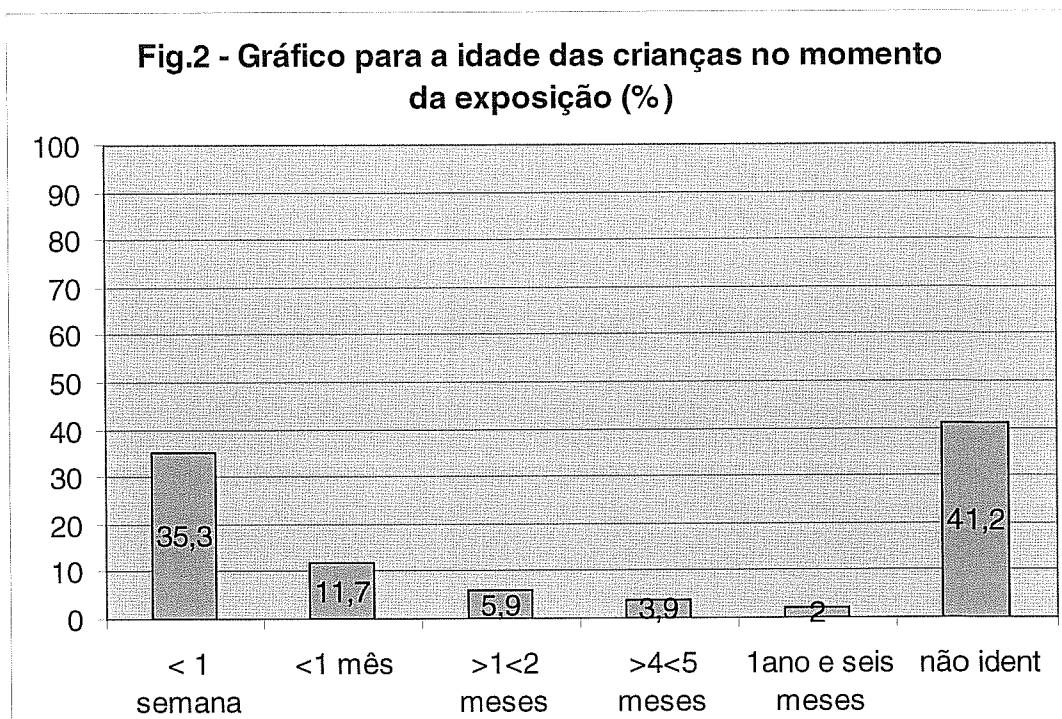
1 – Elementos de identificação das crianças – Nome, Sexo e Data de Nascimento:

- Nome: 49 - 96%
- Sexo: 50 – 98% (19 sexo feminino - 37,2%, 31 do sexo masculino – 60,8%)
- Data da Nascimento: 25 – 49%



Idade das crianças no momento da exposição:

- Menos de uma semana – 18 (35,3%)
- Menos de um mês – 6 (11,7%)
- Entre um e dois Meses – 3 (5,9%)
- Entre quatro e cinco meses – 2 (3,9%)
- Com um ano e seis meses – 1 (2%)
- Não identificado – 21 (41,2%)



Ausência de categoria de identificação: 0

Apenas Uma Categoria de Identificação: 4 – 7,8%

- Nome: 3 – 5,9%
- Sexo: 1 – 2%

Dois tipos de Identificação: 16 – 31,4%

- Nome+Sexo: 14 – 27,5%
- Sexo+D. Nasc.: 2 – 3,9%

Três Tipos de Identificação: 32 – 62,7%

- Nome+D. Nasc.+Sexo: 23 – 45%

Interpretação dos resultados: A quase totalidade dos textos referencia o **nome** (96%) e o **sexo** (98%) da criança, sendo que a maior parte das crianças pertencem ao sexo masculino (60,7%), com uma representação muito significativa se compararmos com a percentagem de crianças que pertencem ao sexo feminino (37,2%).

Um número muito significativo de crianças tinha menos de uma semana no momento da exposição (35,3%), e mais de metade da amostra tinha menos de dois meses. Apenas uma criança tinha mais de um ano, e apesar de alguns textos não fazerem qualquer referência à data de nascimento, referenciam a idade da criança, o

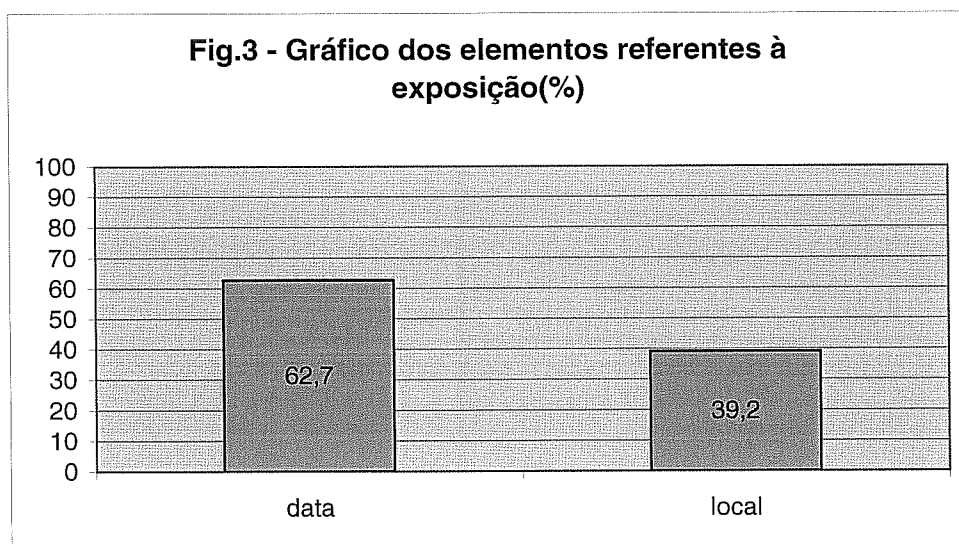
que conjugado com a análise de outros elementos, tais como a roupa que vestia ou que acompanhava a criança, podemos afirmar que a quase totalidade das crianças era exposta durante o primeiro mês de vida e algumas apenas com algumas horas.

Um número significativo menciona a data de nascimento (49%), e uma parte igualmente significativa utiliza os três tipos de identificação nome, sexo e data de nascimento (45%). Não existe nenhum texto sem qualquer tipo de identificação.

Relativamente à identidade e identificação das crianças expostas podemos concluir que nesta amostra as crianças do sexo masculino constituem a maior parte, sendo que a maioria são recém-nascidas. Podemos também afirmar que a identificação da criança constituía um aspecto muito importante para os seus familiares.

2 - Elementos referentes à exposição – data, local:

- Data: 32 – 62,7%
- Local: 20 – 39,2%



Apenas Um Elemento: 17 – 33,3%

- Data: 15 – 29,4%
- Local: 0

Dois Elementos: Data+Local: 18 – 35,3%

Nenhum Elemento: 16 – 31,4%

Interpretação dos resultados: Uma parte muito significativa dos textos referencia a *data* (62,7%), como facto relevante da exposição; o local surge como menos relevante (39,2%); quando há apenas uma referência, é a data que aparece (29,4%), e nunca o local. Um número significativo utiliza as duas referências data e local (35,3%). Uma percentagem menor mas aproximada não faz qualquer referência a data ou local da exposição (31,4%).

3 – Sinais Relevantes: 2 – 3,9%

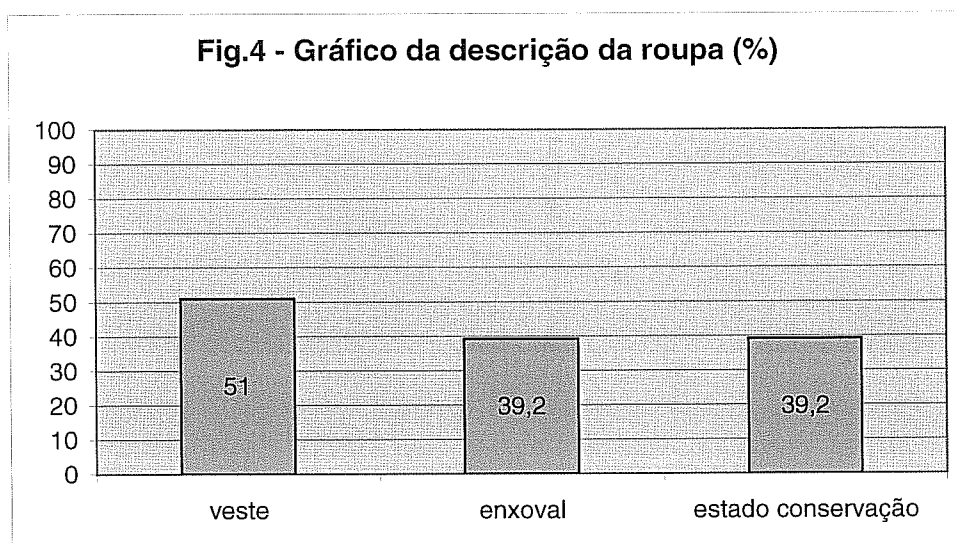
Ausência da Categoria: 49 – 96%

Interpretação dos resultados: A quase totalidade dos textos não menciona qualquer sinal relevante da criança (96%), apenas o fazendo uma percentagem muito pequena (3,9%), que corresponde a dois textos em que um refere que a criança “nasceu de Perigo”, e poderá querer sugerir uma vulnerabilidade particular da criança, e outro que referencia que a criança “tem muito fastio”. Em ambos os casos é assinalada uma característica particular daquela criança, sendo que no segundo caso, apesar de apresentar uma característica particular daquela criança, parece corresponder mais a um reforço ao apelo feito aos cuidados a prestar à criança (incluído nesta categoria).

Podemos assim concluir que esta categoria não tem qualquer expressão significativa nesta amostra, pelo que as crianças expostas não apresentavam problemas físicos particulares.

4 – Descrição da Roupa – que veste, enxoval, estado de conservação:

- Veste: 26 – 51%
- Enxoval: 20 – 39,2%
- Estado de Conservação: 20 – 39,2%



Sem Nenhuma Referências: 25 – 49%

Dois Tipos de Descrição: 7 – 13,7%

Veste+E. Conservação: 4 – 7,8%

Veste+Enxoval: 3 – 5,9%

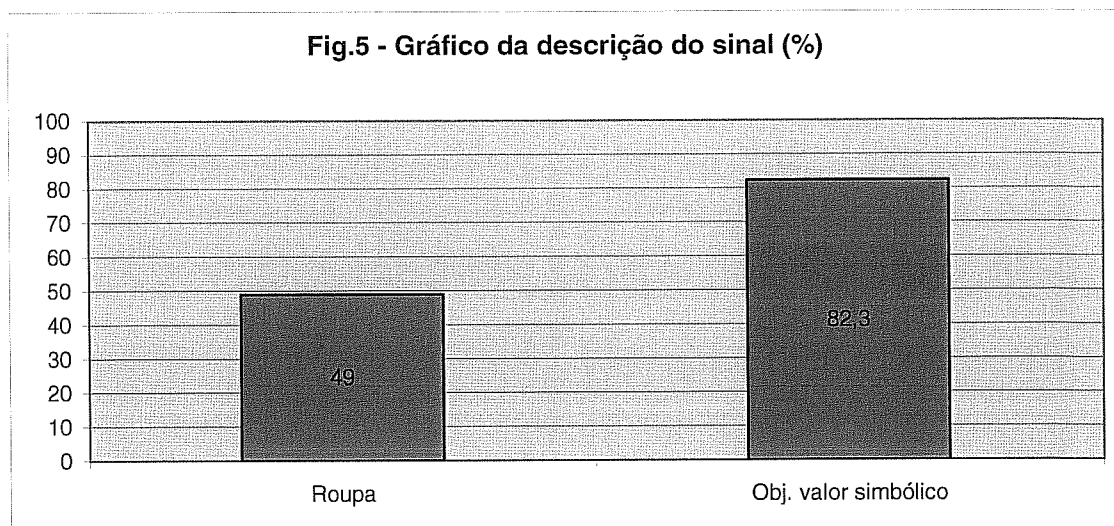
Os Três Tipos de Descrição: Veste+Enxoval+E. Conservação: 16 – 31,4%

Interpretação dos resultados: A referência à roupa que a criança veste no momento da exposição está praticamente presente em metade da amostra (51%), juntando-se por vezes a esta referência, a referência do enxoval ou do estado de conservação em igual percentagem (39,2%), e uma percentagem um pouco inferior junta os três tipos de descrição (31,4%). Aproximadamente metade da amostra não faz qualquer referência à roupa (49%).

Podemos assim concluir que, apesar da roupa que a criança veste ser referenciada de forma representativa, não constitui um factor decisivo e determinante no comportamento desta amostra.

5 – Descrição do Sinal – Roupa/ objecto de valor simbólico:

- Roupa: 25 – 49%
- O. Valor Simbólico: 42 – 82,3%



Ausência de descrição de Sinal: 7 – 13,7%

Dois tipos de Sinal: 22 – 43,1%

- Roupa+O. V. Simbólico: 22 – 43,1%

Interpretação dos resultados: A quase totalidade dos textos apresenta um sinal (86,3%), sendo o objecto com valor simbólico o que tem maior expressão (80%), seguindo-se a escolha de uma peça de roupa, também com um valor significativo (43,1%). Apenas uma pequena percentagem não descreve o sinal (13,7%), podendo concluir que o sinal constitui um elemento muito importante na exposição da criança.

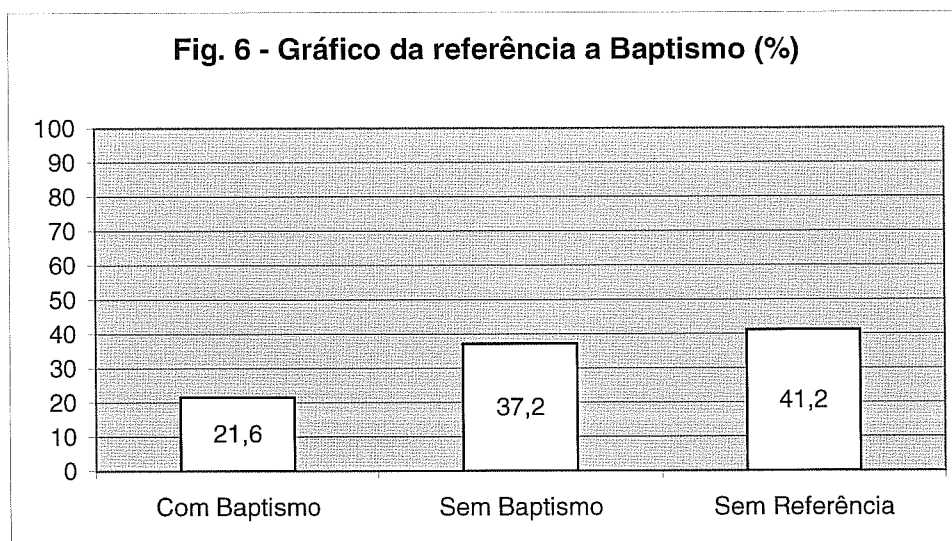
A escolha da quase totalidade dos familiares recai nos objectos de valor simbólico para sinal. Este facto poderá significar que, perante uma situação em que a família se vai separar da criança, existindo a possibilidade de não a voltarem a ver, de morrer, num futuro que é incerto ou inexistente, os pais “apostam” no mágico, numa espécie de entrega ao divino o destino da criança, perante a sua incapacidade em o traçar. Lembrando a função do símbolo no que significa de ruptura e ligação das partes separadas, a maior parte conserva metade do símbolo em seu poder, conservando também desta forma a esperança/convicção, de que isso lhes permitirá reaver a criança.

A ausência de sinal corresponde na maior aos textos meramente descritivos, nulos também para as categorias de angústia e de afecto, à excepção de um que aparece com quatro afectos e quatro tipos de angústia.

Nota: Em anexo D – descrição dos Objectos de Valor Simbólico

6 – Referência a Baptismo – sim, não ou sem referência:

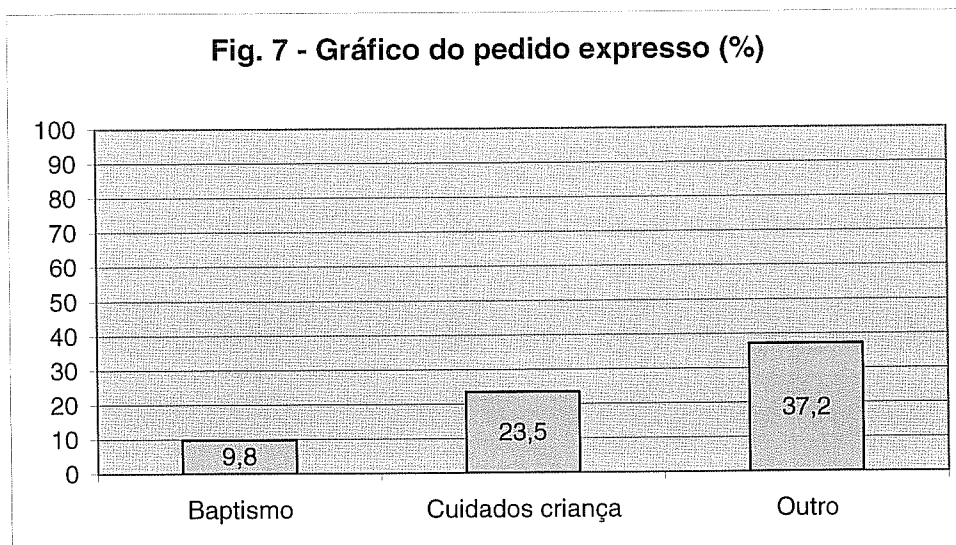
- Sim (com Baptismo): 11 – 21,6%
- Não (sem Baptismo): 19 – 37,2%
- Sem Referência: 21 – 41,2%



Interpretação dos resultados: Uma parte significativa dos autores dos textos faz referência ao Baptismo (59%), podendo assim considerar que este constituía um acontecimento considerado importante por parte dos familiares, na vida da criança exposta. Os restantes, que não referem o Baptismo, pedem nome (31%), ou referem o nome (7,8%), apenas um texto não faz qualquer referência nem ao Baptismo, nem a nome para a criança. Sabemos que naquela época, a Igreja detinha funções oficiais de carácter administrativo, adquirindo a criança uma identidade oficial no momento do Baptismo. Assim podemos pensar que na sugestão do nome poderá estar implícito o pedido ou a referência ao Baptismo.

7 – Pedido Expresso – Baptismo, cuidados com a criança, outros:

- Baptismo: 5 – 9,8%
- Cuidados com a Criança: 12 – 23,5%
- Outro: 19 – 37,2%



Ausência de Pedido: 26 – 51%

Dois Pedidos: 5 – 9,8%

- Cuidados C.+Outro: 4 – 7,8%
- Batismo+Outro: 1 - 2%

Três Pedidos: 3 – 5,9%

- Batismo+Outro+Cuidados C.: 3 – 5,9%

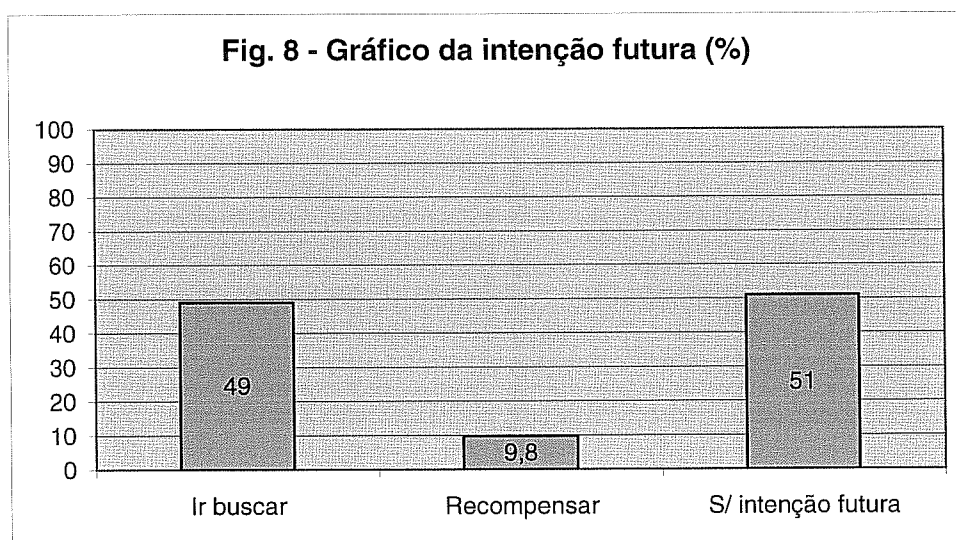
Interpretação dos resultados: Em aproximadamente metade da amostra há um pedido expresso em relação à vida da criança, sendo a categoria “outro pedido” a que se encontra mais representada (37,2%). Dentro desta categoria estão incluídos os seguintes pedidos por ordem de representação: a solicitação da atribuição de uma determinada madrinha que é identificada (Santa Ana, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Conceição), segue-se o pedido de uma ama com determinados atributos (livre de escrúpulos, boa ama), também se observa o pedido para a criança ficar a ser criada na cidade de Lisboa (lembramos que as amas podiam residir na casa da Roda, na Cidade de Lisboa ou fora da cidade de Lisboa), o pedido que o registo escrito permaneça junto do sinal, pedido que o sinal seja reforçado (com um bocadinho de vestido), que não mudem o nome à criança, por último surge o pedido de que tenham determinado tipo de sentimentos para com a criança (que tenham pena dela).

Os cuidados para com a criança aparecem em segundo lugar (23,5%), e referem-se directamente aos cuidados assistenciais: que a tratem bem, que “seja muito bem acomodada no berço”, que vá para a ama brevemente, que seja muito recomendada, que a tratem com todo o cuidado, que a ponham em boa ama.

O pedido de Baptismo é apenas mencionado numa pequena percentagem de casos (9,8%), o que, tendo em conta a análise acima efectuada parece dever-se ao facto de que, por um lado uma parte das crianças já se encontrarem Baptizadas, por outro para a outra parte é solicitado um nome para a criança, o que como já pudemos referir atrás corresponde ao mesmo pedido.

8 – Intenção Futura – Ir Buscar a criança, recompensar a Instituição:

- Ir Buscar: 25 – 49%
- Recompensar: 5 – 9,8%
- Sem Intenção Futura: 26 – 51%



Duas Intenções: 4 – 7,8%

- Ir Buscar+Recompensar: 4 – 7,8%

Interpretação dos resultados: Aproximadamente metades dos familiares das crianças expressavam a intenção de vir buscar a criança, mencionando o texto nalguns casos pontuais a altura em que o pensam fazer (“a todo o tempo”, “no fim da criação”). Se considerarmos os dados que constam na maior parte dos documentos da

época e que mencionavam a triste sorte dos enjeitados da roda, sujeitos a uma taxa de mortalidade elevadíssima, podemos considerar que essa intenção traduz mais o desejo do que a possibilidade real de isso acontecer, o que nos parece corresponder a uma das formas de viver e aceitar separarem-se da criança.

A intenção de recompensar a instituição pelas despesas efectuadas com a criança aparece apenas numa baixa percentagem o que poderá estar relacionado com as informações provenientes das fontes históricas que indicam que a maior parte destas crianças provinham de famílias carenciadas do ponto de vista económico e social, sendo as crianças de origens mais abastadas pequeno número, e para além disso poderá contribuir o facto da criança ser entregue a uma instituição prestigiada como era a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Segunda Grelha de Avaliação: Análise interpretativa dos aspectos psicológicos

1 – Afecto Dominante: Tristeza, Ansiedade/Medo, Cólera, Culpabilidade, Vergonha, Desgosto:

Presença de Afecto: 42 – 82,3%

Total de cada categoria de Afecto:

- Tristeza: 29 – 56,9%
- Ansiedade/Medo: 17 – 33,3%
- Cólera: 12 – 23,5%
- Culpabilidade: 20 – 39,2%
- Vergonha: 6 – 11,8%
- Desgosto: 16 – 31,4%

- Tristeza+Ansiedade/Medo+Culpabilidade+Desgosto: 3 – 5,9%
- Tristeza+Ansiedade/Medo+Culpabilidade+Cólera: 3 – 5,9%
- Tristeza+Ansiedade /Medo+Vergonha+Desgosto: 1 – 2%
- Tristeza+Culpabilidade+Vergonha+Desgosto: 3 – 5,9%
- Tristeza+Ansiedade/Medo+Cólera+Desgosto: 1 – 2%

Cinco categorias de Afecto: 2 – 3,9%

- Tristeza+Ansiedade/Medo+Culpabilidade+Vergonha+Desgosto: 2 – 3,9%

Nenhum Afecto Presente: 9 – 17,6%

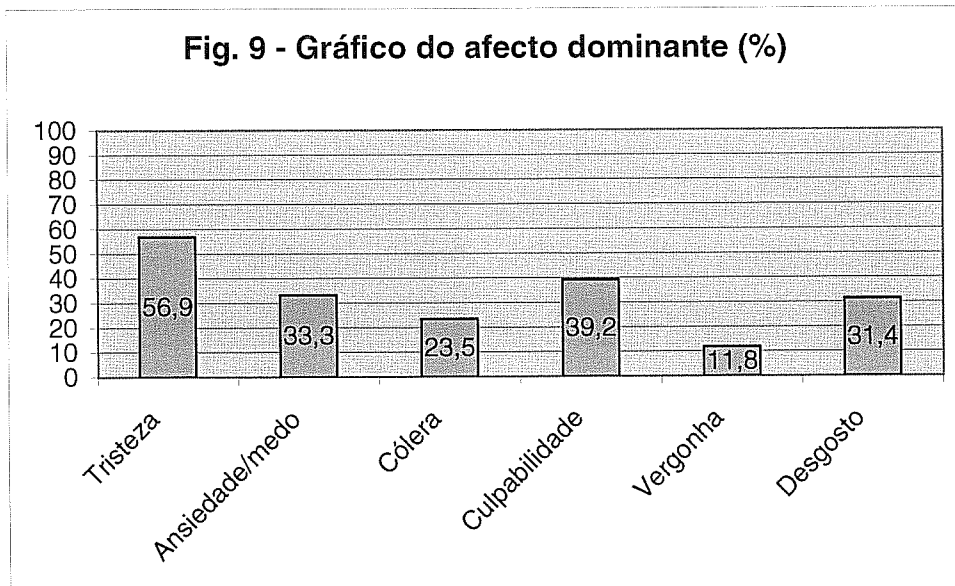
Interpretação dos resultados: Na maior parte dos textos encontram-se representados afectos (82,3%), sendo que a maior representação diz respeito aos textos que contêm mais do que uma categoria de afecto (45%), na seguinte distribuição: em primeiro lugar os textos com quatro categorias de Afecto (21,5%), seguindo-se os que têm três categorias de Afecto (11,7%), os que contêm duas categorias de Afecto (7,8%), e menos representados encontram-se os que contêm cinco categorias de Afecto (3,9%).

A parte da amostra que contém apenas um afecto (35,3%) alcança valores mais baixos, mas significativos.

A categoria de afecto com maior representatividade é a Tristeza (56,9%) que aparece em mais de metade dos textos, destacada das outras categorias, permitindo-nos afirmar que traduz o sentimento principal presente dos familiares das crianças expostas no momento da exposição. Segue-se a categoria Culpabilidade (39,2%) imediatamente depois da tristeza com valores também significativos. Segue-se a par com a categoria Ansiedade/Medo (33,3%), a categoria Desgosto (31,4%) com valores próximos e também expressivos, seguidos pela categoria Cólera (23,5%), presente mas menos representada. Por último surge a categoria Vergonha, que é a menos representada (11,8%).

Um número pouco significativo de textos não contém a presença de qualquer tipo de afecto (17,6%), e correspondem a textos meramente descritivos.

Em conclusão, tristeza e culpabilidade traduzem o sentimento principal dos familiares que expunham a criança na Roda, apresentando também uma parte significativa destes textos, estes afectos associados a ansiedade, desgosto, cólera e vergonha.



Uma categoria de Afecto: 19 – 37,2%

- Tristeza: 7 – 13,7%
- Culpabilidade: 7 - 13,7%
- Cólera: 5 – 9,8%

Mais de uma categoria de Afecto: 14 – 27,5%

Duas categorias de Afecto: 4 – 7,8%

- Tristeza+Cólera: 1 – 2%
- Tristeza+Desgosto: 1 – 2%
- Tristeza+Culpabilidade: 1 – 2 %
- Ansiedade/Medo+Cólera: 1 – 2%

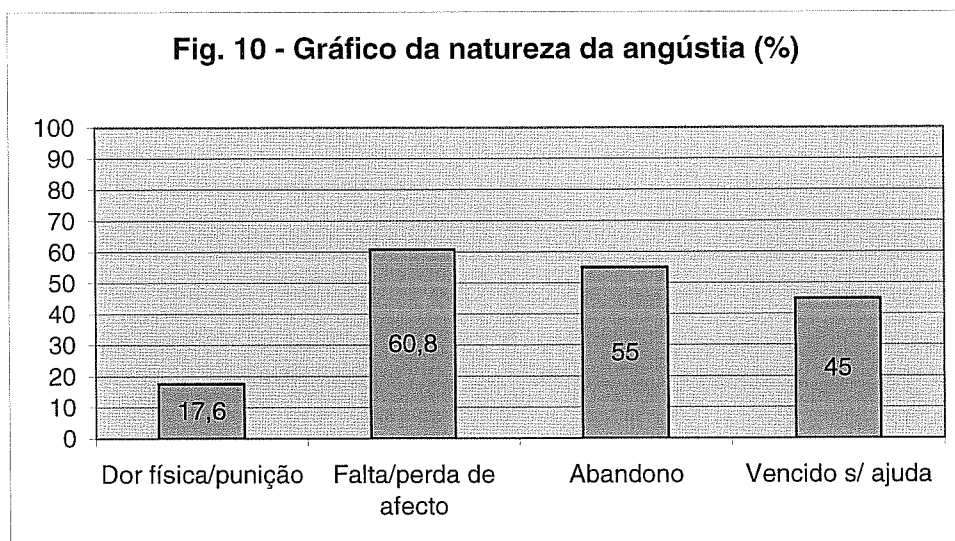
Três categorias de Afecto: 6 – 11,7%

- Tristeza+Ansiedade/Medo+Cólera: 1 – 2%
- Tristeza+Ansiedade/Medo+Desgosto: 4 - 7,8%
- Tristeza+Ansiedade/Medo+Culpabilidade: 1 – 2%

Quatro categorias de Afecto: 11 – 21,5%

2 – Natureza da Angústia – Dor física e/ou punição, Falta ou perda de afecto, Abandono, vencido e sem ajuda:

- Dor física e/ou punição: 9 – 17,6%
- Falta ou perda de afecto: 31 – 60,8%
- Abandono: 28 – 55%
- Vencido e sem ajuda: 23 – 45%



Ausência de qualquer Categoria de Angústia: 13 – 25,5%

Utilização de apenas um Tipo de Angústia: 4 – 7,8%

- Vencido: 3 – 5,9%
- Falta ou Perda de Afecto: 1 – 2%

Dois tipos de Angústia: 14 – 27,5%

- Falta+Abandono: 9 – 17,6%
- Falta+Vencido: 4 – 7,8%
- Abandono+Vencido: 1 - 2%

Três Tipos de Angústia: 10 – 19,6%

- Dor física+Falta+Abandono: 2 – 3,9%
- Falta+Abandono+Vencido: 8 – 15,7%

Quatro tipos de Angústia: 7 – 13,7%

- Dor Física+Falta+Abandono+Vencido: 7 – 13,7%

Interpretação dos resultados: Uma parte muito significativa dos textos apresenta categorias de angústia (74,5%), na seguinte distribuição: a categoria mais representada, e que corresponde a mais de metade da amostra, é a categoria Falta ou Perda de Afecto (60,8%), seguida da categoria Abandono (55%), com valores significativos. A categoria Vencido e sem ajuda obtém valores também significativos (45%), e por último, com uma percentagem pouco significativa surge a categoria Dor Física e/ou punição (17,6%).

Uma pequena percentagem apresenta apenas um tipo de categoria de Angústia (7,8%), sendo estas as de vencido (5,9%) e falta ou perda de afecto (2%).

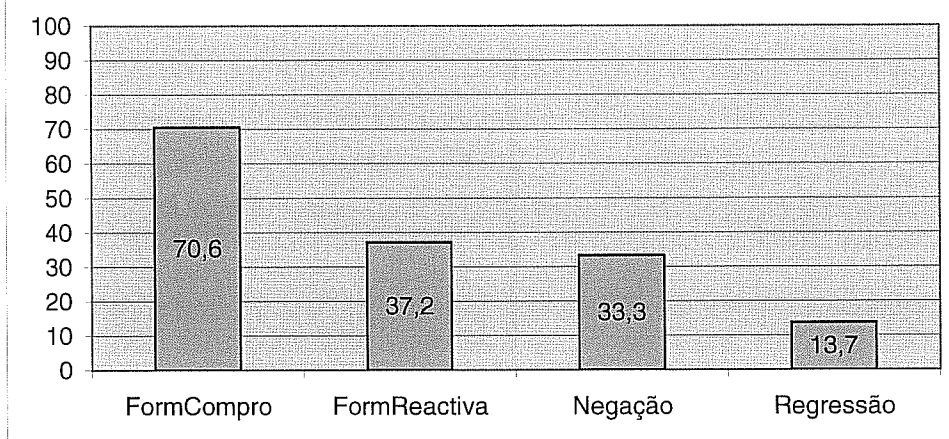
Os textos em que se verifica a existência de duas categorias de angústia têm alguma expressão (27,5%), e combinam a Falta ou Perda de Afecto, com Abandono e Vencido. Com três tipos de Angústia temos um valor percentual um pouco inferior (19,6%), e com quatro verifica-se também uma pequena percentagem (13,7%).

Um valor significativo de textos não apresenta qualquer tipo de angústia (25,5%), observando-se nalguns destes textos a mobilização de alguma categoria de afecto (11,7%), correspondendo os restantes aos textos meramente descritivos.

3 – Mecanismos de Defesa – Repressão, Formação de Compromisso, Formação Reactiva, Negação:

- Repressão: 7 – 13,7%
- Formação de Compromisso: 36 – 70,6%
- Formação Reactiva: 19 – 37,2%
- Negação: 17 – 33,3%

Fig. 11 - Gráfico dos mecanismos de defesa (%)



Nenhum Mecanismo de Defesa Presente: 1 – 2%

Apenas um Mecanismo de Defesa: 24 – 47%

- Formação C.: 15 – 29,4%
- Formação R.: 2 – 3,9%
- Repressão: 5 – 9,8%
- Negação: 2 – 3,9%

Mais do que um Mecanismo de Defesa: 22 – 43,1%

Dois Mecanismos de Defesa: 17 – 33,3%

- Formação C.+Negação: 6 – 11,8%
- Formação C.+Formação R.: 6 – 11,8%
- Formação R.+Negação: 3 – 5,9%
- Repressão+Formação C.: 2 – 3,9%

Três Mecanismos de Defesa: 6 – 11,8%

- Formação C.+F. Reactiva+Negação: 6 – 11,8%

Interpretação dos resultados: O mecanismo de defesa com maior representação e que aparece na maior parte dos textos é a formação de Compromisso (70,6%),

seguindo-se a Formação Reactiva com um valor percentual significativo (37,2%), seguido da Negação com um valor próximo (33,3%), e por último a Repressão com um valor pouco significativo (13,7%).

Com a presença de mais do que um mecanismo de defesa temos uma percentagem significativa (43,1%), predominando a presença de dois (33,3%), que conjugam a Formação de Compromisso com a Negação, a Formação Reactiva e a Repressão. Com três mecanismos de defesa em conjunto temos um valor percentual mais baixo (11,8%), utilizando em simultâneo a Formação de Compromisso com a Formação Reactiva e a Negação.

Uma percentagem muito baixa, sem expressão não utiliza nenhum mecanismo de defesa (2%).

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem-nos tirar importantes conclusões, para esta amostra, em relação ao tipo de sentimentos que os familiares das crianças expostas tinham no momento em que se separavam delas para as colocar na “Roda dos Expostos”.

A primeira conclusão que nos parece de extrema importância é acerca da caracterização “tipo” da criança exposta: esta criança é recém-nascida, tem um nome escolhido pelos pais, pertence ao sexo masculino, não apresenta deficiências físicas, doenças ou outros sinais particulares. Ela teve uma existência física e psicológica na vida dos seus familiares, que com muito sofrimento a entregou numa instituição credível e respeitada, na esperança de poder voltar para as buscar.

Para além de escolherem o seu nome e os padrinhos, os familiares das crianças expostas faziam pedidos de toda a natureza relativamente aos cuidados a prestar à criança, numa tentativa, por vezes quase delirante, de continuarem a “presidir” à sua vida, chegando nalguns casos à negação do abandono.

O texto resulta do compromisso entre a necessidade de referenciar a criança, única esperança de a retomar, e a tristeza e zanga sentida no momento, deixando assim transparecer esta mescla de sentimentos numa análise detalhada dos referidos documentos.

Outro aspecto muito importante que sobressai desta análise, e que nos confirma a existência psíquica desta criança na vida dos pais, é a quantidade e variedade de afectos que os textos contêm e que traduzem o sofrimento provocado por esta separação. Tristeza e culpabilidade são os principais afectos presentes e que nos permitem afirmar que caracterizavam a vivência do momento que acompanhava os pais como sentimento principal no momento da exposição. Medo, ansiedade e desgosto são afectos igualmente presentes e que também traduzem o sofrimento e insegurança sentida. A principal origem da angústia é falta ou perda de afecto, associada à angústia de abandono, e parece-nos traduzir um movimento identificatório dos pais para com a criança. Estes familiares teceram o enxoval da criança, que a acompanhava no momento da entrada na “casa da roda”, com todo o cuidado, como o podem testemunhar as descrições detalhadas dos materiais escolhidos, a sua qualidade, cores e estado de conservação. Associado a este enxoval estava o sinal, repleto de simbolismo extremamente rico e revelador de toda a vivência que tem vindo a ser descrita, e que tinha um valor determinante na exposição da criança por constituir a sua identidade. Estes objectos de valor simbólico traduziam, mais uma vez, não só o sentimento de incapacidade dos pais em proteger e cuidar da criança, fazendo apelo ao místico e ao divino, como uma forma de aceitar a separação e a dor

que esta significava. Uma parte do objecto que constituía o sinal ficava com os pais que o conservavam, funcionando por um lado como objecto transitivo evocativo da criança, e por outro materializava a esperança de voltar a reaver a criança, junto à qual ficava a outra metade.

O texto resulta do compromisso entre a necessidade de referenciar a criança, única esperança de a retomar, e a tristeza e zanga sentida no momento, deixando assim transparecer esta mescla de sentimentos. Em resultado, o mecanismo de defesa com maior representação é a formação de Compromisso, seguindo-se a Formação Reactiva. A Negação também assume alguma expressão e traduz a negação do abandono, associada a uma tentativa de controlar a vida e o destino da criança.

A nossa motivação para a realização deste trabalho partiu do desejo de conhecer, “descodificar”, compreender, o tipo de sentimentos familiares que acompanhavam o abandono de uma criança de tenra idade, numa época histórica caracterizada pelo desinteresse pela vida da criança e pela relação mãe-criança.

A nossa experiência pessoal recente de oito anos de trabalho nesta problemática também foi determinante, na medida em que, na qualidade de “caixa cilíndrica”, pudemos testemunhar a expressão real, vivida, desta dor, mostrando-nos que em tudo se assemelha aos sentimentos expressos nos documentos analisados neste estudo, diferindo apenas na forma, pelos três séculos de distância que as separa. Presenciei muitas mães do final do século XX partirem, sem qualquer esperança e sem conseguirem exprimir o seu sofrimento, sem possibilidade de deixar qualquer “sinal”, “fugindo” para o táxi que tinha ficado à espera na rua, ou numa saída apressada depois de inúmeras razões pouco válidas ao técnico que “tentava” acompanhar a situação. Quantas vezes estas mães vinham entregar a criança depois de terem falhado inúmeras reuniões preparatórias daquele momento, pela razão do nascimento da criança ter ocorrido a um domingo, e os técnicos da Maternidade que a esperavam não estavam lá, e depois de uma profissional credenciada lhe ter dito que “nem as cadelas abandonam os filhos”. O que aproxima estas mães com trezentos anos de intervalo é a enorme coragem que preside a esta atitude de entregar um filho, em vez de o abandonar num local anónimo, “abafar”, negligenciá-lo de forma a inviabilizar a sua vida entregando a amas de má qualidade, tanto no século XVIII como no final do século XX. O que as afasta são as condições em que o concretizam. Questionamo-nos se as mães do século XVIII não seriam mais respeitadas pelo facto de não se terem que confrontar com alguém, e na sua intimidade, de forma anónima e individual poderem preparar a separação, elaborando um sinal, o possível em função da sua personalidade, crenças e convicções. A especificidade da natureza afectiva e relacional entre uma mãe/pai e um bebé que foi investido é única e intemporal,

provocando a separação entre ambos um sofrimento psicológico indizível, como podemos constatar nos documentos analisados.

Por ter testemunhado inúmeras vezes estes momentos, com técnicos de várias formações, sensibilidades, a tentarem executar a sua tarefa, que na nossa opinião se revela impossível, espero que esta reflexão possa ser útil a tantas mães e bebês que por algum motivo das suas vidas se desconstruíram e que têm o direito de continuar a viver esta dor da forma menos penosa possível, permitindo-lhes continuar a viver com essa recordação/experiência emocional “sem legenda”, da melhor forma possível.

Para a concretização deste estudo deparámo-nos com um obstáculo principal que é a escassez de elementos passíveis de serem analisados com os “instrumentos” de avaliação psicológica de análise e investigação de que dispomos actualmente, e pela impossibilidade de aceder a outro tipo de documentação que nos tivesse permitido alargar e diversificar a amostra, permitindo uma exploração mais alargada e uma eventual utilização de outro tipo de instrumentos.

Constitui nosso objectivo alargar as nossas investigações a outras fontes históricas e tentar construir novos instrumentos de avaliação que nos permitam “dar voz” à história à luz da Psicologia clínica, transformando as fontes históricas em nossos pacientes passíveis de um diagnóstico e porque não de tratamento e poderem ser alvo de uma intervenção psicoterapêutica?

Constitui também nosso objectivo continuar este estudo complementando o mesmo com a análise de outro tipo de documentação existente nos arquivos históricos de vários museus e bibliotecas Nacionais, numa tentativa de “acordar” os afectos e emoções contidos neste tipo de documentação, criando instrumentos adaptados, capazes de aceder à dimensão afectiva dos diversos materiais, constituindo a nossa grelha uma de muitas leituras possíveis.

REFERÊNCIAS

- André, A., & Barthelemy, J. M., & Bom, N., & Debry, M., & Fleury, D., & Gonthier, G., & Helman, Z., & Higelé, P., & Jalley, E., & Miljkovitch, M., & Nakby, J. L., & Osson, D., & Rouger, P., & Tychev, C., & Wawrzyniak, M. (1983). *Psychologie Projective II*. Université de Paris
- Anzieu, Didier (1981). *Os métodos projectivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Araújo, Matilde Rosa (1986). *A infância lembrada*. Lisboa: Livros Horizonte
- Ariés, Philippe (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D`Água.
- Bardin, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Badinter, Elisabeth (s/d). *Um é o outro*. Lisboa: Relógio D`Água (de acordo com o original, *L'un est l'autre*, de 1986).
- Badinter, Elisabeth (s/d). *O amor incerto: História do amor maternal do século XVII ao século XX*. Lisboa: Relógio D`Água (de acordo com o original, *Histoire de l'amour maternal, XVIIe-XXe siècle*, 1981).
- Bergeret, Jean (1983). *Psicologia patológica teórica e clínica*. Brasil, São Paulo: Editora Masson do Brasil.
- Body-Gendrot, S., & Leveau, R., & Orfali, K., & Prost, A., & Schnapper, D., & Simon-Nahum, P., & Vincent, G. (1991). *História da vida privada*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Bowlby, John (1981). *Separação angústia e raiva* (vol. 2 da trilogia Apego e perda). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, John (1985). *Perda tristeza e depressão* (vol. 3 da trilogia Apego e perda). São Paulo: Martins Fontes.
- Brito, M. F., & Colen, M. L. B., & D`Orey, F. M., & Grandi, C., & Morna, T. F., & Sá, I. G. (2001). *Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Facsimile Gráfica.

- Burguière, A., & Klapisch-Zuber, C., & Segalen, M., & Zonabend, F. (1997). *História da família. Tempos medievais: ocidente, oriente* (2º Vol.). Lisboa: Terramar.
- Burguière, A., & Klapisch-Zuber, C., & Segalen, M., & Zonabend, F. (1998). *História da família. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa* (3º Vol.). Lisboa: Terramar.
- Casey, James (1989). *História da família*. Lisboa: Teorema.
- Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.
- Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1998). Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Jeannerod, Marc (2002). *A natureza da mente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1970). *Vocabulário da psicanálise* (5ª ed.). Lisboa: Morais Editores.
- Lebovici (1987). *O bebé, a mãe e o psicanalista*. Brasil, Porto Alegre: Artes Médicas.
- Luzes, Pedro (1997). *Do pensamento à emoção* (2ªed.). Lisboa: Fenda.
- Marques, Bruno (2006). *Mulheres do século XVIII. Os retratos*. Lisboa: Neograf Artes Gráficas.
- Marques, A. H. de Oliveira (1983). *História de Portugal*. (2º vol., 10ª ed.). Lisboa: Palas Editores.
- Macleod, C., & Mathews, A., & Watts, F. N., & Williams, J. M. G. (2000). *Psicologia cognitiva e perturbações emocionais*. Lisboa: Climepsi.
- Naldini, M., & Saraceno, C. (2003). *Sociologia da família* (2ª ed.). Lisboa: Estampa.
- Revista dos Oceanos (1998). *Misericórdias cinco séculos*. Número 35 – Julho/Setembro. Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.

Roudinesco, É., & Plon, M. (1997). *Dictionnaire de la psychanalyse*. France: Fayard.

Sá, Isabel Guimarães (1985). *A casa da roda do Porto e o seu funcionamento: (1710-1780)*.
Porto: Universidade do Porto.

Shentoub, V. (1983). *Teste de apercepção temática: teoria e método*. *Análise Psicológica* N°1
Série IV 23-30.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1998). *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de história*.
Lisboa: Livros Horizonte.

Vilas-Boas e Alvim, Maria Helena (2006). *Em busca da história das mulheres*. Lisboa: Livros
Horizonte.

ANEXO A – Cópia dos Textos Transcritos

Transcrição dos textos

Documento nº 1

N.º 780

Aí vai essa menina e não vai baptizada. E se lhe porá o nome de Antónia. Nasceu em 6 de Julho de 1790. Leva para sinal uma medida encarnada da Senhora do Cabo. E com brevidade se há-de ir tirar e pagar-se toda a despesa que essa Real Casa tiver feito.

Hoje 14 de Julho de 1790.

Documento nº 2

N.º 1034

O padre Luís da Silva vigário da colegiada e igreja matriz de Santo André da vila de Mafra atesto que baptizei hoje 16 de Setembro do presente ano de 1790 a António que mostrava ter nascido a noite antecedente, filho de pais incógnitos. E foi exposto à porta de Maria João, viúva, moradora no lugar da Murgeira nesta mesma freguesia. E foi seu padrinho o tesoureiro Joaquim Bernardo. Tem o seu assento no livro nono dos baptizados a fólho 73. E vai remetido para o Hospital Real de Lisboa. O que para constar da certeza do seu baptismo passei a presente que sendo necessário o juro *in verbo sacerdotis*. Era *ut supra*.

O vigário Luís da Silva

Documento nº 3

N.º 1048

Setembro de 1790

Em 24 de Setembro da era de 90 entrou para o Santo Hospital uma menina chamada por nome Maria Constança, já baptizada. Leva por sinal cinco réis da era de 1782 com três buracos por cima do um, e no do meio leva enfiada uma fitinha verde estreita. O favor que se pretende é a recomendação do bom trato como também, cabendo no possível, ficar perto de Lisboa porque seus pais pretendem-na tirar o mais depressa que puder ser. O dito sinal acima dito vai cosido no mesmo escrito. Etc.

Documento nº 4

N.º 1300

Em o dia 5 de Dezembro de 1790 entrou para esta roda da Real Casa dos Expostos um menino por baptizar que nasceu no dia 4 do dito mês e ano. Pede-se aos digníssimos senhores protectores desta Santa Casa o queiram baptizar com o nome seguinte Luís Crisólogo e abrir-lhe assento com o dito nome. E o sinal que leva no braço esquerdo que é uma fita guardelem(sic)¹ com palheta de prata e pelo meio matiz porque seus pais com brevidade o querem procurar e tirar se Deus quiser que vivam.

1. Que tem a cor da flor de linho; que é azul tirante a vermelho. Consultar o mesmo termo nos documentos nº 24 e 33.

Documento nº 5

N.º 430

Nasceu esse menino em 19 do mês de Abril de 1791 e vai para essa Santa Casa em 26 do mesmo mês de Abril, e vai

por baptizar. E se lhe porá por nome Francisco João Torres Cabeça, e será sua madrinha Nossa Senhora da Conceição. E o que se pede é que haja bem cuidado no dito menino pois se há-de tirar. E todas as despesas que ele lá fizer se há-de pagar. E leva por sinal dois cueiros de baeta¹ branca embainhados e manguitos de chita branca com raminhos e riscas roxas e com fitas azuis claras para os atar. E mantilha da mesma chita e com fitas azuis ferretes² nos braços e um laço à banda de fita muito larga cor de fogo com acuso da cor já (?), e com uma cruzinha de madre-pérola. E o que se pede a esses senhores é cuidado a ele e em todos estes sinais que o dito menino leva, e na sua boa criação, para que quando se for tirar não haja engano. E então se pagará todos os gastos que ele lá fizer. E o que se pede é que seja criado com amor e caridade.

1. Tecido de lã ou algodão grosseiro e felpudo.
2. O mesmo que azul escuro.

Documento nº 6

N.º 665

Aí a vai esse menino chamado Baltazar. Ainda mama, tem ano e meio. Filho de Joaquim Xavier e Delfina Perpétua para todo o tempo que se procurar. Acomodai-o muito bem no berço. Tratem bem dele por amor de Deus que ele tem muito fastio.

Documento nº 7

N.º 829

A 6 do mês de Agosto de 1791 se entrega um pequeno na roda para se criar com três semanas de idade e já baptizado por nome José Justino de Matos pera em todo o tempo se procurar. E leva para sinal uma vara de fita cor de rosa com uma figa de azeviche¹ enfiada e uns manguitos de baetão² cor de pulga com uma fita estreitinha rosa. E uma toalha de vara bem medida de pano de linho ordinário com um sinal de fita cor de rosa por envolta.

1. Substância mineral muito negra e luzidia usada para fazer objectos de adorno.
2. Pano muito grosso.

Documento nº 8

N.º 1095

Em dia 12 de Outubro de 1791 veio para esta Santa Casa Gertrudes Rosa nascida dia de Santa Engrácia do dito ano. Com todos os sacramentos do baptismo.

Documento nº 9

†
N.º 1144

Este menino nasceu em 24 de Setembro deste presente ano de 1791, e foi baptizado na igreja pelo pároco. É filho de legítimo matrimónio. Seus pais são muito pobres e sua mãe não tem leite para o criar por moléstias que padece. Chama-se Firmo José. Leva uma saia de chita de salpicos com raminhos encarnados com o pé azul e cinta e manguitos irmãos. Um cueiro de baeta cor de cana com fita a debruado azul ferrete. E de tudo o que leva fica sinal para se procurar a todo o

tempo. Leva também um santo Antoninho de prata. Fica outro papel irmão pelo teor e letra deste e o que tem demais é o dia em que foi baptizado e freguesia e nome dos pais. Enjeitado em 25 de Outubro de 1791

(rubrica)

Leva mais uma sainha de baeta irmã do cueiro de cor de cana debruada de fita azul ferrete, mais dois pares de manguitos irmãos da saia.

Documento nº 10

N.º 1159

Esta menina vai por baptizar. Há-de-se chamar Maria do Carmo. Nasceu dia 29 de 1791¹. Leva manguitos de baetão verde moda. Uns cueiros feitos de coisa usada, debruados de galão verde, a cor deles assim avermelhados atada com uma fita pela cintura usada e sua cor roxa, e lista verde e mais fitas nas mangas e touca cor de rosa.

1. Sem indicação do mês.

Documento nº 11

N.º 147

Nasceu este menino aos 11 de Fevereiro deste ano presente d[el] 1792. Foi deitado nesta Santa Casa no mesmo dia de tarde, e vai por baptizar. E se lhe porá por nome José. E por sinal leva um peixinho de madre-pérola no braço direito com uma medida verde a que lhe cá fica. E outro peixe maiorzinho de que leva e um cueiro de baeta azul já usado.

Documento nº 12

N.º 318

Vai este menino em 20 de Março de 1792. Por nome se lhe porá Ventura da Conceição. Leva dois cueiros amarelos cor de laranja novos. Leva por cinto uma fita azul clara nova. Leva por sinal a metade de uma verónica¹ de São Francisco de Paula de prata. Pede-se ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor mordomo que lhe mande dar ama que brevemente se tirará pagando-lhe na forma do estilo. E receberá mercê.

1. Medalha com a imagem de santo.

Documento nº 13

N.º 679

*Jacinta*¹.

1. O número e o nome da exposta foram escritos com a mesma letra; verificar a semelhança entre a letra deste documento e a do acrescento feito no documento nº 21.

Documento nº 14

N.º 793

Aos 30 do mês de Julho de 1792 entrou uma menina na Santa Casa da Misericórdia chamada Maria Bárbara que nasceu em o dia 22 do mês de Junho do dito ano. E foi baptizada na freguesia de Nossa Senhora do Socorro desta cidade de Lisboa. E leva por sinal 3 cueiros de baetão alvadio¹, já velhos, e uns

manguitos de chita. E para maior sinal leva um coração e uma medida(?) encarnada e branca.

(rubrica)

1. Tirante a branco.

Documento nº 15

N.º 1131

Para a Casa dos Expostos vai uma menina por baptizar que quer que se chame Gertrudes da Nazaré, nascida em 18 de Outubro de 1792 dia de São Lucas, que nasceu no mesmo dia pelas oito horas e meia da noite. Leva um registo de Nossa Senhora da Nazaré. Leva três cueiros de baeta verde peralta(?)¹, manguitos de baeta verde escuro atacados de fio cor carmesim. Mostrando-se outro como este se puderá a todo o tempo entregar.

1. Peralta no sentido de janota? Ver documento nº 10 - verde moda.

Documento nº 16

N.º 1216

Este menino nasceu no dia 28 do mês de Outubro deste presente ano de 1792. Foi baptizado em cas[a] à nascença por vir de perigo e faltam-lhe os santos óleos. Há-de-se chamar José. Leva por sin[al] um coral. E leva vestido um mantêu¹ preto, uma envolta de chita, [el] uns manguitos de baeta alvadia.

1. Termo utilizado na Estremadura para cueiro.

Documento nº 17

N.º 1231

Esta menina chama-se Maria da Conceição. Nasceu em dia de Reis. É baptizada na freguesia das Mercês. É orfã de mãe, seu pai chama-se Manuel Pedro, foram recebidos nas Mercês. Leva por sinal um sino-samão¹, uma figa de madre-pérola, uma fita encarnada tudo ó pescoço, [el] uma rosa em um joelho. Vai a 15 do mês de Novembro.

1. Amuleto formado por dois triângulos, entrelaçados em forma de estrela. Também conhecido como sino-saimão.

Documento nº 18

N.º 406

Este menino chama-se Egídio [é] orfão de pai. E porque sua mãe está gravemente enferma com pouca esperança de vida e sem necessário para se tratar na dita enfermidade e para a sustentação do dito menino razão porque recorre à piedade desta Santa Casa até ver se Deus é servido conservar-lhe a vida para o vir tirar e pagar a despesa achando-se com possibilidade para isso. Lisboa, 3 de Abril de 1793. Serve este de sinal.

Documento nº 19

N.º 446

A todo o tempo que este menino for procurado me será entregue a mim ó a outra qualquer pessoa que leve outro papel que irmane a este, tendo as mesmas palavras e o mesmo sinal o qual é uma fita de um palmo.

Chama-se o dito menino Manuel. Nasceu hoje 12 de Abril de 1793.
B. P. de São Tiago
Não vai baptizado.

Documento nº 20

N.º 460

Esta menina vai sem baptismo. Seu nome se chamará Ricarda. Leva um cueiro de baetilha¹ e outro de ganga azul, e outro de baetilha branca com salpicos encarnados. E umas roupinhas de baetão cor de laranja e uma medida de Nossa Senhora, [e] um brevezinho² de veludo verde.

Hoje 16 de Abril [de] 1793.

Leva uma envolta de durguete³ avinhado.

1. Baeta fina; espécie de flanela.

2. O mesmo que bentinho.

3. Certa espécie de tecido. No original: droquette.

Documento nº 21

N.º 845

'Em o dia 21 de Julho dia do anjo Custódio se pôs na Real Casa dos Expostos um menino que nasceu no referido dia e ainda se não baptizou. E vai embrulhado em um cueiro alva-dio e uma fita de seda branca.

Lisboa, dito dia de 1793.

(rubrica)

1. Na margem, com a mesma letra que escreveu o número do expos-to: Agostinho. Verificar semelhança com a letra do documento nº 13.

Documento nº 22

N.º 1014

Janeiro 1793

Esta menina chama-se Maria. Foi baptizada em casa só lhe falta os santos óleos. E leva de sinal uma fita estreita azul claro com uma figa de madre-pérola sem buraco.

Documento nº 23

N.º 304

Aí vai este menino. Nasceu a 26 de Fevereiro. Baptizou-se no primeiro de Março de 1794. Baptizou-se na freguesia de Santo Tomé desta cidade. Chama-se Caetano Fernandes. Leva por sinal três vinténs em prata ó pescoço, com uma vara de fita cor de rosa. Por este sinal se há-de procurar daqui a um ano. Entra a 7 do mesmo mês de Março.

Documento nº 24

N.º 1055

Em 9 de Setembro de 1794 entrega-se à Santa Casa uma criança que nasceu a 7 do mês de Setembro de 1794, e vai por baptizar. E pede-se que se lhe ponha o nome de José António. E juntamente também se pede que se entregue a uma boa ama que seja livre de escrúpulo. Leva de sinal dois cueiros azuis ferrete novos. E uma toalha de algodão nova. E leva meia lua de prata com um laço de fita azul ferrete, e o cinto de riscas cor de rosa com ourelas gordelam(*sic*)¹.

1. Ver nota dos documentos nº 4 e nº 33.

Documento nº 25

1795

O nome se for menina
Brízida¹ Gomes Garcia

1795

N.º 99

Se for menino

N.º.

Francisco Inácio da Conceição

1. O mesmo que Brígida.

Documento nº 26

N.º 227

Esta menina nasceu a 24 de Fevereiro em dia de São Matias. Não vai baptizada mas há-de se chamar Maria do Carmo. Leva por sinal um crucifixo do senhor crucificado, para todo o tempo se procurar. Vai em 26 de Fevereiro.

Documento nº 27

N.º 559

Aí vai esse menino por baptizar. Há-de chamar-se Francisco. Leva por sinal meia lua de prata com meias letras iniciais, cercadura em roda, estrela pela parte de cima e ao lado. Cujo sinal há-de ajustar com a parte que lhe falta que fica em poder. E a fita em que vai enfiada é cor de rosa de vintém. Lisboa, 13 de Maio de 1795.

Documento nº 28

N.º 601

Entrou para esta Santa Casa da Misericórdia e Hospital dos Expostos no dia 25 do mês de Maio de 1795 um menino por nome Manuel Joaquim do Espírito Santo, pelas nove horas da noite. Nascido no dia 24 do mesmo mês pelas onze horas e meia do dia. Leva os seguintes sinais: uma camisa de pano de linho, babadoiro¹ irmã, um cueiro de baeta verde já usada embainhado todo à roda, manguitos azuis de veludilho com fitas cor de rosa com fita no cinto irmã. Leva de sinal uma medalha da Senhora da Atalaia com um laço de fita cor de rosa já usada.

1. O mesmo que babador ou babete.

Documento nº 29

N.º 1120

Na era [de] 1795

Nasceu este menino a 3 de Outubro. Não vai baptizado. Por nome lhe porão Sebastião do Carmo Lírio(?). Madrinha Nossa Senhora do Monte do Carmo. Leva os bentinhas já dotados na sua imagem. Padrinho pede-se ao muito reverendo senhor doutor secretário o seja, e se lhe pede o ponha em boa ama que breve se há-de tirar. Leva estes sinais: camisa de cambraieta¹ guarnecida de espigueta². Volvedouro³ de esguião⁴. Fralda do mesmo lenço da cabeça de cassa de risca branca. Tira da testa de cassa lisa guarnecida de espigueta com fitos cor de rosa para atar de vintém. A mantilha de baeta branca passada de froco⁵ cor de rosa, e cueiros irmãos. A toalha de cassa de risca guarnecida de espiguilha⁶. Cinto de fita atadeira (?) cor de rosa nas pontas

guarnecida de franja de prata e no meio um enfeite de espi-
guilha de prata.

1. Cambraia ordinária.
2. Galão estreito.
3. O mesmo que babadouro ou babeto.
4. Certo tipo de tecido fino de linho ou algodão.
5. O mesmo que floco. Felpa de lã ou seda tecida em cordão ou cor-
tada em bocadinhos depois de tecida e que serve para bordar.
6. Renda estreita com bicos ou pontinhas de linho ou seda ou fio de
ouro e prata; galão estreito.

Documento nº 30

Sem texto manuscrito.

Documento nº 31

N.º 308

Entra nesta Santa Casa dos Expostos [a] 9 de Março de 1798 José.
O qual foi baptizado na freguesia de São Lourenço. Padrinho o
padre José Inácio, o dito menino a 19 de Outubro de 1797.
Vai vestido com dois cueiros, um verde já desmerecido e outro
cor de canela. Umás roupinhas de beatilha de seda branca.
Leva de sinal uma âncora de folha-de-Flandres, com um laço
de fita cor de rosa. Tem o dito laço duas pernas e duas pontas.

Documento nº 32

N.º 826

No dia 3 do mês de Julho na era de 1798, vai um menino para
a Santa Casa sem ser baptizado. E se porá o nome de Jacinto.
E o sinal que leva é uma conta azul de vidro grande com um
bocado de fita branca e cores com listra azul e atada na mão
direita. Este é o sinal para se procurar a todo o tempo.

Documento nº 33

N.º 1253

No dia 14 de Outubro de 1798 entra para a Santa Casa dos
Expostos um menino. O qual se há-de chamar Eduardo
António da Conceição. E leva para sinal uma medalha da
Senhora da Piedade com uma fita cordelem (*sic*)¹. E por este
sinal será procurado.

1. Ver notas dos documentos nº 4 e nº 24.

Documento nº 34

N.º 347

Nasceu quarta feira de cinzas.

Vai esse menino que ainda não está baptizado. E há-de-se
chamar Filipe António. E há-de ser procurado no fim da cria-
ção. Leva por sinal umas figas pretas no braço direito, e no
esquerdo nove continhas cor de leite e umas de aço mais
pequenas (?) todas enfiadas juntas.
Hoje, 12 de Março de 1[7]99

Documento nº 35

N.º 158

Vai dona Maria Francisca Rafael Josefa da Epifânia, que vai
baptizada sem ser por sacerdote. Etc.

Documento nº 36

N.º 174

Este menino se há-de chama[r] Ricardo Marcelos. Onde se
criar há-de estar este registo que há-de ser o sinal por onde
se há-de procurar.

Documento nº 37

N.º 717

Deste menino se fará lembrança. Nasceu quarta feira desta
semana pela meia noite. Ainda não está baptizado. Há-de ter
por nome João Onofre. Qualquer uma que o levar se lhe dará
este mesmo sobrenome para o que leva consigo a estampa do
mesmo santo. Este lhe servirá de sinal quando for ocasião de
se procurar. Etc.

Documento nº 38

Livro 63, fôlho 196 verso

N.º 1317

No dia 3.ª feira 14 de Setembro de 1813 foi deixado à porta
de um negociante desta cidade de Lisboa um menino que
acompanha este bilhete, e que leva os sinais seguintes: um
bilhete da lotaria a benefício dos cativos de Argel de 1811,
número 5067. Um cueiro pardo atacado com fitas. Um vesti-
do de chita assento preto rosas escuras. Na touca um rigor¹
cor de cana. No cinto uma fita branca lavrada [e] uma toalha
de algodão com um sinal azul.

O mesmo negociante roga ao excelentíssimo senhor mordomo
da Real Casa dos Expostos o obséquo de o fazer bapti-
zar, e que seja padrinho [o] oficial da contadoria da Santa
Casa, José Leonardo de Figueiredo. E se lhe porá o nome de
António Filipe para sair para fora.

(rubrica)

1. Expressão minhota para designar fita estreita de veludo que serve
para debruar.

Documento nº 39

Esta menina nasceu a 17 de Fevereiro à meia noite em dia de
São Faustino. Há-de-se chamar Faustina Esteves. Leva de sinal
uma camisa de paninho, dois cueiros, um vestido branco
picotado de azul, uma touca de filó¹ de algodão, um xaile
branco com riscas de roda, uma fita azul clara atada em um
braço toda picada que é o sinal por onde se há-de tirar. E por
esta figura que leva de desenho. Pede à Santa Casa que seja
bem tratada que não estará lá muito tempo.

1. Tecido aberto e fino como rede.

Documento nº 40

Terça feira, 9 de Outubro de 1821, nasceu esta menina das
onze para a meia noite. Se há-de chamar Maria do Carmo.
Leva uma camisa de paninho com uma tira bordada, uma touca
da mesma cassa com fita escarlate. Babadouro de algodão,
cueiro de baeta azul, um vestido de paninho com raminhos
azuis, meio lenço de paninho com palmas cor de rosa.
Leva para sinal uma cabeça de desenho de menino com o peito
na boca. Pedimos à Santa Casa que tratem esta menina com
todo cuidado tudo se há-de pagar, e com brevidade se há-de ir
tirar. E também leva uma fraldinha de paninho, tudo novo.

Documento nº 41

Esta menina nasceu em 30 de Julho de 1823. Entrou para a Santa Casa no 1 de Agosto. Por sinal leva uma meia com uma fita azul marcada com seis letras: i a m c s u. Por nome há-de-se chamar Maria José Monteiro de Campos.

Documento nº 42

Este menino nasceu a 20 de Novembro de 1829. Não vai baptizado e seu pai quer que se chame: Miguel. Leva um cueiro de baetão cor de pinhão, e umas roupinhas de chita. E leva no peito uma fita estreita da realza, ou nacional, e fica metade da dita fita para ser apresentada juntamente com uma cópia deste tirada no oitavo rasgado deste. Pede-se que seja entregue a boa ama e será brevemente procurado.
Lisboa, 20 de Novembro de 1829

Documento nº 43

Um menino que entra no dia 12 do mês de Maio, que nasceu no dia 9 do dito mês. Com lenço de cambraia atado na cabeça. Umals] roupinhas azuis, um cueiro cor de café e um dado para sinal.
1835

Documento nº 44

Texto codificado.

Este papel deve ficar em arrecadação.

Maria dos Anjos

Documento nº 45

Nasceu este menino a 9 do mês de Abril de 1838. Entra na Santa Casa a 15 do dito mês e ano. Leva para sinal um cinto cor de canela de tafetá cortado em meia lua. E quando se procurar se apresentará outro escrito como este com o bocado que levar cortado. Pede-se por favor se lhe ponha o nome de Luís Ernesto Rodrigues.
M. P. Z.¹

1. Iniciais do nome do autor do texto.

Documento nº 46

Dia 10 de Junho de 1839, se pôs na roda uma menina que se há-de baptizar, e pôr-se o nome de Felicidade. Ficando em meu poder outro igual a este para em todo o tempo, se puder, ser resgatado. Ficando alem disso um bocadinho do vestidinho em que vai vestido.
Lisboa, 10 de Junho de 1839
O bocadinho do vestido deve ficar junto a este sinal.

Documento nº 47

No dia 31 de Março de 1840 nasceu essa menina pelals] sete horas da manhã e ainda não vai baptizada. E se há-de chamar Balbina. Os sinais que leva são os seguintels]: camisa de pano patente¹, tira de linho, fralda de linho, cueiro de baeta branco e babadoiro de pano abretanhado². Vestido de cambraia com riscas branco com ramos azuis claros. Lenço na cabeça bran-

co. Touca de bobinete³ com entremeios no meio e tira em machinhos, fita de gaza⁴ lavrada branca. Xaile cor de rosa. No pescoço o sinal que este bilhete leva é uma fita verde ornada com riscas encarnadas e umas figuras pintadas. Entrou na Santa Casa da Misericórdia no mesmo dia em que nasceu. E vai muito e muito recomendada.

(rubrica)

Nota Bene: do mais vai [...lanta(?) mas o freio ainda não vai cortado.

1. Tipo de tecido de algodão.
2. Tecido muito fino de linho ou de algodão.
3. Certa espécie de tule.
4. Tecido leve e transparente.

Documento nº 48

Esse menino nasceu a 13 de Outubro de 1840. Desejo que se chame Campolini. Leva dois cueiros de beatilha branca debruados de cor de rosa, um cinto de chita azul e branco, com fita cor de rosa. Umals] roupinhas de chita cor de rosa, uma fita de seda cor de cana, com ramos verdes e roxos [e] uma touca de cassa branca. Leva uma argola de ouro na orelha esquerda. Entra no dia 14 de Outubro de 1840.

Documento nº 49

Hoje 30 de Maio de 1843, entra um menino para a Santa Casa. Não vai baptizado. E por nome lhe porão Joaquim Victor. Leva de sinal um cueiro [de] baeta encarnado e um jaleco¹ de chita, e um cordão de prata e uma medalha também de prata, e um xaile de algodão de quadros².

1. O mesmo que jaqueta.
2. O mesmo que quadrados.

Documento nº 50

Pede-se que se ponha o nome de Alfredo com declaração no respectivo assento. Nasceu a 6 de Fevereiro de 1845. Junto a este vai metade da carta 8 de copas do baralho azul. Ficando em poder da mãe da criança a outra metade, assim como uma cópia deste bilhete para a todo o tempo servirem como sinais verdadeiros, e não haver dúvidas para o futuro quando por ventura se reclame este exposto.

Documento nº 51

Nasceu esta menina no dia 3 de Outubro de 1854, pelas cinco horas da tarde, e se deve chamar Ana Rita Casimira Buttuller¹ Pedroso e Silva. E leva um vestido de chita azul claro com salpicos brancos e silvado preto e raminhos encarnados e pretos. E dois cueiros de beatilha d'algodão branco de um pêlo debruados de seda azul claro com uma ilhós escarlata. E uma fralda de pano patente e também com uma ilhós escarlata. E uma camisa de pano patente e também com uma ilhós escarlata. E um lencinho de cassa branca com uma cercadura azul claro desmerecida e com uma ilhós encarnada que leva na cabeça. E um babadoiro de pano patente com uma ilhós encarnada. E um xaile d'algodão com riscas escocesas contendo as cores azulóio², escarlata, preto, cor de laranja, branco e verde claro, e com cadilhos³ em roda todos de escarlata, brancos, verdes claros e azulóios e são d' algodão da quali-

dade do mesmo xaile. E leva uma fita de cetim cor de rosa com xadrez cor de rosa desmerecido, digo desvanecido, e a cuja leva na cintura, e vai um bocado cosida a este bilhete. E fica outro igual no bilhete que cá fica. E vai firmado este com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado, e as cujas são: (*verso*) C. J. R. S., e o mesmo fica no bilhete que fica em meu poder. E também fica o corte deste bilhete em meu poder junto ao que cá fica. Agora peço o obséquio de que seja madrinha desta menina a Senhora Santa Ana. E também por mercê peço que se lhe fure as orelhas. Lisboa, 3 de Outubro de 1854
Ribeiro e Silva

Livro 133 Fólio 371 verso Número 1913

1. Alteração do apelido inglês Butler.
2. Azul usado no hábito dos frades Ióios.
3. Franjas colocadas na extremidade do xaile.

Documento nº 52

Nasceu este menino no dia 12 de Fevereiro pela uma hora da madrugada do ano de 1856, e se deve chamar Venâncio Joaquim Casimiro Buttuller Pedroso Ribeiro e Silva. E leva um vestido de chita de chão branco com um xadrez amarelo cor de ferro, e com ilhóezinhas pretas por todo o dito chão. E dois cueiros de beatilha d'algodão branca dum pêlo debruados de paninho escarlata, e com uma ilhós escarlata. E uma fralda de pano patente com uma ilhós escarlata. E uma camisa de pano patente também com uma ilhós escarlata. E um lencinho de cassa branca com cercadura em roda azul clara, e com uma ilhós escarlata, e que leva na cabeça. E um babadoiro de pano patente e também com uma ilhós escarlata. E um xaile d'algodão de diferentes cores sendo o chão encarnado com riscas amarelas e outras verdes e outras azuis meia cor, e também outras pretas, e outras brancas, tudo ponto de sarja e com franja toda em roda com as mesmas cores. E leva uma fita de seda larga de cor amarela com ourelas lavradas tudo da mesma cor, e a cuja leva na cintura, e um bocado cosida nas costas deste bilhete. E fica outro igual no bilhete que cá fica. E vai firmado este bilhete no topo com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado e as cujas são: C. J. R. S. em (*verso*) firma. E o mesmo fica no bilhete que fica em meu poder. E também fica o corte deste bilhete em meu poder cosido ao outro que cá fica. Agora peço o obséquio de que seja madrinha deste menino Nossa Senhora da Conceição.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1856

C. J. Ribeiro Silva,¹

Livro 135 a fólio 346 verso Número 358

1. No original: C. J. R. Silva.

Documento nº 53

Nasceu esta menina no dia 27 d' Abril de 1859 pelas seis horas menos um quarto da tarde, e se deve chamar Casimira Gertrudes das Dores Buttuller Pedroso e Silva. E leva um vestido de chita roxo com silvados cor de castanha e encarnado, e risquinhas pretas. E dois cueiros brancos de beatilha debruados de cor de cana e uma ilhós verde. E uma fralda d'algodão branco com uma ilhós verde. E uma camisa de pano patente com uma ilhós também verde. E meio lencinho de três pontas de risca roxa com uma ilhós também verde, o cujo leva atado na cabecinha. E um babadoiro de pano patente e também com ilhós verde. E um xaile d'algodão de

chão preto com riscas azuis e brancas e cor de castanha com franja também d'algodão toda em roda cor de castanha e branca e preta e com uma ilhós verde. E este bilhete vai firmado com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado, e as cujas são: C. J. R. S. E fica outro bilhete igual a este em meu poder firmado da mesma maneira. E também fica o corte deste bilhete junto ao que fica em meu poder. Agora peço o obséquio de que seja madrinha Nossa Senhora das Dores por devoção. E também por mercê peço que se lhe fure as orelhas.

Lisboa, 27 d' Abril de 1859

C. J. Ribeiro Silva¹

1. No original: C. J. R. S^a.

Documento nº 54

Ilustríssima Senhora

Este inocente menino peço a Nossa Senhora lhe mande pôr por nome António Ferreira Júnior. Filho de outro António Ferreira para em tempo o puder procurar. Juntamente lhe pedia com a maior atenção de que sendo possível ficar na cidade. Tudo isso ficará à disposição de vossa senhoria. Leva uma relíquia do Senhor Santo Cristo dos Milagres da ilha de São Miguel, e um rosário de Nossa Senhora do Rosário junto a(?) uma fita cor de rosa¹.

Lisboa, 22 de Agosto de 1856

António Ferreira

1. A descrição dos sinais do exposto é acrescentada ao texto inicial decerto por outra pessoa como se atesta pela letra.

Documento nº 55

Esta menina nasceu no dia 5 de Setembro ó meio dia. Há-de-se chamar Antónia Maria. Leva uma fita branca. Fica outra com [o] mesmo sinal.

Documento nº 56

António, natural de Lisboa. Nasceu a 9 d'Outubro de 1866. Foi baptizado na igreja do Socorro. Pede-se que seja guardada a metade desse retrato (que é do pai) para um dia puder ser encontrado pela família que o procurará.

Documento nº 57

(x)

Peço obequeio ermola tehan pena deste arginho de nome pohan laura de jesus. desejan saber qe rumo leva para todo tempo ser perqurada.

(X) Isto é:

Peço o obséquio e esmola que tenham pena deste anjinho de nome ponham Laura de Jesus. Deseja saber que rumo leva para a todo o tempo ser procurada.

(*verso*) Livro de Baptismo 1892 fólio 126 verso número 98.

Dulcina nome do baptismo.

Abandonada – com um bilbete em que lhe pediam o nome de Laura.

ANEXO B – Grelhas de Análise

GRELHA N°1 - Identificação dos Elementos Descritivos

N.º Doc	Nome	Sexo	Data Nascimento	Exposição		Sinais relevantes	Descrição roupa			Descrição Sinal		Batismo		Pedido expresso			Intenção	
				Dat	Loc		Ves	Enx	E.C	Ro	V.S	S	N	B	C	O	IB	R
1	1	1	1	1							1		1				1	1
3	1	1		1	1						1	1			1	1	1	
4	1	1	1	1	1						1	1	1	1			1	1
5	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1
6	1	1				1									1	1	1	
7	1	1		1	1		1		1	1	1	1						1
9	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1					1	1
10	1	1	1				1		1					1				
11	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1		1					
12	1	1		1	1		1	1	1	1	1				1	1	1	1
14	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1						
15	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1							1
16	1	1	1			1	1	1	1	1	1							
17	1	1	1	1							1	1						
18	1	1		1	1										1		1	1
19	1	1	1	1							1		1					1
20	1	1		1			1	1	1	1	1		1					
21		1	1	1	1		1		1				1					
22	1	1		1							1							
23	1	1	1	1							1	1					1	1
24	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1		1	1	1	1		
25	1																	
26	1	1	1	1						1	1		1					1
27	1	1		1							1		1					
28	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1							
29	1	1	1				1	1	1	1	1		1	1	1	1		
31	1	1	1	1	1		1	1	1		1	1						
32	1	1		1	1					1	1		1				1	1
33	1	1		1	1						1							1
34	1	1	1	1							1		1					
35	1	1											1					
36	1	1															1	1
37	1	1	1	1							1		1				1	1

39	1	1	1				1	1		1	1				1		1	
40	1	1	1				1	1	1	1	1				1		1	1
41	1	1	1	1	1						1							
42	1	1	1	1			1		1		1		1		1		1	
43		1	1	1			1	1			1							
45	1	1	1	1	1					1	1							1
46	1	1		1	1		1			1			1			1		
47	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1		1			
48	1	1	1	1			1	1		1	1							
49	1	1		1	1		1			1	1		1					
50	1	1	1								1						1	1
51	1	1	1	1			1	1	1	1	1						1	
52	1	1	1	1			1	1	1	1	1						1	
53	1	1	1	1			1	1	1	1	1						1	
54	1	1		1							1		1				1	1
55	1	1	1							1	1							
56	1	1	1								1	1						1
57	1	1											1			1	1	1
Total	49	50	34	38	20	2	26	20	20	25	42	11	19	5	12	19	25	5

GRELHA Nº2 : Análise Interpretativa dos Aspectos Psicológicos

N.º Doc	Afecto dominante						Natureza da angústia				Mecanismo de defesa			
	T	AMM	Co	Cul	Ver	D	DF	F	A	V	Rp	F.C	F.R	N
1			1							1	1	1		
3	1	1				1		1	1				1	
4	1	1				1	1	1	1	1		1	1	
5	1	1	1			1	1	1	1					1
6	1					1	1	1	1	1		1		
7				1								1		
9	1	1		1	1	1	1	1	1	1		1		
10				1						1		1		
11	1							1	1			1		
12	1			1	1	1		1		1		1	1	1
14											1	1		
15			1					1		1		1		1
16	1			1			1	1	1			1		
17	1							1	1			1		
18	1			1	1	1	1	1	1	1		1	1	1
19	1	1				1			1	1		1		1
20	1	1		1				1	1			1		
21											1			
22											1			
23												1		
24		1	1					1					1	1
25														
26			1											1
27				1						1				
28	1	1				1		1	1	1		1		
29	1	1		1		1		1	1	1			1	1
31				1								1		1
32				1				1		1		1		1
33	1							1	1			1		
34			1									1		
35											1			
36											1			
37	1		1					1	1	1		1	1	
39	1	1		1		1		1	1				1	
40	1	1		1	1	1	1	1	1	1		1	1	

41											1			
42			1					1		1		1	1	1
43	1							1	1			1		
45	1							1	1			1	1	
46	1								1			1		
47	1	1		1		1		1	1	1		1	1	
48				1								1		
49				1								1		1
50	1	1	1					1	1	1		1	1	
51	1	1	1	1				1	1	1		1	1	1
52	1	1	1	1				1	1	1		1	1	1
53	1	1	1	1				1	1	1		1	1	1
54	1	1				1	1	1	1	1			1	1
55												1		1
56	1							1	1			1	1	
57	1			1	1	1	1	1	1	1			1	
Total	29	17	12	20	6	15	9	31	28	23	7	36	19	17

ANEXO C: Descrição Dos Símbolos

Doc.Nº1 – Medida Encarnada da Senhora do cabo

Doc.Nº3 – Cinco Réis da Era de 1782 com três buracos por cima do um, e no meio leva enfiada uma fitinha verde estreita

Doc.Nº4 – Uma Fita com palheta cor de prata e pêlo meio matiz

Doc.Nº5 - Cruzinha de Madre Pérola

Doc.Nº7 – Uma vara de Fita cor-de-rosa com uma Figa de Azeviche

Doc.Nº9 – Santo António de Prata

Doc.Nº11 – Peixinho de Madre Pérola com uma medida verde e outro peixe maiorzinho

Doc.Nº12 – Metade de uma Verónica de São Francisco de Paula

Doc.Nº14 – Um coração e uma medida encarnada e branca

Doc.Nº15 – Registo de Nossa da Nazaré

Doc.Nº16 – Coral

Doc.Nº17 – Sino-Samão (amuleto formado por dois triângulos entrelaçados em forma de estrela), uma figa Madre Pérola, uma fita encarnada

Doc.Nº19 – Fita de um palmo

Doc.Nº20 – Medida de Nossa Senhora e um Brevezinho de veludo verde

Doc.Nº22 – Fita estreita azul claro com uma Figa de Madre-Pérola sem buraco

Doc.Nº23 – Três Vinténs em Prata, com uma vara de fita cor-de-rosa

Doc.Nº24 – Meia Lua de prata com um laço de fita azul ferrete

Doc.Nº26 – Um Crucifixo do Senhor Crucificado

Doc.Nº27 – Meia Lua de Prata com meias letras iniciais, cercadura em roda, estrela pela parte de cima e ao lado.

Doc.Nº28 – Medalha de Nossa Senhora da Atalaia com um laço cor-de-rosa já usado

Doc.Nº29 – Bentinhos com a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo

Doc.Nº31 – Âncora de Folha de Flandres

Doc.Nº32 – Conta azul de vidro grande com um buraco de fita branca e cores com listra azul

Doc.Nº33 – Uma Medalha da Senhora da Piedade com uma Fita Cordelém

Doc.Nº34 – Umas Figas pretas no braço direito e no esquerdo nove continhas cor de leite e umas de aço

Doc.Nº37 – Estampa do Santo João Onofre

Doc.Nº39 – Fita azul clara toda picada figura de desenho

Doc.Nº40 – Cabeça de desenho de menino com o peito na boca

Doc.Nº41 – Meia com uma fita azul marcada com seis letras: i a m c s u

Doc.Nº42 – Fita estreita da Realeza, ou Nacional

Doc.Nº43 – Dado

Doc.Nº45 – Cinto cor de canela de tafetá cortado em meia lua

Doc.Nº47 – Fita verde ornada com riscas encarnadas e uma figuras pintadas

Doc.Nº48 – Uma argola de ouro na orelha esquerda

Doc.Nº49 – Cordão de prata e uma medalha também de prata

Doc.Nº50 – Metade da carta 8 de Copas do baralho azul

Doc.Nº51 – Bilhete firmado com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado e as cuja são C.J.R.S.

Doc.Nº52 – Bilhete firmado com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado e as cuja são C.J.R.S.

Doc.Nº53 - Bilhete firmado com quatro letras góticas postas com sinete em lacre encarnado e as cuja são C.J.R.S.

Doc.Nº54 – Relíquia do Senhor Cristo dos milagres da Ilha de São Miguel e um Rosário de Nossa Senhora do Rosário junto a uma fita cor-de-rosa

Doc.Nº55 – Fita branca

Doc.Nº56 – Retrato do Pai - metade

ANEXO D – Glossário Dos Símbolos

- ❖ **Amuleto** – objecto que os supersticiosos consideram como defesa contra malefícios, desgraças e feitiços

- ❖ **Armas** – sinais simbólicos representados nos escudos; Brasão, escudo

- ❖ **Azeviche** – substância mineral, muito negra e lúzida, leve e frágil, com que se fazem objectos de adorno, em especial figas

- ❖ **Bentinho** – pequeno saco de pano, com aspecto de escapulário Bento, que se traz ao pescoço, por baixo da camisa, e no qual se contêm papéis com orações, relíquias ou outros objectos de devoção

- ❖ **Breve** – oração considerada milagrosa que os supersticiosos cosem dentro de um saquinho e trazem ao pescoço, para os livrar do mal; Bentinho; escapulário

- ❖ **Bugalho** – conta grande de Rosário

- ❖ **Conta** – objecto globular de substância dura furado, que serve para enfeites ou para fazer os Rosários; missanga

- ❖ **Coral** – polipeiro marinho, incrustado de sais calcários, muitas vezes avermelhados, ramificada, que constitui o eixo de certos pólipos, muito usada em joalheria

- ❖ **Escrito** – Bilhete que acompanhava o exposto quando entrava na casa da Roda. O seu suporte é geralmente de papel; aí os pais da criança exposta, ou alguém por eles, registavam as informações que consideravam necessárias e úteis

- ❖ **Ferrete** – negro, escuro ou quase preto. Marca, sinal

- ❖ **Figa** – pequeno objecto em forma de mãozinha fechada, com o dedo polegar metido entre o indicador e o médio e que supersticiosamente se usa como preservativo de doenças, perigos, bruxados, malefícios; amuleto, talismã

- ❖ **Fita** – tira de tecido delgada e estreita que serve para atar ou prender alguma coisa, fazer laços de enfeite ou para outros fins de adorno

- ❖ **Gradelem, Gradelim, Gradelém ou Gridelim** – cor semelhante à da filação do linho; cinzento, alvadio, pardo; que é azul tirante (que se aproxima da cor) a vermelho

- ❖ **Lavrado** – ornado de relevos ou labores feitos com cinzel, formão, goiva, punção, etc. esculpidos em relevo // diz-se dos labores, feitos a agulha, que formam espessura no pano

- ❖ **Lavrar** – uma fita: marcar com sulcos, vincos longitudinais; vincar, sulcar, arregoar.; ornar de labores panos, estofos, redes, etc.

- ❖ **Madrepérola** – parte nacarada (Nácar – substância que reveste interiormente a concha de vários moluscos) da concha de um molusco que se emprega em vários utensílios e ornatos

- ❖ **Medida** – fita representativa da altura de um santo (ou da escultura que representa o santo), que os devotos respectivos costumam trazer consigo (geralmente são pintadas com algumas decorações e o nome do santo)

- ❖ **Signo-Salomão** – espécie de amuleto ou talismã constituído por dois ou três triângulos entrelaçados em forma de estrela. // Emblema de magia e quiromancia

- ❖ **Talismã** – objecto a que se atribui propriedades sobrenaturais, como a de livrar de perigos, ou de certos males, quem o trás consigo; amuleto

- ❖ **Verónica** – a imagem de Jesus Cristo estampada num pano ou gravada em metal. // Medalha religiosa antiga geralmente de latão

ANEXO E – Entrevista “R”

A entrevista “R” é um instrumento de avaliação das representações maternas que foi elaborado por um grupo internacional (D. N. Stern, C Robert-Tissot, G. Besson, S. Rusconi-Serpa, M. de Muralt, B. Cramer, F. Palácio), representante de diferentes aproximações práticas e referências conceptuais, que puseram em comum as várias experiências e elaboraram este instrumento para avaliar as representações maternas. Estas representações são descritas pelos referidos autores como todas as fantasias da mãe, os seus medos, desejos, distorções, percepções selectivas, atribuições, etc. A prática deste instrumento foi direccionado para a intervenção terapêutica e avaliação da sua eficácia na relação precoce, nomeadamente nas alterações das representações maternas resultante do processo psicoterapêutico.

A entrevista pode ter lugar na presença ou ausência da criança, dura 40 a 60 minutos. Contém dez temas gerais e vinte e oito perguntas (em anexo folha de protocolo da “Entrevista R”).

O primeiro tema refere-se à descrição da criança e contém quatro perguntas (1,2,3 e 4): uma descrição verbal espontânea da criança, uma descrição verbal com ajuda, uma descrição perceptiva e uma descrição semântica/episódica.

O segundo tema refere-se ao papel dos acontecimentos importantes do passado da criança, e dos factos e temas importantes do passado da criança, os que tiveram um papel decisivo na construção da representação que a mãe tem da criança. Contém duas perguntas (5 e 6).

O terceiro tema incide sobre a mãe no seu papel de mãe, remetendo as perguntas para a descrição da própria mãe enquanto mãe, e tem quatro perguntas (7, 8, 9 e 10).

O quarto tema coloca o acento sobre a representação que a mãe tem da sua própria mãe, como mãe, quando ela própria era criança, e contém cinco perguntas (11, 12, 13, 14 e 15).

O quinto tema refere-se à forma como a criança é percebida quanto às semelhanças com os seus pais e restante família próxima e contém quatro perguntas (16, 17, 18, e 19).

O sexto tema está centrado na influência que tiveram acontecimentos importantes no passado da mãe na construção da sua representação da criança e em quantificar a sua influência actual. Contém uma pergunta (20).

O sétimo tema, que particularmente nos interessa e é tratado como um núcleo de sentido na nossa análise categorial é a análise dos **afectos dominantes**. Este pretende efectuar uma descrição da tonalidade afectiva da representação materna da

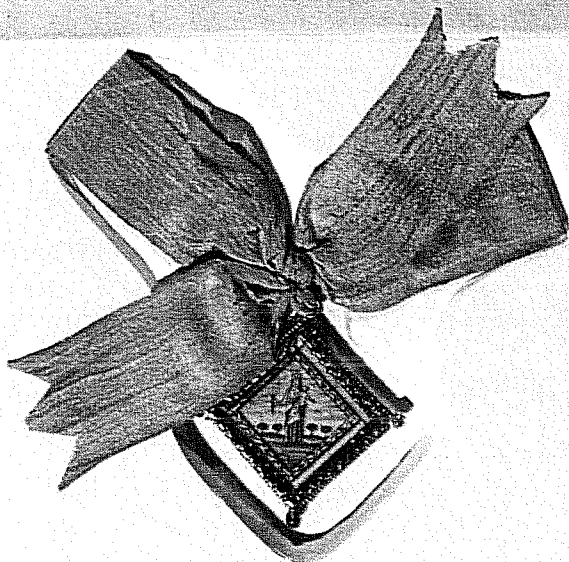
criança. Aqui tem particular relevância a tonalidade afectiva da representação, numa polaridade positiva-negativa das perguntas números 1,2,7 e 8, da Entrevista R, fornecendo uma visão de conjunto da tonalidade afectiva ligada à criança e ao papel maternal. Inclui duas perguntas, 21 e 22, em que é apresentado à mãe uma lista de dez afectos maternos, sendo esta convidada a indicar se os sente ou não quando está com o bebé, e sobre uma linha de dez centímetros ela deverá localizar cada afecto numa gradação que vai da categoria “nunca”, colocada no extremo esquerdo da linha, a “muitas vezes”, colocado no extremo direito da linha. Os afectos identificados são: alegria, tristeza, ansiedade-medo, curiosidade, cólera, culpabilidade, orgulho, vergonha, desgosto e emoções equilibradas. Considerámos apenas seis dos dez afectos contidos na “Entrevista R” por serem os que aparecem nos textos: tristeza, ansiedade-medo, cólera, culpabilidade, vergonha, e desgosto, tendo excluído os restantes: alegria, curiosidade, orgulho e emoções equilibradas, por não aparecerem.

Constituem assim categorias deste núcleo de sentido os seguintes afectos: alegria, tristeza, ansiedade-medo, curiosidade, cólera, culpabilidade, vergonha e desgosto.

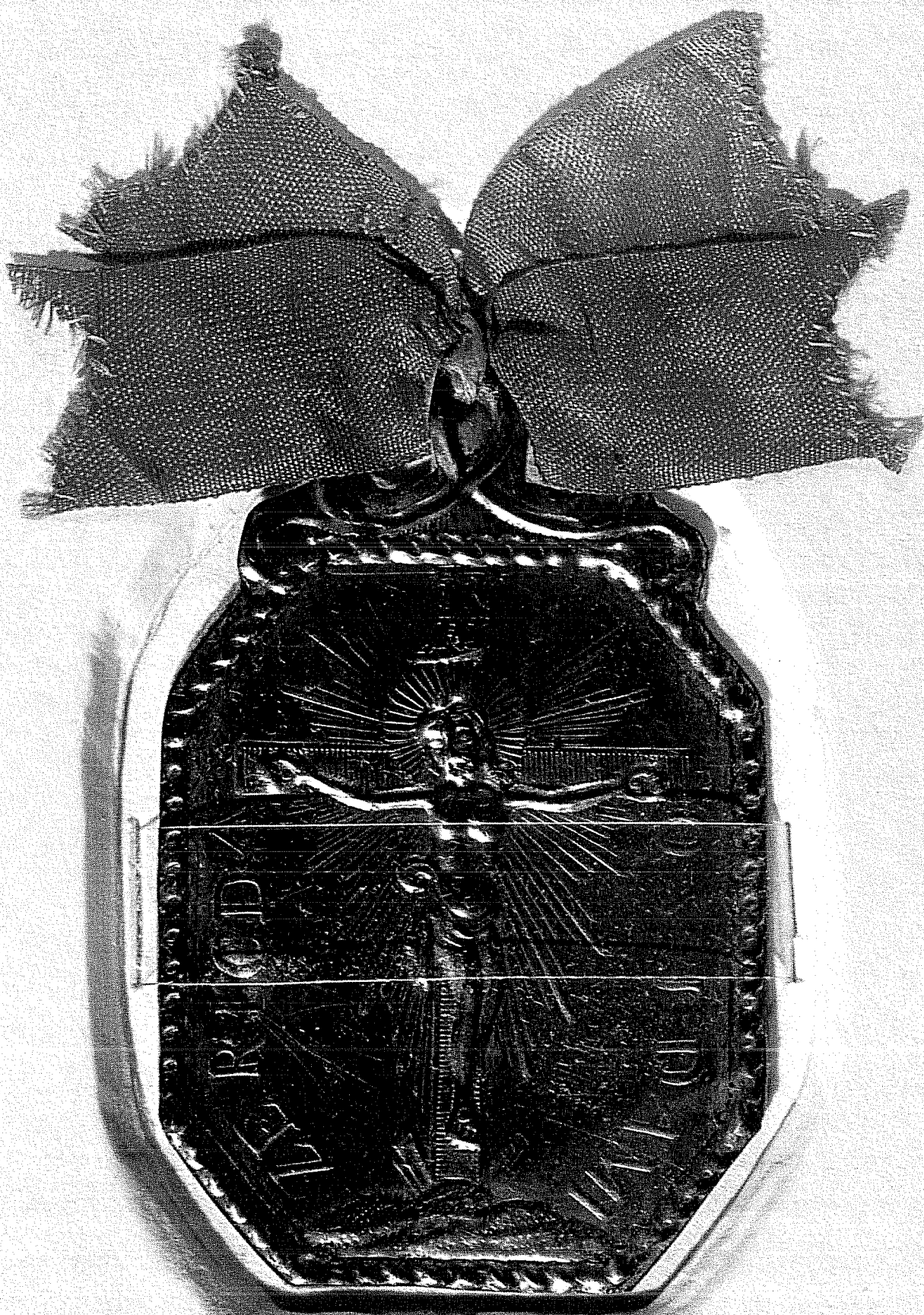
ANEXO F – Imagens de Documentos de Expostos

N. 601

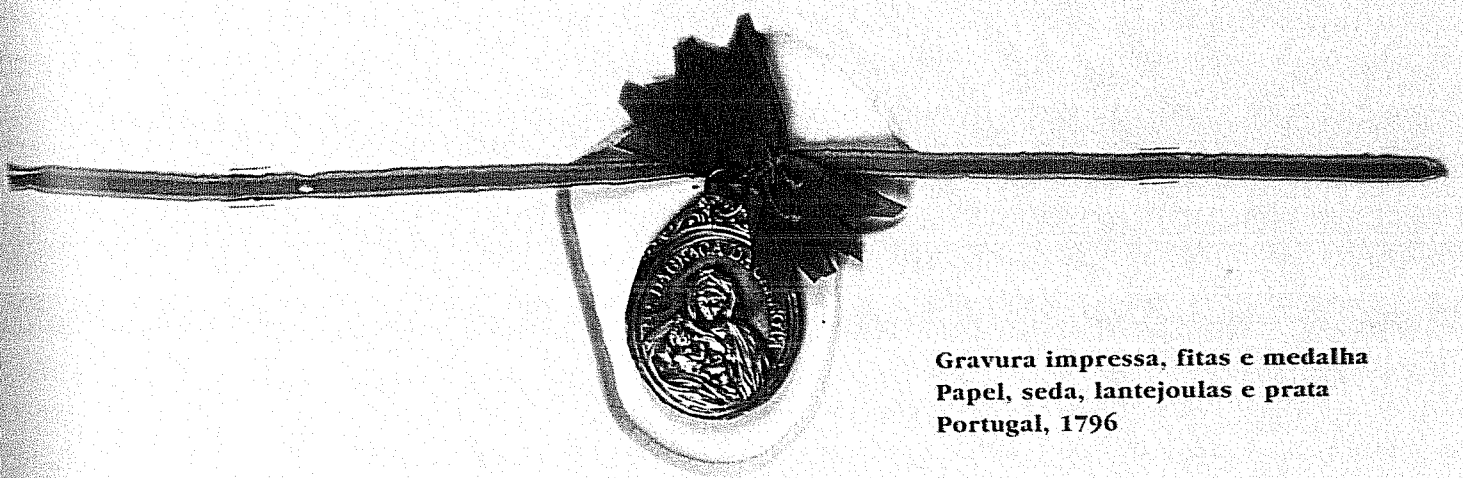
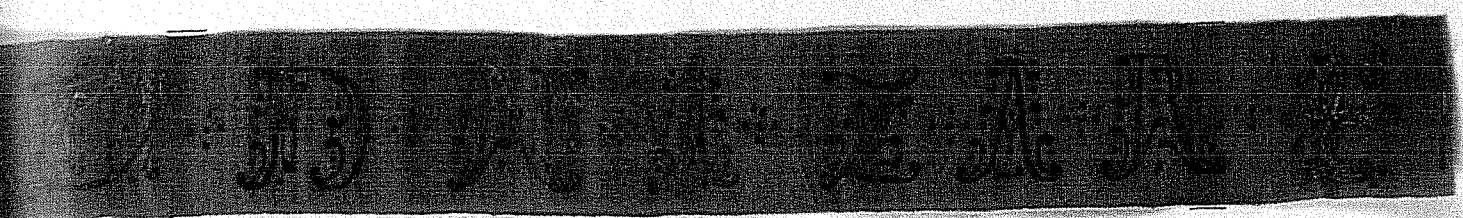
Contra para Esta Santa Casa de misericórdia
ospital de expensas nella Santa Casa de
meio de mil e oitenta e cinco hum
monico por nome Manuel Inaquim de expensas
do pelas nove horas da noite na vida nella Santa
clausura de meo de mil e oitenta e cinco hum
luz e seguintes Conos humo Conos de expensas de
linho de seda de humo Conos de seda de
de ja usada em barba de toda a vida manquitos
a cruz de Veludinho Conos de seda de expensas
nada de humo Luz de seda humo medalha de
de atalaja Conos de seda Luz de seda Conos de
expensas de



Manuscrito, fita e medalha
Papel, seda e metal
Portugal, 1795



Manuscrito, fita e medalha (pormenor)
Papel, seda e prata
Portugal, 1795



Gravura impressa, fitas e medalha
Papel, seda, lantejoulas e prata
Portugal, 1796



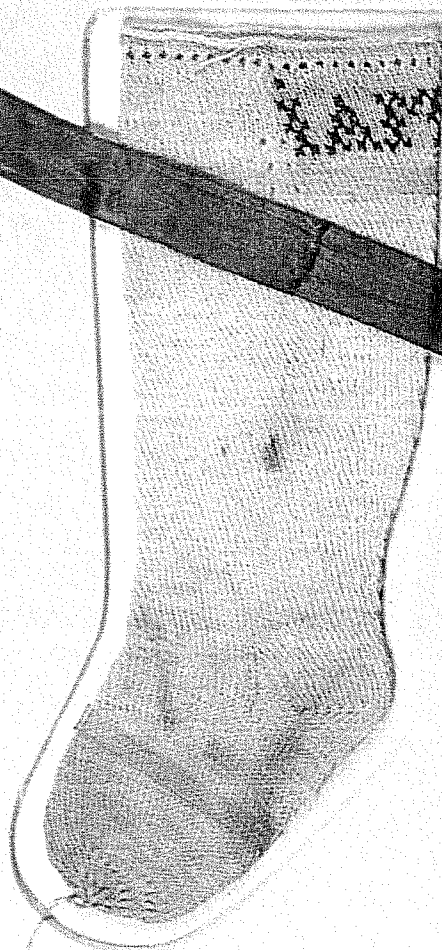
S. MARCELLVS.

Cornelius & Merlet

Gravura impressa
Guache sobre papel
Portugal, 1801

Esta Menina Nasceu em 30 de Julho de 1823
entre q^a Santa Cruz n.º 1 de agosto
por sinal deba 1 Meia com humazita
azul Marcada com 6 letras iamesu
por nome hadesechamar

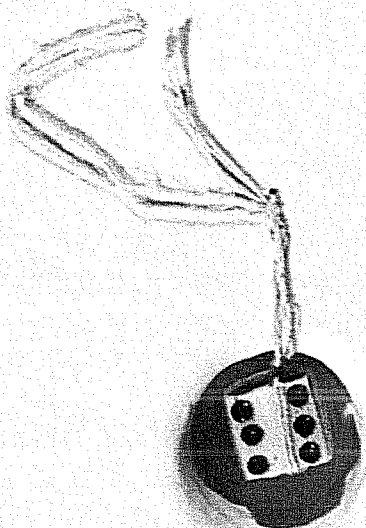
Maria Joze Monteiro de campos



Manuscrito, fita e meia
Papel, seda e algodão
Portugal, 1823

Ho um menino q dentro do dia 12
do mes de Maio q nasceu no dia 9 do
dito mes com lenço de cramberia atado na
cabeça hũa Ropinhos azules hũa
coeira, cor de cafe e hũa dado para
jugal

1835



Manuscrito e dado
Papel e marfim
Portugal, 1835

Pede-se que seponha o nome de Affredo com de
claracao no respectivo acerto de marcos a 6 de Fevereiro
de 1865 junto a esta vae metade da Carta e decopos
do Lavadio azul ficando em poder da Maria da Criam
ca a outra metade, assim como humma copia des-
te bilhete para atodo o tempo serviraes como sig-
nas verdadeiros não haer duvidas para o futuro
quando por ventura se reclame este esposto.

Manuscrito e fragmento
de carta de jogar
Papel e cartão
Portugal, 1845

